

DAVID HARVEY

ESPAÇOS DE ESPERANÇA

TRADIÇÃO

Adail Ubirajara Sobral

Maria Siela Gonçalves



Edições Loyola

Titulo original:

Spaces of Hope

© David Harvey, 2000. Edinburgh University Press, Edinburgh

ISBN 0-7486-1269-6

Preparação: Mauricio B. Leal

Diagramação: Ademir Pereira

Revisão: Rita Lopes

Edições Loyola

Rua 1822, 347 – Ipiranga

04216-000 São Paulo, SP

Caixa Postal 42.335 – 04218-970 São Paulo, SP

T 55 11 2914 1922

F 55 11 2063 4275

editorial@loyola.com.br

vendas@loyola.com.br

www.loyola.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

ISBN 978-85-15-02972-3

3ª edição: abril de 2009

© EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil, 2004

Sumário

AGRADECIMENTOS	9
ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES	11

INTRODUÇÃO

1. A diferença que faz uma geração	15
--	----

PARTE 1

DESENVOLVIMENTOS GEOGRÁFICOS DESIGUAIS

2. A geografia do <i>Manifesto</i>	37
3. “Operários de todo o mundo, uni-vos!”	63
4. A globalização contemporânea	79
5. Desenvolvimentos geográficos desiguais e direitos universais	105

PARTE 2

DOS CORPOS E DAS PESSOAS POLÍTICAS NO ESPAÇO GLOBAL

6. O corpo como estratégia de acumulação	135
7. A política do corpo e a luta por um salário vital	161

PARTE 3
O MOMENTO UTÓPICO

8. Os espaços de utopia	181
9. Utopismo dialético	239

PARTE 4
CONVERSÇÕES SOBRE A PLURALIDADE
DE ALTERNATIVAS

10. Sobre arquitetos, abelhas e o “ser da espécie”	261
11. Responsabilidades perante a natureza e perante a natureza humana	279
12. O arquiteto rebelde em ação	305
Apêndice: Edilia, ou “faça disso o que quiser”	335
BIBLIOGRAFIA	367
ÍNDICE REMISSIVO	375

Índice de ilustrações

- Ilustração 3.1 A mudança de escala de um lugar chamado "Baltimore", 1792-1992
- Ilustração 8.1 Abandono da cidade: casario de Baltimore
- Ilustração 8.2 Caridade na cidade: Our Daily Bread [O Pão Nosso de Cada Dia] no centro de Baltimore
- Ilustração 8.3 Pobreza na cidade: à sombra do hospital Johns Hopkins
- Ilustração 8.4 Utopia burguesa: crescimento suburbano desordenado
- Ilustração 8.5 Utopia dos incorporadores: A renovação de Inner Harbor, de Baltimore
- Ilustração 8.6 Investimentos públicos na cidade: estádios e um centro de convenções para os abastados
- Ilustração 8.7 Subsídios públicos e lucros privados: a história de Harborview
- Ilustração 8.8 Utopia degenerada na cidade — o espetáculo urbano como mercadoria
- Ilustração 8.9 Utopia degenerada na cidade — espetáculo e controle social no Maryland Science Center
- Ilustração 8.10 Utopia *yuppie*: expulsão dos pobres e renovação no bairro Canton de Baltimore
- Ilustração 8.11 Mudar a moradia dos pobres
- Ilustração 8.12 Revitalização de espaços: Sandtown-Winchester e o paradoxo de James Rouse
- Ilustração 8.13 A desindustrialização de Baltimore
- Ilustração 8.14 O trabalhador temporário

- Ilustração 8.15 “Privatopias”: as comunidades fechadas de Baltimore
- Ilustração 8.16 Investimentos públicos na cidade: instalações correccionais (comunidades fechadas) para os pobres
- Ilustração 8.17 Paisagem da Cidade Ideal: da Walters Art Gallery, Baltimore
- Ilustração 8.18 *A Utopia*, de Thomas More: um exercício de livre-organização espacial
- Ilustração 8.19 Projeto para New Harmony [Nova Harmonia] de Robert Owen
- Ilustração 8.20 A cidade ideal de Fourier
- Ilustração 8.21 Edward Chambless: Roadtown
- Ilustração 8.22 Ebenezer Howard: de ideais espaciais a novas cidades
- Ilustração 8.23 O sonho de cidade ideal de Le Corbusier: teoria e prática
- Ilustração 8.24 O projeto de Broadacre City, de Frank Lloyd Wright
- Ilustração 8.25 Nostalgia utópica: Poundbury, Dorset
- Ilustração 8.26 Nostalgia utópica: o novo urbanismo comercializado de Kentlands, Maryland

A geografia do *Manifesto*

O QUE HOJE CHAMAMOS de “globalização” tem existido, com esta ou aquela roupagem, há muitíssimo tempo — pelo menos desde 1492, se não antes. O fenômeno e suas consequências político-econômicas também são há muito tempo objeto de comentários, não menos da parte de Marx e Engels, que, no *Manifesto do Partido Comunista*, publicaram uma análise apaixonada e ao mesmo tempo completa deles já em 1848. Os trabalhadores do mundo inteiro teriam de se unir na luta, concluíram eles, caso quisessem vencer as forças destrutivas do capital na arena do mundo e construir uma economia política alternativa que pudesse atender aos seus próprios desejos, necessidades e vontades num mundo bem mais igualitário.

Muito mudou desde a época revolucionária em que Marx e Engels escreveram suas palavras. Mas felizmente os autores do *Manifesto* reconhecem voluntariamente o caráter contingente daquilo que fazem. “A aplicação prática dos princípios”, escreveram eles (ed. 1952, p. 8) no “Prefácio” de 1972 à edição alemã, “depende, como o afirma o próprio *Manifesto* em todas as partes e a todo momento, das condições históricas então vigentes”. Embora, observam eles, não tenhamos o direito de alterar o que veio a ser um documento histórico essencial, teremos não apenas o direito como o dever de interpretá-lo e recarregá-lo à luz de nossas próprias condições históricas e geográficas. “Será preciso uma profunda intuição”, perguntam, “para compreender

que as idéias, noções e concepções do homem, numa palavra, sua consciência, mudam a cada mudança nas condições de sua existência material, em suas relações sociais e em sua vida social?" (p. 72).

Há naturalmente passagens em que o *Manifesto* parece estranho, ultrapassado ou totalmente errado aos olhos daqueles de nós que acalentam sentimentos socialistas nesta época igualmente perturbadora mas de modo algum revolucionária. Contudo, há muito mais coisas que nos chegam com vigor e clareza tais que é espantoso contemplar sua relevância contemporânea.

Consideremos, por exemplo, algumas das passagens familiares que ainda atingem o âmago das alienações e sensibilidades contemporâneas, mais particularmente por terem elas se desenvolvido na era do liberalismo do livre mercado nos últimos vinte anos. A burguesia, dizem Marx e Engels,

não deixou outro nexos entre os homens do que o puro e simples interesse pessoal, do que o insensível "pagamento em dinheiro". Afogou os mais celestiais êxtases do fervor religioso, do entusiasmo cavalheiresco, dos sentimentos simples, nas águas gélidas do cálculo egoísta. Transformou o valor pessoal em valor de troca, e em lugar das liberdades inalienáveis reconhecidas legalmente, que não se pode mensurar, instalou uma única liberdade inescrupulosa — o Livre Comércio... A burguesia privou de seu halo toda ocupação até então honrada e contemplada com temor reverente. Converteu o médico, o advogado, o padre, o poeta, o homem de ciência em seus trabalhadores assalariados pagos (p. 44).

Isso não descreve com terrível precisão as desanimadoras forças que corrompem a educação, a política, as relações sociais e os sentimentos morais contemporâneos num tal grau que nos deixam com poucas opções a não ser reagir contra elas por meio do fundamentalismo religioso, do misticismo, do narcisismo pessoal e da auto-alienação? Não estamos cercados pelas "águas gélidas" do "cálculo egoísta"? E consideremos esta passagem:

A burguesia não pode viver sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, e, portanto, as relações de produção e, com elas, todas as relações da sociedade... A constante revolução da produção, a perturbação incessante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação distinguem a época burguesa de todas as anteriores. Todas as relações estabelecidas e consolidadas, com sua gama de preconceitos e opiniões antigos e

veneráveis, são varridas do mapa, e todas as recém-formadas se tornam antiquadas antes de poder fincar raízes. Tudo o que é sólido desmancha no ar, tudo o que há de sagrado é profanado... (p. 45-46)

A força retórica dessas passagens; a certeza da enunciação, a penetrante combinação de admiração e horror diante das imensas forças desencadeadas sob o capitalismo do livre mercado (mais tarde comparado, numa das mais marcantes metáforas faustianas, a um "feiticeiro" que já não consegue controlar os poderes do mundo inferior que ele mesmo invocou com seus feitiços) são de fato impressionantes.

O *Manifesto* também nos adverte da inevitabilidade das crises que abalam periodicamente a sociedade até os seus próprios alicerces, crises de destruição criadora caracterizadas pelo "absurdo" do excesso de produção em meio a inúmeras necessidades sociais urgentes mas não atendidas, de fome em meio à abundância, de desigualdades em rápido crescimento e da periódica destruição das forças produtivas antes criadas com que a burguesia buscou criar um mundo à sua própria imagem e semelhança. Tomamos conhecimento de estupendas mudanças tecnológicas que transformam por completo a superfície da terra e nossa relação com a natureza (a "sujeição das forças da natureza ao homem, o maquinário, a aplicação da química à indústria e à agricultura, a navegação a vapor, as ferrovias, o telégrafo elétrico, a limpeza de continentes inteiros para o cultivo, a canalização de rios, populações inteiras expulsas da terra" [p. 48]). Mas essas mesmas forças aparentemente mágicas produzem desemprego, desinvestimento e destruição de modos de vida que a própria burguesia preza. Assim sendo, como a burguesia supera essas crises?

De um lado, pondo em prática a destruição de uma massa de forças produtivas; do outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais ampla dos antigos. Ou seja, criando as condições para crises mais amplas e destrutivas, e reduzindo os recursos de prevenção das crises (p. 50).

As tendências de crise do capitalismo se ampliam e aprofundam-se cada vez mais.

O geógrafo perspicaz detecta de imediato a dimensão especificamente espacial e geográfica desse argumento. Um exame mais detido do *Manifesto* revela que ele contém uma polêmica peculiarmente sua quanto ao papel das transformações geográficas, dos "ajustes espaciais" e dos desenvolvimentos geográficos desiguais, na longa história da acumulação capitalis-

ta. Essa dimensão do *Manifesto* merece um escrutínio mais profundo, pois tem muito a dizer sobre como a burguesia tanto cria como destrói os fundamentos geográficos — ecológicos, espaciais e culturais — de suas próprias atividades, construindo um mundo à sua própria imagem e semelhança. Essa é a contradição central na qual desejo concentrar a atenção aqui, muito embora, como logo vai ficar patente, não seja viável nem desejável isolar dos outros algum tema específico do *Manifesto*.

1. A dimensão espacial

A acumulação do capital sempre foi uma questão profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes à expansão geográfica, à reorganização espacial e ao desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo há muito teria cessado de funcionar como sistema econômico-político. Essa perpétua realização do que chamei alhures (ver HARVEY, 1982) de “ajuste espacial” das contradições internas do capital (registrado de modo mais marcante como uma hiperacumulação do capital numa área geográfica específica), associada com uma inserção desigual dos diferentes territórios e das formações sociais no mercado mundial capitalista, criou uma geografia histórica global de acumulação do capital cujo caráter precisa ser bem entendido. Essas diferenciações são mais importantes hoje do que em qualquer outra época, e os pontos fracos do *Manifesto*, assim como seus pontos fortes, na abordagem delas precisam ser enfrentados e abordados. O modo como Marx e Engels conceituaram o problema também merece exame, pois foi com respeito a esse ponto que um movimento comunista que se distribuía pelo continente europeu — com representantes em muitos países — se formou para tentar definir um programa revolucionário comum que funcionasse em meio a uma considerável diferenciação geográfica e cultural.

A abordagem de Marx e Engels ao problema do desenvolvimento geográfico desigual e ao ajuste espacial é um tanto ambivalente. De um lado, questões de urbanização, de transformação geográfica e de “globalização” têm lugar proeminente em sua argumentação, mas, de outro, as potenciais ramificações das reestruturações geográficas tendem a se perder numa modalidade retórica que privilegia em última análise o tempo e a história em detrimento do espaço e da geografia.

A frase inicial do *Manifesto* situa o argumento na Europa, e é primordialmente a essa entidade transnacional e às suas classes trabalhadoras que suas teses se dirigem. Isso reflete o fato de “comunistas de várias nacionalidades” (o francês, o alemão, o italiano, o flamengo e o dinamarquês, bem como o inglês, são as línguas nas quais se pretende publicar o documento) terem se reunido em Londres para formular um programa para a classe trabalhadora. Logo, o documento é antes eurocêntrico do que internacional.

Mas a importância do cenário global não é ignorada. As mudanças revolucionárias que levaram a burguesia ao poder estavam vinculadas com “o descobrimento da América, a passagem pelo Cabo da Boa Esperança” e a abertura do comércio às colônias e com os mercados das Índias Orientais e da China. A ascensão da burguesia está, desde o começo da discussão, intimamente ligada a suas atividades e estratégias geográficas no palco do mundo:

A indústria moderna criou o mercado mundial, tendo o descobrimento da América aberto o caminho para isso. Esse mercado tem proporcionado um imenso desenvolvimento ao comércio, à navegação, à comunicação por terra. Esse desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a extensão da indústria; e à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolviam, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e relegando a segundo plano as classes legadas pela Idade Média (MARX, ENGELS, ed. 1952, p. 42-43).

Com esses recursos geográficos, a burguesia sobrepujou, solapou por fora e subverteu por dentro os poderes feudais restritos a territórios. Também por meio deles a burguesia transformou o Estado (com suas forças militar, organizacional e fiscal) no executor de suas próprias ambições (p. 44). E, uma vez no poder, continuou a realizar sua missão revolucionária, em parte via transformações geográficas internas e externas. Internamente, a criação de grandes cidades e a rápida urbanização fazem que as cidades governem o campo (ao tempo em que o resgatam da “estupidez” da vida rural e reduzem o campesinato a uma classe subalterna). A urbanização concentra no espaço as forças produtivas e a força de trabalho, transformando populações dispersas e sistemas descentralizados de direitos de propriedade em imensas concentrações de poder político e econômico que acabam por se consolidar no aparelho legal e militar da nação-Estado. As “forças da natureza” tornam-se sujeitas ao controle humano à medi-

da que sistemas de transporte e de comunicação, divisões territoriais do trabalho e infra-estruturas urbanas são criados para servir de fundamento à acumulação de capital.

Mas a conseqüente concentração do proletariado em fábricas e cidades torna os proletários conscientes de seus interesses comuns. A partir disso, eles criam instituições como os sindicatos para articular suas reivindicações (p. 53-55). Além disso, os sistemas modernos de comunicação põem "os trabalhadores de localidades diferentes em contato uns com os outros", o que permite que "as numerosas lutas locais, todas dotadas do mesmo caráter", sejam centralizadas numa "única luta nacional entre as classes". Esse processo, à medida que ultrapassa as fronteiras nacionais, despoja os trabalhadores de "todos os vestígios do caráter nacional", dado que todos e cada um deles se acham sujeitos ao regime unificado do capital (p. 58). A organização da luta da classe trabalhadora se concentra e se difunde no espaço de uma maneira que espelha as ações do capital (ver abaixo).

Marx desenvolve essa idéia numa passagem tão famosa que podemos simplesmente dar uma mera olhada em vez de lê-la e refletir a seu respeito com o cuidado que merece:

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte... Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países... As antigas indústrias nacionais são destruídas e continuam a sê-lo diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, por indústrias que não empregam mais matérias-primas nacionais, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, indústrias cujos produtos são consumidos não somente no próprio país mas em todas as partes do globo. Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades que reclamam para sua satisfação produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. Em vez do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolve-se um intercâmbio em todas as direções, uma interdependência universal das nações. E isso se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se propriedade-comum de todas. A estreiteza e o exclusivismo nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; e das inúmeras literaturas nacionais e locais nasce uma literatura universal... (p. 46-47).

Se essa não for uma impressionante descrição de "globalização" na forma que a conhecemos, será difícil imaginar o que poderia ser. Porém, Marx e Engels fazem um acréscimo:

A burguesia ... arrasta para a torrente de civilização mesmo as nações mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga a capitularem os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de extinção, ela obriga todas as nações a adotar o modo burguês de produção, constringe-as a abraçar o que ela chama civilização, isto é, a se tornar burguesas. Numa palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança.

É enunciado aqui (embora com um toque de ironia) o tema da "missão civilizatória" da burguesia. Mas está implícita a existência de um certo limite à capacidade da expansão geográfica de funcionar indefinida e perpetuamente. Se a missão geográfica da burguesia é a reprodução das relações produtivas e de classe numa escala geográfica em progressiva expansão, o campo de ação tanto para as contradições internas do capitalismo como para a revolução socialista também se amplia geograficamente. A luta de classes torna-se global, o que com efeito leva ao famoso imperativo "trabalhadores de todo o mundo, uni-vos" como condição necessária a uma revolução anticapitalista e pró-socialista.

2. A teoria do ajuste espacial

Marx e Engels não formularam suas idéias a partir do nada. Na verdade, recorreram a uma longa tradição de análise. De modo particular, parecem ter se apoiado bastante numa leitura de *A filosofia do Espírito*, de Hegel, adquirindo ao se inspirar nessa obra pontos fortes e fracos.

Hegel (ed. 1967, p. 148-152, 278) apresenta ali o imperialismo e o colonialismo como potenciais soluções para as sérias e desgastantes contradições internas do que ele considerava uma sociedade civil "madura". A crescente acumulação de riqueza, num pólo, e a formação de uma "plebe ignara" condenada a um sofrimento e a um desespero profundos, no outro, criavam as condições para a instabilidade social e a guerra de classes, que não podem ser curadas por nenhuma transformação interna (como a redistribuição de riquezas dos ricos para os pobres). Assim, a sociedade civil é impelida por sua "dialética interna" a "ampliar seus próprios limi-

tes e procurar mercados e, em consequência, os meios de subsistência necessários em outras terras que sejam ou deficientes nos bens que ela produziu em excesso ou atrasadas de modo geral em termos de indústria". Ela tem também de fundar colônias, para desse modo permitir a uma parcela de sua população "o retorno à vida em bases familiares numa nova terra". Por esse meio, a sociedade também "proporciona a si mesma uma nova demanda e um novo campo para sua indústria". Tudo isso é alimentado por uma "paixão de ganho" que envolve inevitavelmente riscos, de modo que a indústria, "em vez de permanecer arraigada ao solo e ao círculo limitado da vida civil, com seus prazeres e desejos, ... acolhe o elemento de fluxo, de perigo e de destruição". Evidencia-se aqui uma prefiguração de parte da retórica do *Manifesto*.

Tendo, nuns poucos breves parágrafos surpreendentes, esboçado as possibilidades de uma solução imperialista e colonial para as contradições internas em constante intensificação da sociedade civil, Hegel espantosamente deixa de lado a questão. Deixa-nos no escuro sobre se o capitalismo pode ser estabilizado mediante o recurso a algum "ajuste espacial" seja a curto ou a longo prazo. Em vez de fazer isso, ele volta a atenção para o conceito do Estado como a concretização da idéia ética. Pode-se entender que isso envolve que a transcendência das contradições internas da sociedade civil pelo Estado moderno — uma transformação interna — é tanto possível como desejável. Mas em parte alguma Hegel explica como se vai concretamente superar os problemas da pobreza e da crescente polarização na distribuição da riqueza que já identificou. Será então de esperar que acreditemos nesse caso que esses problemas particulares podem ser solucionados por meio do imperialismo? O texto é ambivalente. Esse é, como assinala Avineri (1972, p. 132), "o único ponto de seu sistema em que Hegel levanta um problema e o deixa em aberto". Ao que parece, há apenas uma possibilidade de que a solução para o problema do capitalismo resida em alguma terra prometida ou outro espaço situado além do horizonte.

Pode-se debater interminavelmente sobre o grau de influência de Hegel nas preocupações ulteriores de Marx. Engels por certo acreditava que Marx era "a única pessoa capaz de empreender a tarefa de extrair da lógica hegeliana o núcleo que contém as reais descobertas de Hegel" (MARX, ENGELS, ed. 1980, p. 474). A linguagem que Marx usa para descrever a lei geral da acumulação capitalista em *O capital*, por exemplo,

tem grande semelhança com a de Hegel. *A filosofia do direito* (HEGEL, ed. 1967, p. 150) afirma:

Quando o padrão de vida de grande massa de pessoas cai abaixo de um certo nível de subsistência — nível regulado automaticamente como o necessário para um membro da sociedade —, ... o resultado é a criação de uma multidão de pobres. Ao mesmo tempo, isso traz consigo, no outro extremo da escala social, condições que muito facilitam a concentração de uma quantidade desproporcional de riqueza numas poucas mãos.

Em *O capital* (volume 1), Marx escreve:

À medida que o capital se acumula, a situação do trabalhador, seja seu pagamento alto ou baixo, tende a piorar... Ele faz da acumulação da miséria uma condição necessária correspondente à acumulação da riqueza. A acumulação de riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, do tormento do labor, da escravidão, da ignorância, da brutalização e da degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (p. 799).

É notável o paralelo entre os dois textos. É mesmo possível interpretar o primeiro volume de *O capital* como uma argumentação extremamente bem elaborada, alimentada por muitos dados históricos e materiais comprobatórios, a fim de provar que as proposições apresentadas por Hegel com tão pouco rigor, sem nenhum suporte lógico ou comprobatório, estavam indubitavelmente corretas. As contradições internas que Hegel descreveu eram, ao ver de Marx, não somente inevitáveis como infensas a toda resolução interna que ficasse aquém da revolução proletária. Deixado a seus próprios mecanismos, sem controles nem regulamentos, o capitalismo do livre mercado acabaria dilapidando, e em última análise destruindo, as duas fontes de sua própria riqueza — o trabalhador e o solo. Foi essa a conclusão que Marx queria tornar aceita não só pelos hegelianos como também por todas as pessoas. Mas para dar coerência à sua argumentação ele tinha igualmente de considerar a questão de algum ajuste espacial — alguma solução utópica em algum outro espaço — que Hegel levantara mas não desenvolvera.

À luz disso, outra característica da estrutura argumentativa de *O capital* faz sentido. O último capítulo do volume 1 trata da questão da colonização. Parece à primeira vista uma estranha reflexão ulterior numa obra que, no capítulo precedente, anunciou a expropriação dos expro-

priadores e da penúria constitutiva da burguesia com uma retórica que lembra o *Manifesto*. Mas, considerando-se o argumento de Hegel, o capítulo adquire particular significação. Marx procura demonstrar que a burguesia contradisse seus próprios mitos quanto à origem e à natureza do capital por meio das políticas que defendeu nas colônias. Nos relatos burgueses (de que o caso paradigmático é Locke), o capital (uma coisa) teve como origem o exercício proveitoso da própria capacidade de trabalho do produtor, ao passo que a força de trabalho como mercadoria veio de um contrato social, livremente firmado, entre os que produzem capital excedente por meio da frugalidade e da diligência e aqueles que optam por não o fazer. “Essa bela fantasia”, treveja Marx, “rui por terra” nas colônias. Enquanto o trabalhador puder “acumular por si mesmo — o que lhe é dado enquanto permanecer com a posse dos meios de produção —, a acumulação capitalista e o modo capitalista de produção são impossíveis”. O capital não é uma coisa física, mas uma relação social. Funda-se na “aniquilação da propriedade privada adquirida com esforços pessoais, em outras palavras, a expropriação do trabalhador”. Historicamente, essa expropriação se achava “inscrita nos anais da humanidade em termos de sangue e fogo” — e Marx cita capítulo, versículo e a duquesa de Sutherland para provar o que diz. Essa mesma verdade é expressa nas políticas da terra coloniais, como as de Wakefield, Austrália, em que as forças da propriedade privada e do Estado deveriam ser usadas para excluir os trabalhadores do fácil acesso a terras devolutas a fim de preservar um conjunto de trabalhadores assalariados para a exploração capitalista. Assim, a burguesia foi forçada a reconhecer que buscava em seu programa de colonização aquilo que se esforçava por ocultar em casa — que o trabalho assalariado e o capital se baseiam na separação forçada entre o trabalhador e o controle dos meios de produção. Eis o segredo da acumulação “primitiva” ou “original” do capital.

A relação de tudo isso com a questão que Hegel não examinou requer explicação. Se os trabalhadores puderem voltar a uma existência realmente não-alienada (estabelecer sua utopia) por meio da migração para o exterior ou para alguma região fronteiriça, o controle capitalista sobre a oferta de trabalho será solapado. Essa forma de expansão pode ser vantajosa para o trabalho mas não pode oferecer uma solução para as contradições internas do capitalismo. Em textos ulteriores, Marx acentuou mais a questão. Primeiro ele distinguiu dois tipos de empreendimento colonial:

Há colônias propriamente ditas, como os Estados Unidos, a Austrália etc. Aqui, a massa de colonos fazendeiros, embora levem consigo um montante grande ou pequeno de capital da terra natal, não são capitalistas, nem se dedicam à produção capitalista. São mais ou menos camponeses que trabalham para si mesmos e cujo principal objetivo é antes de tudo garantir a própria subsistência. . . No segundo tipo de colônias — as plantações [*plantations*] —, em que desde o começo estão presentes as especulações comerciais e em que a produção visa o mercado mundial, existe o modo capitalista de produção (MARX, ed. 1968, p. 302-303).

No primeiro tipo de colônia,

O regime capitalista entra em toda parte em colisão com a resistência do produtor, que, na qualidade de proprietário de seus próprios meios de produção, emprega esse trabalho para enriquecer a si mesmo, em vez de ao capitalista. A contradição entre esses dois sistemas econômicos diametralmente opostos se manifesta nesse caso, na prática, como uma luta entre eles. Quando tem como amparo o poder do país natal, o capitalista tenta tirar do caminho, por meio da força, os modos de produção e de apropriação baseados no trabalho independente do produtor (MARX, ed. 1976, p. 716).

Os novos mercados e os novos campos para a indústria, que Hegel considerava vitais, só podem ser conquistados pela recriação de relações capitalistas e do poder associado de se apropriar do trabalho alheio. As condições fundamentais que, para começar, deram ensejo ao problema — a alienação do trabalho — são aqui replicadas. O capítulo de Marx sobre a colonização parece fechar a possibilidade de um “ajuste espacial” externo para as contradições internas do capitalismo. Marx evidentemente sentiu-se obrigado a fechar a porta que Hegel abriu em parte e a consolidar seu chamado à revolução total ao recusar a idéia de que a colonização (ou, por extensão, todo outro tipo de ajuste espacial) pudesse a longo prazo ser uma solução viável para as contradições internas do capitalismo.

Mas a porta não ficaria fechada. A “dialética interna” de Hegel passa por sucessivas representações na obra de Marx, e em todos os pontos a questão da resolução espacial das contradições do capitalismo é recolocada. O capítulo sobre a colonização pode ser suficiente para o primeiro volume de *O capital*, em que Marx só se concentra na questão da produção. Mas que dizer do terceiro volume, em que Marx mostra que os requisitos da produção entram em conflito com os da circulação para gerar crises de hiperacumulação? A polarização assume então a forma de “capital não

empregado num pólo e população trabalhadora desempregada no outro" (MARX, ed. 1967, v. 3, p. 251) e a conseqüente desvalorização dos dois. Pode a formação dessas crises ser contida por meio de expansões e reestruturas geográficas? Marx, como mostrei em outro trabalho (HARVEY, 1982), não descarta a possibilidade de que o comércio exterior e o crescimento dos mercados externos, a exportação de capital para a produção e a expansão do proletariado por meio da acumulação primitiva em outras terras combatam a curto prazo a taxa descendente de lucro. Mas quanto tempo dura o curto prazo? Se ela se estender por várias gerações (como supôs Rosa Luxemburgo em sua teoria do imperialismo), o que ocorre com a teoria de Marx e com sua prática política associada de buscar transformações revolucionárias no âmago da sociedade civil aqui e agora?

E se os trabalhadores também buscassem seu ajuste espacial? Marx é então obrigado a enfrentar uma crescente crença no âmbito do movimento dos trabalhadores segundo a qual a fuga para alguma terra prometida por meio de emigração seria a resposta para seus males. A carta aberta de Marx (citada em MARIN, 1984) aos icarianos, uma seita utópica dirigida pelo influente Etienne Cabet, escrita em 1948, não só alega que todo novo alicerce da organização social deve ser assentado no lugar em que se está, a Europa, como também que a tentativa de escapar para Utopia (lugar nenhum — Icária) estava fadada ao fracasso. Os emigrantes, alegou ele, estariam "demasiado infectados pelos erros de sua educação e pelos preconceitos da sociedade atual para conseguir se libertar deles em Icária". Dissensões internas seriam facilmente exploradas por forças externas hostis e estranhas. Além disso, o ônus imposto aos trabalhadores por meio de mudanças radicais na divisão do trabalho e nas condições ambientais exigiriam um nível de entusiasmo e de compromisso-fadado a se reduzir com o passar do tempo. E, observa com perspicácia Marx, "umas poucas centenas de milhares de pessoas não podem estabelecer e dar continuidade a uma situação de vida comunitária sem assumir uma natureza excludente e sectária". Viu-se depois que foram exatamente esses os problemas que levaram à derrocada de comunidades icarianas nos Estados Unidos (ver Johnson, 1974), o que dá alguma credibilidade ao argumento final de Marx:

Para comunistas — e sem dúvida para icarianos — que têm consciência do princípio da liberdade pessoal, uma comunidade de propriedade coletiva sem um período de transição, na verdade uma transição democrática

durante a qual a propriedade privada é lentamente transformada em propriedade social, é tão impossível quanto colher a lavoura que não se plantou (MARIN, 1984, p. 273-279).

Para os trabalhadores, os anseios utópicos podem ter sido compreensíveis, mas não havia uma maneira concreta de o ajuste espacial funcionar mais para eles do que para o capital.

3. Problematicar a geografia do *Manifesto*

O elemento geográfico do *Manifesto* tem sido em larga medida ignorado em comentários subsequentes. Quando se tornou o foco da atenção, foi muitas vezes tratado como não-problemático do ponto de vista da ação política. Isso sugere uma dúlice resposta quando examinarmos a argumentação. Em primeiro lugar, é vital reconhecer (como faz tão claramente o *Manifesto*) as maneiras pelas quais as reorganizações e reestruturas, as estratégias espaciais e os elementos geopolíticos, os desenvolvimentos geográficos desiguais e assim por diante são aspectos vitais da acumulação do capital e da dinâmica da luta de classes, tanto historicamente como em nossos dias. É também vital reconhecer (de formas que o *Manifesto* tende a desprezar) que a luta de classes ocorre de diferentes maneiras no terreno altamente variegado e que o ímpeto para o socialismo tem de levar em conta realidades geográficas e possibilidades geopolíticas.

Mas, em segundo lugar, é igualmente importante problematizar o verdadeiro relato ("esboço" seria um termo mais apropriado) oferecido no *Manifesto* para desenvolver uma compreensão mais elaborada, precisa e politicamente útil sobre como as dimensões geográficas da acumulação do capital e da luta de classes desempenharam e desempenham um papel fundamental na perpetuação do poder burguês e na supressão dos direitos e aspirações dos trabalhadores.

A seguir, vou tomar em larga medida a primeira resposta como "dada", ainda que tenha plena consciência de que ela precisa ser reafirmada repetidas vezes no âmbito de um movimento que de modo nenhuma assimilou algumas de suas implicações básicas, e muito menos todas elas. Embora Lefebvre (1976) talvez exagere um pouco, creio que vale a pena recordar sua observação de que o capitalismo sobreviveu ao século XX graças a um único recurso — "a ocupação de espaço, a produção de espaço". Seria de fato irônico se o mesmo viesse a ser dito ao final do século XXI!

Minha preocupação principal aqui é, pois, elaborar uma avaliação crítica do relato concreto apresentado no *Manifesto*. Faço-o principalmente do ponto de vista de nossa época, em vez de da perspectiva de 1848 (embora, como indicarei aqui e ali, haja alguns pontos do *Manifesto* abertos a crítica mesmo no momento de sua concepção). No processo, vou tentar apartar os pilares da argumentação sobre o desenvolvimento espaço-temporal da acumulação do capital e da luta de classes de seu alicerce hegeliano. Dessa perspectiva, isolo sete aspectos da geografia do *Manifesto* para comentários críticos.

1. A divisão do mundo em nações “civilizadas” e “bárbaras” é, para dizer o mínimo, anacrônica, se não totalmente contestável, ainda que se possa desculpá-la como típica de sua época. Além disso, o modelo generalizado de centro-periferia da acumulação do capital, que a acompanha, é na melhor das hipóteses uma grosseira simplificação exagerada, e, na pior, ilusório. Faz parecer que o capital centralizado num dado lugar (a Inglaterra ou a Europa) se difunde centrifugamente para abranger o resto do mundo. Essa idéia parece vir da aceitação acrítica da teleologia hegeliana — se se deve de algum modo considerar o espaço, trata-se de um recipiente passivo de um processo histórico teleológico que começa no centro e se difunde centrifugamente para abarcar todo o globo. Deixando de lado todo o problema de onde exatamente nasceu o capitalismo e de se ele nasceu num só lugar ou se emergiu simultaneamente em ambientes geograficamente distintos — uma arena de disputa acadêmica que não dá sinais de se aproximar do consenso (ver BLAUT, 1977; 1993) —, o desenvolvimento subsequente de um capitalismo que, ao menos ao final do século XVIII, veio a concentrar suas formas mais livres de desenvolvimento na Europa em geral e na Grã-Bretanha em particular, não pode ser abarcado por esse modo difusionista de pensar. Embora haja alguns casos em que o capitalismo se difundiu de um centro para uma periferia (por exemplo, a exportação de capital excedente europeu para a Argentina ou a Austrália ao final do século XIX), esse relato não considera o que aconteceu no Japão depois da restauração Meiji nem no que hoje ocorre quando primeiro a Coréia do Sul e depois a China se dedicam a alguma forma de acumulação primitiva internalizada e inserem sua força de trabalho e seus produtos nos mercados globais.

A geografia da acumulação do capital merece um tratamento bem mais nuançado do que o esboço difusionista oferecido pelo *Manifesto*. O problema não está na pouca elaboração do relato *per se*, mas no fato de o *Manifesto* não delinear uma teoria do desenvolvimento geográfico desigual (que muitas envolve a acumulação primitiva desigual) que seria útil para mapear a dinâmica da formação da classe trabalhadora e da luta de classes mesmo no espaço europeu, para não falar do global. Marx retificou parcialmente esse problema em obras posteriores. E há ao menos uma sugestão no *Manifesto* de uma leitura mais dialética da origem do capital nas atividades mercantis de apropriação e de pilhagem de riqueza ao redor do mundo.

Uma compreensão mais plenamente teorizada da dialética espaço/lugar no desenvolvimento capitalista também teria utilidade. Como lugares, regiões e territórios evoluem dadas relações espaciais em mudança? Os jogos geopolíticos de poder entre nações-Estado (ou outras unidades territoriais), por exemplo, se interligam com a posição no mercado numa estrutura mutável de relações espaciais que privilegia, por sua vez, certas localizações e certos territórios para a acumulação capitalista. Também é interessante observar que as burguesias nacionais que não podiam mobilizar com facilidade poderes espaciais para derrotar o feudalismo acabaram no fascismo (a Alemanha, a Itália e a Espanha no século XX são exemplos disso). Como se trata de argumentos bastante abstratos, tentarei a seguir dar-lhes algum estofamento.

Para começar, o globo nunca foi um campo nivelado em que a acumulação capitalista pudesse jogar seu destino. Foi e continua a ser uma superfície intensamente variegada, ecológica, política, social e culturalmente diferenciada. Os fluxos de capital encontraram alguns terrenos mais fáceis de ocupar do que outros em diferentes fases de desenvolvimento. E no contato com o mercado capitalista mundial algumas formações sociais adaptaram-se para se inserir agressivamente nas formas capitalistas de troca de mercado, ao passo que outras não o fizeram, por uma ampla gama de motivos, o que teve conseqüências supremamente importantes. A acumulação primitiva ou “original” da parte de algumas classes dirigentes não-capitalistas pode ter ocorrido e ocorreu em diferentes lugares e épocas, ainda que facilitada pelo contato com a rede do mercado, que vai

progressivamente tornando o globo uma única unidade econômica. Mas quando e onde ocorre essa acumulação primitiva depende de condições locais, mesmo que os efeitos sejam globais. É hoje uma crença sobremodo disseminada no Japão, por exemplo, que o sucesso comercial do país a partir de 1960 deveu-se em parte à posição não-competitiva e isolacionista da China depois da revolução, e que a inserção contemporânea do poder chinês no mercado capitalista mundial pode ser o prenúncio da derrocada do Japão como economia de produção em vez de *rentier*. Contingências desse tipo, e não a teleologia, têm representado um importante papel na história capitalista mundial. Além disso, o caráter global da acumulação do capital traz o problema de um poder burguês disperso (é de complicadas relações e alianças com elites dirigentes não-capitalistas) que pode vir a ser de manejo mais difícil em termos geopolíticos precisamente por causa de suas múltiplas sedes. O próprio Marx mais tarde se preocupou com essa possibilidade política. Em 1858, ele escreveu, numa passagem de que Mézáros (1995) tirou corretamente grande proveito:

Porque a difícil questão é: a revolução no continente é iminente, e seu caráter será imediatamente socialista; ela não vai ser *necessariamente esmagada* neste *pequeno recanto do mundo*, dado que, num terreno bem mais amplo, o desenvolvimento da sociedade burguesa ainda está em *ascensão* (p. XII).

Um bom corretivo é refletir acerca do número de revoluções socialistas ao redor do mundo que foram isoladas e esmagadas pelas estratégias geopolíticas de um poder burguês em ascensão.

2. O *Manifesto* acentua corretamente a importância da redução de barreiras espaciais, por meio de inovações e investimentos em transporte e comunicações, como essencial para o crescimento e a manutenção do poder burguês. Além disso, a discussão indica que se trata de um processo em andamento, em vez de já realizado. No tocante a isso, o *Manifesto* é presciente ao extremo. "A aniquilação do espaço por meio do tempo", como Marx veio mais tarde a denominá-la, se acha profundamente arraigada à lógica da acumulação do capital, envolvendo como envolve as transformações, contínuas, ainda que acidentadas, das relações espaciais que têm caracterizado a geografia histórica da era burguesa (num gradiente que vai de estradas com passagem controlada ao ciberespaço, passando por ferrovias, rodo-

vias e viagens aéreas). Essas transformações afetaram as próprias bases das qualidades absolutas do espaço (frequentemente associadas com o feudalismo), enfatizando a relatividade das relações espaciais e das vantagens vinculadas à localização, o que fez da doutrina ricardiana das vantagens comparativas no comércio uma questão extremamente dinâmica em vez de estável. Além disso, é preciso mapear as marcas espaciais dos fluxos de mercadorias em sua relação com os fluxos de capital, a força de trabalho, as vantagens militares, as transferências de tecnologia, os fluxos de informação e outros aspectos semelhantes. Com respeito a isso, o *Manifesto* não estava errado; suas prescientes afirmações é que não tiveram avaliado seu pleno alcance.

3. Pode ser que uma das maiores ausências do *Manifesto* seja sua falta de atenção à organização territorial do mundo em geral e do capitalismo em particular. Se, por exemplo, o Estado foi necessário como um "braço executivo da burguesia", teve ele de ser territorialmente definido, organizado e administrado. O esboço da maneira como isso ocorreu é, se bem que provocador, demasiado resumido. A concentração da propriedade e a ascensão da classe burguesa à ascendência política "reuniu" "províncias [independentes ou] frouxamente vinculadas entre si, com interesses, leis, governos e sistemas de taxação separados" numa "só nação, com um só governo, um só código legal, um só interesse de classe, uma só fronteira e uma única tarifa aduaneira" (MARX, ENCELS, ed. 1952, p. 48).

Embora o direito de coexistência de Estados independentes soberanos tenha sido estabelecido no Tratado da Vestfália em 1648 como uma norma (distintivamente instável) européia, a extensão geral do princípio ao globo terrestre precisou de vários séculos para tomar forma, tal como ocorreu com os processos internos da formação da nação-Estado. Em 1848, ainda não ocorrera na Alemanha e na Itália essa "reunião". Em boa parte do resto do mundo, pode-se afirmar que mesmo agora ela ainda não se realizou por inteiro. O século XIX foi o grande período das definições territoriais (tendo a maioria das fronteiras do mundo sido estabelecidas entre 1870 e 1925, boa parte das quais traçadas pelos britânicos e franceses, atividade de que o exemplo mais espetacular foi a divisão da África em 1885). Mas a formação e a consolidação do Estado são um passo que se acha bem

além da definição territorial, tendo mostrado ser uma questão deveras prolongada e com freqüência instável (particularmente, por exemplo, na África). Só depois de 1945 veio a descolonização aproximar um pouco mais a formação do Estado, no nível mundial, do modelo altamente simplificado que o *Manifesto* concebe. Além disso, o relativismo introduzido por revoluções nos transportes e nas comunicações, associado à dinâmica irregular da luta de classes e da alocação de recursos, significa que as configurações territoriais não podem permanecer estáveis por muito tempo. Os fluxos de mercadorias, de capital, de trabalho e de informações sempre tornam porosas as fronteiras. Há aí largo espaço de manobra para a contingência (incluindo fases de reorganização e redefinição territoriais), o que solapa toda interpretação teleológica simples (do tipo derivado de Hegel e que ainda se pode encontrar em idéias, tanto capitalistas como comunistas, sobre o que o futuro reserva necessariamente).

4. Claro que o Estado é apenas uma das muitas instituições mediadoras que influenciam a dinâmica da acumulação e da luta de classes. É imperativo também dar lugar de destaque ao dinheiro e às finanças. Quanto a isso, há algumas questões curiosas acerca das quais o *Manifesto* silencia, em parte, suspeito, porque seus autores ainda tinham de descobrir suas percepções fundamentais sobre as relações dialéticas entre o dinheiro, a produção, a troca de mercadorias, a distribuição e a produção (tal como são conceptualizadas, por exemplo, na Introdução ao *Grundrisse*). Mas também pode ter ocorrido de os autores terem sido ambivalentes diante das duas principais correntes de pensamento radical da época — a dos sansimonianos, que viram na associação de capitais e na centralização do crédito uma solução, em oposição ao que viria a ser a ênfase anarquista (de, por exemplo, Proudhon) na centralização e nas cooperativas de crédito, com seu forte atrativo para os artesãos e pequenos produtores de mercadorias. Há duas maneiras de examinar esse aspecto (e considero aqui a questão do dinheiro e do crédito como a um só tempo emblemática e fundamental). De um lado, podemos interpretar o dinheiro no nível do mundo como uma certa representação universal do valor com que se relacionam os territórios (por meio de suas próprias moedas) e à qual os produtores capitalistas se adaptam em sua busca de alguma medida de seu desempenho e sua lucratividade. Trata-se de

uma concepção deveras funcionalista e não-dialética. Faz parecer que o valor paira, como abstração etérea, acima das atividades tanto de indivíduos como de nações (essa é, incidentalmente, a concepção dominante que opera na ideologia neoclássica contemporânea da globalização). Em *O capital*, Marx examina o dinheiro no nível do mundo de uma outra maneira, como representação do valor advinda de uma relação dialética entre a particularidade das atividades materiais (trabalho concreto) realizadas em lugares e momentos particulares e a universalidade dos valores (trabalho abstrato) realizada como troca de mercadorias, que se dissemina e generaliza a tal ponto que passa a ser um ato social normal. Mas as instituições servem de mediação entre particularidade e universalidade, o que confere alguma aparência de ordem e permanência ao que fora disso é areia movediça. Bancos centrais, instituições financeiras, sistemas de troca, moedas locais lastreadas pelo Estado etc. tornam-se assim poderosos mediadores entre a universalidade do dinheiro no mercado mundial e as particularidades de trabalhos concretos realizados aqui e agora ao nosso redor. Essas instituições mediadoras também estão sujeitas a mudança, como quando, por exemplo, a força passa do iene ao marco alemão, e depois ao dólar, e assim sucessivamente, ou novas instituições (como o FMI e o Banco Mundial depois de 1945) emergem para assumir novos papéis mediadores.

O importante aqui é que sempre há uma relação problemática entre, de um lado, condições locais e particulares, e, de outro, a universalidade dos valores conseguida no mercado mundial; e igualmente que essa relação interna é mediada por estruturas institucionais que adquirem elas mesmas um certo tipo de poder independente. É comum que essas instituições mediadoras sejam baseadas e viciadas territorialmente de importantes maneiras. Elas desempenham um papel-chave em determinar onde vão surgir certos tipos de trabalhos concretos e relações de classe, podendo às vezes até mesmo ditar padrões de desenvolvimento geográfico desigual por meio do controle da reunião de capitais e dos fluxos de capital. Dada a importância do sistema bancário e financeiro no nível europeu na década de 1840 (sendo os Rothschild proeminentes atores nos eventos de 1848) e as teorias-políticas-econômicas dos sansimonianos com relação ao poder dos capitais associados de transformar o mundo, a ausência de

uma análise das instituições mediadoras do dinheiro e das finanças é surpreendente, ainda que uma das propostas políticas essenciais do *Manifesto* seja a “centralização do crédito nas mãos do Estado por meio de um banco nacional com capital estatal e monopólio exclusivo” (p. 75). Formulações subseqüentes (de autoria não só de Marx, mas também de Lenin, Hilferding e muitos outros — ver HARVEY, 1982 para um resumo) podem ter ajudado a desenvolver essas questões, mas o tratamento sobremodo episódico e contingente do papel do capital financeiro e monetário na organização da dinâmica geográfica da acumulação do capital pode ter sido um dos legados inadvertidos e infelizes do *Manifesto* (mal se escreveu algo sobre isso entre a obra de referência de Hilferding, escrita em 1910, e o começo da década de 1970).

5. O argumento segundo o qual a revolução burguesa subjugou o campo à cidade e os processos de industrialização e de rápida urbanização assentaram as sementes para uma política mais unificada da classe trabalhadora tem extrema importância. Reduzido à sua formulação mais simples, esse argumento diz que a produção da organização espacial não é neutra no que se refere à luta de classes. E este é um princípio vital, por mais críticos que possamos ser com relação ao esboço dessas dinâmicas tal como registrado no *Manifesto*. O relato oferecido tem a seguinte formulação:

O proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento. Logo que nasce começa sua luta contra a burguesia. A princípio, empenham-se na luta operários isolados, mais tarde operários de uma mesma fábrica, finalmente operários do mesmo ramo de indústria, de uma mesma localidade, contra o burguês que os explora diretamente. Não se limitam a atacar as relações burguesas de produção, atacam os instrumentos de produção: destroem as mercadorias estrangeiras que lhes fazem concorrência, quebram as máquinas, queimam as fábricas e esforçam-se para reconquistar a posição perdida do artesão da Idade Média. Nesta fase, constitui o proletariado massa disseminada por todo o país e dispersa pela concorrência. Se, por vezes, os operários se unem para agir em massa compacta, isto não é ainda o resultado de sua própria união, mas da união da burguesia... Ora, a indústria, desenvolvendo-se, não somente aumenta o número dos proletários, mas os concentra em massas cada vez mais consideráveis; sua força cresce e eles adquirem maior consciência dela... os choques individuais entre o operário e o burguês tomam

cada vez mais o caráter de choques entre duas classes. Os operários começam a formar combinações (Associações de Ofícios [= Sindicatos])... Essa união [dos trabalhadores] é facilitada pelo crescimento dos meios de comunicação criados pela grande indústria e que permitem o contato entre operários de localidades diferentes. Ora, basta esse contato para centralizar as numerosas lutas locais, que têm o mesmo caráter em toda parte, em uma luta nacional de classes... (p. 54-55).

Em boa parte do século XIX, essa descrição registra um caminho bastante comum de desenvolvimento da luta de classes. E há no século XX abundantes exemplos em que se podem discernir trajetórias semelhantes (sendo paradigmática a industrialização da Coréia do Sul). Mas uma coisa é dizer que esse é um esboço descritivo útil, e outra bem diferente alegar serem esses estágios necessários pelos quais a luta de classes tem de passar *en route* para a construção do socialismo.

Se, além disso, esse relato é interpretado, como sugeri, como uma vigorosa afirmação da não-neutralidade da organização espacial na dinâmica da luta de classes, segue-se disso que a burguesia também deve desenvolver suas próprias estratégias espaciais de dispersão, de dividir para governar, de gerar disrupções geográficas diante da ascensão de forças de classe que tão claramente ameaçam sua existência. Adiciona-se às passagens citadas a afirmação acauteladora de que “A organização do proletariado em uma classe e, portanto, em um partido político, é incessantemente destruída pela concorrência que fazem entre si os próprios operários” (p. 55). E há inúmeros exemplos de estratégias burguesas voltadas para produzir esse efeito. Tanto a dispersão da manufatura dos centros para os subúrbios em cidades norte-americanas no final do século XIX — dispersão destinada a evitar a concentração do poder proletário — como o atual ataque ao poder sindical por meio da dispersão e da fragmentação dos processos produtivos no espaço (em larga medida, é claro, para os chamados países em desenvolvimento em que a organização da classe trabalhadora é a mais fraca) têm mostrado ser fortes armas na luta burguesa pelo aumento de seu próprio poder. O estímulo ativo da competição entre trabalhadores ao longo do espaço também tem trabalhado em favor da vantagem capitalista, para não mencionar o problema do localismo e do nacionalismo no interior dos movimen-

tos da classe trabalhadora (sendo o caso mais espetacular a posição da Segunda Internacional na Primeira Guerra Mundial). De modo geral, julgo razoável dizer que os movimentos dos trabalhadores têm sido mais bem-sucedidos em conseguir poder em lugares e territórios do que em controlar espacialidades, de que resulta o uso pela classe capitalista de suas forças superiores de manobra espacial a fim de derrotar revoluções proletárias/socialistas circunscritas a um dado lugar (cf. a preocupação acima citada, que Marx revelou em 1858). Embora nenhuma dessas coisas seja incongruente com o alicerce básico da argumentação do *Manifesto*, é claro que há diferenças com respeito ao esboço concreto da dinâmica da luta de classes estabelecido como um modelo de estágios para o desenvolvimento do socialismo no contexto europeu de 1848.

6. O pressuposto geral que perpassa o *Manifesto* é o de que o nexo da ação revolucionária reside primordialmente no proletariado industrial em rápida urbanização. Mesmo na época, ignorar o potencial revolucionário de movimentos rurais, agrícolas e do campesinato tem de ter parecido um tanto prematuro (os mártires Tolpuddle eram trabalhadores agrícolas que tentaram criar um sindicato em Dorset e terminaram exilados na Austrália pelos problemas que causaram, e muitos segmentos do campo francês estavam movidos em 1848 pelos mesmos sentimentos revolucionários que deles fizeram atores tão essenciais da Revolução Francesa). A longa história subsequente de lutas e guerrilhas camponesas, para não mencionar as batalhas travadas por pequenos produtores, camponeses e outros trabalhadores agrícolas, põe em questão o pressuposto central do *Manifesto* acerca de onde estava o potencial de ação (e reação) revolucionária.
7. Isso nos leva a um dos mais problemáticos elementos do legado do *Manifesto*: a homogeneização do “trabalhador” e das “forças do trabalho” por sobre um terreno geográfico-altamente variado como base adequada a lutas contra as forças do capital. Embora o lema “Operários de todo o mundo, uni-vos!” ainda possa se manter (adequadamente modificado para se livrar de seu pressuposto de gênero) como a única reação apropriada às estratégias globalizantes de acumulação do capital, a maneira de chegar a essa reação e de conceituá-la merece escrutínio crítico. É central ao argumento a crença de que a indústria e o trabalho assalariado modernos, impostos pelos capitalistas

(“tanto na Inglaterra como na França, na América como na Alemanha”), privaram os trabalhadores “de todo vestígio de caráter nacional”. Como resultado,

Os operários não têm pátria. Não se lhes pode tirar aquilo que não possuem. Como, porém, o proletariado tem antes de tudo de conquistar o poder político e erigir-se em classe dirigente da nação, tornar-se ele mesmo a nação, ele é, nessa medida, nacional, embora de nenhum modo no sentido burguês da palavra.

As demarcações e os antagonismos nacionais entre os povos desaparecem cada vez mais com o desenvolvimento da burguesia, com a liberdade do comércio e o mercado mundial, com a uniformidade da produção industrial e as condições de existência que lhes correspondem.

A supremacia do proletariado fará que tais demarcações e antagonismos desapareçam ainda mais depressa. A ação comum do proletariado, pelo menos nos países civilizados, é uma das primeiras condições para sua emancipação.

Na medida em que se suprima a exploração do homem pelo homem, a exploração de uma nação por outra também será suprimida. Na medida em que desapareça o antagonismo entre classes no interior da nação, a hostilidade de uma nação com relação a outra também vai desaparecer (p. 71-72).

A visão orientadora é bastante nobre, mas há inquestionavelmente muito desejo sem base na realidade nessa sua formulação. Na melhor das hipóteses, o *Manifesto* faz uma pequena concessão quanto ao fato de que as medidas iniciais a ser tomadas quando os socialistas chegarem ao poder vão “naturalmente ser diferentes em diferentes países”. O *Manifesto* também observa que surgem problemas na tradução de idéias políticas de um contexto para outro — os alemães assimilaram idéias francesas e as adaptaram às suas próprias circunstâncias, que não eram tão bem desenvolvidas quanto as francesas, criando um tipo alemão de socialismo que foi vigorosamente criticado por Marx (p. 82-83). Logo, no mundo prático da política, há uma certa sensibilidade a condições materiais e circunstâncias locais desiguais. E na seção final do *Manifesto* (p. 94-96) é dada atenção às diferentes condições políticas da França, da Suíça, da Polônia e da Alemanha. A partir disso, Marx e Engels se dão conta de que a tarefa dos comunistas consiste em dotar essas causas de unidade, definir os elementos comuns em meio às diferenças e criar um movimento em torno do qual os operários de todo o mundo possam se unir. Mas, no processo,

confia-se fortemente que a força do capital, que desarraiga e destrói lealdades e vínculos locais territorialmente delimitados, prepare o caminho.

Há, creio, duas maneiras de ler isso em relação às nossas condições contemporâneas. De um lado, o *Manifesto* insiste, a meu ver corretamente, que a única maneira de resistir ao capitalismo e transformar a sociedade rumo ao socialismo é uma luta global em que a formação global da classe trabalhadora, talvez conseguida de maneira gradual de preocupações locais para preocupações nacionais, e destas para preocupações globais, adquira força e presença suficientes para concretizar suas próprias potencialidades históricas. Nesse caso, a tarefa do movimento comunista consiste em encontrar, enfrentando tudo o que há contra isso, maneiras de reunir todos os vários movimentos altamente diferenciados e com frequência locais em algum tipo de comunalidade de propósitos (cf. MOODY, 1997; HEROD, 1997; 1998). A segunda leitura é bem mais mecanicista. Ela vê a destruição automática das diferenças e diferenciações nacionais por meio do avanço burguês, da deslocalização e da desnacionalização das populações operárias e, portanto, de suas aspirações e seus movimentos políticos. A tarefa do movimento comunista é preparar-se para o, e apressar o, ponto final dessa revolução burguesa, educar a classe trabalhadora no tocante à real natureza de sua situação e organizar, com base nisso, seu potencial revolucionário de criação de uma alternativa. Essa visão mecanicista é ao meu ver incorreta, mesmo que se possa encontrar no próprio *Manifesto* uma substancial fundamentação para ela.

A dificuldade central reside no pressuposto de que a indústria e a mercadificação capitalistas vão levar à homogeneização da população trabalhadora. Há naturalmente um sentido inegável em que isso é verdadeiro, mas o que o pressuposto não consegue avaliar é a maneira pela qual o capitalismo ao mesmo tempo diferencia os trabalhadores uns dos outros, por vezes alimentando antigas distinções culturais, relações de gênero, predileções étnicas e crenças religiosas. E ele o faz não só mediante o desenvolvimento de estratégias burguesas explícitas de divisão e controle, mas também através da conversão do princípio da escolha de mercado num mecanismo de diferenciação entre grupos. O resultado disso é a implantação na paisagem geográfica do capitalismo de todo tipo de divisões de classe, de gênero, e outras divisões sociais. Não é possível compreender divisões como as que há entre cidades e subúrbios, e tanto entre regiões como entre nações, como resíduos de alguma ordem antiga. E essas

divisões não desaparecem automaticamente, sendo ativamente produzidas por meio dos poderes diferenciadores da acumulação do capital e das estruturas de mercado. Proliferam lealdades territorialmente delimitadas que, em alguns aspectos, antes se fortalecem do que se desintegram por meio dos mecanismos da luta de classes, bem como através das próprias atividades que desenvolvem em favor de si mesmos tanto o capital como o trabalho. A luta de classes se dissolve com demasiada facilidade em toda uma série de interesses comunitários geograficamente fragmentados, facilmente cooptados por forças burguesas ou explorados pelos mecanismos da penetração neoliberal nos mercados.

Há no *Manifesto* uma subestimação potencialmente perigosa da capacidade do capital de fragmentar, de dividir, de diferenciar, de absorver, de transformar e mesmo de exacerbar antigas divisões culturais, de produzir diferenciações espaciais, de mobilizar geopoliticamente, no âmbito da homogeneização geral produzida pelo trabalho assalariado e pela troca no mercado. E há também uma subestimação dos recursos por meio dos quais o trabalho mobiliza através de formas territoriais de organização, construindo *en route* lealdades territorialmente delimitadas. A dialética da comunalidade e da diferença não funcionou (se é que algum dia pôde funcionar) da maneira pressuposta pelo esboço fornecido no *Manifesto*, ainda que sua lógica subjacente e sua injunção à união sejam corretas.

Capítulo 3

“Operários de todo o mundo, uni-vos!”

AINDA QUE O *Manifesto* se concentre primordialmente na conquista do poder da nação-Estado como seu objetivo político central, a lógica geográfica de sua argumentação também aponta para uma meta mais grandiosa expressa na exortação final de que os operários de todo o mundo se unam na luta anticapitalista. As condições da formação global de classe trabalhadora na última metade do século XX sugere que essa exortação tem mais importância que nunca.

O Banco Mundial (1995) estima que a força de trabalho global dobrou de tamanho entre 1966 e 1995. À altura desta última data, cerca de 2,5 bilhões de mulheres e homens eram participantes ativos dos mercados de trabalho e, em consequência, estavam sujeitos às condições do trabalho assalariado. A maior parte dessa força de trabalho assalariada vivia nas mais lamentáveis condições. O relatório do Banco Mundial continua:

Os mais de um bilhão de indivíduos que vivem com uma renda de um dólar ou menos por dia dependem... de pagamentos lamentavelmente baixos do trabalho duro. Em muitos países, os trabalhadores carecem de representação e exercem suas funções em condições insalubres, perigosas ou indignas. Ao mesmo tempo, cerca de 120 milhões de pessoas estão desempregadas em todo o mundo, e alguns outros milhões perderam a esperança de encontrar trabalho (p. 1-2).

Essa condição se faz presente numa época de rápido crescimento dos níveis médios de produtividade por trabalhador (que segundo o relatório também dobraram em todo o mundo a partir de 1965) e de um rápido incremento do comércio mundial alimentado em parte por reduções nos custos do transporte, mas também por uma onda de liberalização do comércio e de agudos aumentos dos fluxos internacionais de investimentos diretos. Estes últimos ajudaram a construir sistemas de produção integrados transnacionalmente, organizados em larga medida por meio do comércio no interior das próprias empresas. Como resultado, diz um relatório da Agência Internacional do Trabalho [International Labour Office] (1966):

O número de trabalhadores empregados em indústrias que competem no campo das importações e exportações sofreu relevante aumento. Nesse sentido, portanto, pode-se dizer que os mercados de trabalho ao redor do mundo estão se tornando mais interligados... Alguns observadores vêem nessas alterações a emergência de um mercado global do trabalho no qual "o mundo se tornou um imenso bazar em que as nações impelem suas respectivas forças de trabalho a competir umas com as outras, oferecendo os mais baixos preços para a realização de negócios"... A principal apreensão é que a intensificação da competição global venha a gerar pressões para a redução dos salários e dos padrões de trabalho em todo o mundo (p. 4).

Esse processo de interligação cada vez mais forte tem sido intensificado pela "crescente participação na economia mundial de países em desenvolvimento populosos como a China, a Índia e a Indonésia" (p. 4). Com relação à China, por exemplo, o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (1996) relata:

A parcela de manufaturas trabalho-intensivas com relação ao total de exportações passou de 36% em 1975 a 74% em 1990... Entre 1985 e 1993, a taxa de emprego na indústria têxtil passou por um incremento de 20%, a de produtos de vestuário e de fibras por um incremento de 43%, e a de produtos derivados do plástico por um incremento de 51%. A China é agora um importante exportador de produtos trabalho-intensivos para muitos países industriais... Apesar de sua dinâmica criação de empregos, a China ainda enfrenta um formidável desafio no tocante a empregos. As reformas econômicas liberaram uma "população flutuante" de cerca de 80 milhões de pessoas, a maioria das quais em busca de emprego. A Comissão de Planejamento do Estado estima que cerca de 20 milhões de trabalhadores serão expelidos das empresas estatais nos próximos cinco anos, e que 120 milhões mais vão deixar áreas rurais com a esperança de encontrar traba-

lho nas cidades. O crescimento econômico do trabalho intensivo vai precisar continuar num rápido ritmo para que todas essas pessoas consigam encontrar emprego (p. 94).

Cito esse caso para ilustrar as monumentais transformações que ocorreram e têm ocorrido na força de trabalho global. E a China não está sozinha nisso. A indústria de vestuário para exportação de Bangladesh, que vinte anos atrás mal existia, hoje emprega mais de um milhão de trabalhadores (80% dos quais mulheres, estando a metade amontoadas em Daka). Cidades como Jacarta, Bangcoc e Bombaim, como relata Seabrook (1996), tornaram-se mecas da formação de uma força de trabalho transnacional — fortemente dependente da participação das mulheres — que vive em condições de pobreza, de violência, de degradação ambiental crônica e de impiedosa repressão.

Mal surpreende que a inserção dessa massa proletarizada nas redes comerciais globais venha sendo associada a convulsões e levantes sociais de larga escala (ver, por exemplo, parte da excelente documentação fornecida por MOODY, 1997), bem como com condições estruturais em mutação, como é o caso da espiral de desigualdades que separa regiões (o que deixou a África subsaariana bem para trás, ao mesmo tempo que o Leste e o Sudeste asiáticos deram um salto à frente) e classes. No tocante às classes, o *Relatório do desenvolvimento humano das Nações Unidas* (1996) afirma que "entre 1960 e 1991, a parcela dos 20% mais ricos passou de 70 para 85% da renda global — enquanto a dos mais pobres declinou de 2,3 para 1,4%". À altura de 1991, "mais de 85% da população mundial recebia apenas 15% da renda", e "o valor líquido da renda das 358 pessoas mais ricas, os bilionários do dólar, equivale à renda combinada dos 45% mais pobres da população mundial — 2,3 bilhões de pessoas" (p. 2). Nos Estados Unidos, a riqueza líquida somente de Bill Gates era em 1995 maior do que a renda líquida combinada dos 40% mais pobres da população americana (106 milhões de pessoas).

Essa polarização é espantosa, esvaziando a extraordinária alegação do Banco Mundial de que a integração internacional associada ao liberalismo do livre mercado e aos baixos níveis de interferência do governo é a melhor maneira de promover o crescimento e de aumentar o padrão de vida dos trabalhadores. (Enquanto o crescimento era forte, eles estranhamente atribuíram essas virtudes às economias do Leste e do Sudeste asiáticos, mas quando surgiram problemas na região o Banco Mundial e o

FMI mudaram a retórica, e se queixaram de demasiado envolvimento do Estado.) Esvazia também um amplo conjunto de alegações ideológicas de acordo com as quais o livre mercado vai criar uma sociedade de “acionistas” no âmbito de um capitalismo em rápida democratização. Na era do “chamado mercado do povo” nos Estados Unidos, por exemplo, “estatísticas do Federal Reserve [o Banco Central americano] mostram que 60 por cento dos americanos não têm uma única ação” (nem mesmo por meio dos fundos de pensão). Além disso, “o 1 por cento mais abastado da população americana possui cerca de 50 por cento de todas as ações, enquanto os 80 por cento que estão na base da pirâmide possuem apenas 3 por cento delas” (Smith, 1988, B18). Logo, não é difícil ver quem se beneficiou mais com a valorização do mercado de ações na última década. “Causa-lhes horror nossa intenção de suprimir a propriedade privada”, exclamam Marx e Engels no *Manifesto*, “mas na sociedade atual de vocês a propriedade privada já foi suprimida para nove décimos da população” (p. 65).

A realidade local da desigualdade global é descrita vividamente por Seabrook (1996):

A Indonésia promove, em nome do sistema do livre mercado, as mais crassas violações dos direitos humanos, solapando o direito à subsistência daquele de cuja mão-de-obra depende sua vantagem competitiva. As unidades de pequeno e médio porte que subcontratam mão-de-obra para as multinacionais são o exato local em que o malhar, o bater, o moldar do metal vêm das forjas em que são feitos os grilhões para uso da escravidão industrial... Muitas transnacionais estão subcontratando aqui: Lévi-Strauss, Nike, Reebok. Muitos subcontratantes são de propriedade de coreanos. Todos tendem a pagar baixos salários e a impor uma gerência brutal. A Nike e a Levis emitem um código de conduta quanto a critérios de investimento; na prática, porém, sob o complacente sistema, elas sempre procuram os menores custos de produção... Alguns subcontratantes vão de Jacarta para cidades menores, nas quais os trabalhadores têm ainda menos capacidade de se unir para melhorar suas condições (p. 103-105).

Ou, num nível mais pessoal, há o depoimento de duas irmãs, Hira e Mira, que até recentemente trabalhavam para um subcontratante de propriedade cingapuriana que presta serviços à Lévi-Strauss:

Para falar a verdade, somos regularmente insultadas. Quando se irrita, o chefe chama as mulheres de cadelas, de porcas, de putas, e temos de agüentar tudo pacientemente, sem reagir... Trabalhamos oficialmente das sete

da manhã às três da tarde (o salário é inferior a 2 dólares por dia), mas há sempre horas extras compulsórias, que às vezes — especialmente se há um pedido urgente a ser atendido — vão até as nove da noite. Por mais cansadas que estejamos, não nos permitem ir para casa. Podemos ganhar 200 rúpias (10 centavos de dólar americano) a mais... Vamos a pé para a fábrica, vindas do lugar onde moramos. Dentro dela, é muito quente. O prédio tem teto de metal e não há muito espaço para todos os trabalhadores: Ficamos todos bem apertados. Há mais de 200 pessoas trabalhando ali, a maioria delas mulheres, mas só há um sanitário para toda a fábrica... quando chegamos em casa, vindas do trabalho, não temos energia a não ser para comer e dormir (SEABROOK, 1996, p. 90-91).

A casa tem um único cômodo de 2 por 3 metros, e custa 16 dólares mensais; custam quase 10 centavos de dólar duas latas de água, e gasta-se pelo menos 1,5 dólar para comer.

Em *O capital*, Marx conta a história da moleira Mary Anne Walkley, de 20 anos de idade, que costumava trabalhar 30 horas sem parar (embora revivida por ocasionais doses de xerez, vinho do Porto e café) até que, depois de uma jornada particularmente árdua necessária à preparação de “vestes magníficas para as nobres senhoras convidadas para o baile em honra da recém-importada princesa de Gales”, veio a falecer, segundo o testemunho do médico, “em decorrência de longas horas de trabalho num cômodo demasiado apinhado e num quarto muito pequeno e mal ventilado” (ed. 1976, p. 364). Compare-se isso com um relato contemporâneo das condições de trabalho nas fábricas da Nike no Vietnã:

[O senhor Nguyen] descobriu que o tratamento dos trabalhadores pelos gerentes de fábrica no Vietnã (de modo geral coreanos ou taiwaneses) é uma “fonte constante de humilhação”, que ocorrem maus-tratos verbais e assédio sexual com frequência e que “é comum o uso de punições corporais”. Ele descobriu que quantidades extremas de horas extras obrigatórias são impostas aos trabalhadores vietnamitas. “É uma ocorrência comum”, escreveu o senhor Nguyen em seu relatório, “o desmaio de vários trabalhadores por exaustão, por causa do calor e da má nutrição, durante a troca de turnos. Disseram-nos que vários trabalhadores chegaram a vomitar sangue antes de desmaiar.” Em vez de acabar com as condições abusivas nas fábricas, a Nike recorreu a uma elaborada campanha internacional de relações públicas para fazer parecer que se importa com seus trabalhadores. Mas não há campanha de relações públicas capaz de alterar o fato de que um trabalhador de tempo integral que ganha 1,6 dólar por dia prova-

velmente vai passar parcela razoável do tempo com fome, dado que três refeições das mais simples custam 2,10 dólares (HERBERT, 1997).

As condições materiais que desencadearam o ultraje moral de que está infundido o *Manifesto* não desapareceram. Elas se acham incorporadas a tudo — de sapatos da Nike, produtos da Disney e roupas da GAP aos produtos Liz Claiborne [empresária e estilista americana]. E, tal como sucedeu no século XIX, parte da reação foi a indignação reformista de classe média apoiada pelo poder dos movimentos da classe trabalhadora no sentido de regular as condições de trabalho no nível mundial (MOODY, 1997). Campanhas contra o “trabalho insalubre” em todo o mundo e em favor de um código de “práticas de trabalho justas”, talvez certificado por uma “etiqueta de trabalho em condições justas” apenas aos produtos que compramos, bem como campanhas específicas contra a Nike e outras grandes corporações, são exemplo disso (ROSS, 1997; GOODMAN, 1996; GREENHOUSE, 1997a; 1997b).

Logo, a base do cenário do *Manifesto* não sofreu alterações radicais. O proletariado global nunca foi tão volumoso, nem nunca tão forte o imperativo da união dos trabalhadores de todo o mundo. Mas as barreiras a essa união são muito mais formidáveis do que o eram no contexto europeu já complicado de 1848. A força de trabalho se acha hoje bem mais dispersa em termos geográficos, mais heterogênea em termos culturais, mais diversificada étnica e religiosamente, racialmente estratificada e lingüisticamente fragmentada. Isso leva a uma radical diferenciação tanto das modalidades de resistência ao capitalismo como das definições de alternativas. E, embora seja verdade que os meios de comunicação e as oportunidades de tradução tenham passado por grande aprimoramento, trata-se de algo que pouco significa para os cerca de 1 bilhão de trabalhadores que vivem com menos de um dólar por dia e se acham imersos em diferentes histórias culturais, literaturas e compreensões (em comparação com financeiristas internacionais e corporações transnacionais que usam o tempo inteiro as novas formas de comunicação).

Os diferenciais (tanto geográficos como sociais) em termos de salários e de benefícios sociais no universo da classe trabalhadora global também são bem mais pronunciados do que em qualquer outra época. O hiato político e econômico entre os trabalhadores mais bem remunerados da Alemanha e dos Estados Unidos, por exemplo, e os assalariados mais pobres da Indonésia e de Mali é bem maior do que o que separava a

chamada aristocracia dos trabalhadores europeus e seus companheiros não-especializados do século XIX. Isso significa que um dado segmento da classe trabalhadora (principalmente, mas não de modo exclusivo, nos países capitalistas avançados, e com frequência possuidor da mais potente voz política já existente) tem muito a perder além de seus grilhões.

Embora as mulheres tenham sido sempre um importante componente da força de trabalho nos primeiros anos do desenvolvimento capitalista, sua participação tornou-se agora bem mais geral, ao mesmo tempo que se concentrou em certas categorias ocupacionais (de modo geral rotuladas como “não-especializadas” — ver WRIGHT, 1996). Isso evoca agudas questões relativas ao gênero na política da classe trabalhadora que no passado foram com muita frequência empurradas para debaixo do tapete. No tocante a isso, o *Manifesto* nada tem de convincente. Para dizer a verdade, há muitas observações astutas acerca das forças liberadas para destruir a família como instituição e para transformá-la numa relação de propriedade que envolve sua mercadificação. E Marx e Engels por certo declararam que seu objetivo era “abolir o *status* das mulheres como meros instrumentos de produção”. Eles também buscavam, em oposição aos temores burgueses, abolir o que chamam de “a comunidade das mulheres” advinda da propriedade privada (um sistema de “prostituição, tanto pública como privada”, p. 70-71). Mas isso ainda deixa pouca margem para formas mais amplas de luta de gêneros no âmbito do programa socialista. Um movimento proletário fortemente feminizado (que não é impossível em nossos dias) pode mostrar ser um agente de transformação política bem distinto daquele gerido exclusivamente por homens.

As variações ecológicas e os impactos a elas associados (guerras por recursos, injustiça ambiental, efeitos diferenciais da degradação ambiental) tornaram-se bem mais salientes na busca de uma qualidade de vida adequada bem como de cuidados de saúde rudimentares. Também no tocante a isso não há uma arena homogênea em que se possa travar a luta de classes de uma mesma maneira em toda parte, dado que a relação com a natureza é ela mesma uma determinação cultural passível de ter implicações para os modos possíveis de elaboração de uma alternativa ao capitalismo. Embora essas condições interculturais ofereçam a base para uma crítica radical das atitudes puramente utilitárias e instrumentais com respeito ao mundo natural, atitudes integradas constitutivamente às práticas capitalistas de acumulação, são elas igualmente que apresentam ao mo-

vimento socialista o desafio de definir uma política mais ecologicamente sensível do que as que se costumava propor no passado. A maneira de configurar o ambiental ao lado do econômico, e o político ao lado do cultural, torna-se tarefa bem mais árdua no nível global, no qual pressupostos de uma homogeneidade de valores e de aspirações que se aplique a toda a superfície da terra simplesmente não têm validade.

As populações globais também têm passado por mudanças. Parece impossível conter as vagas dos fluxos migratórios. As fronteiras nacionais, apesar de mais porosas ao capital, ainda têm suficiente porosidade a pessoas e ao trabalho. A imigração é uma questão relevante em todo o mundo (estando presente até mesmo no próprio âmbito do movimento trabalhista). A organização do trabalho diante das consideráveis diversidades étnica, racial, religiosa e cultural geradas pelos movimentos migratórios traz problemas particulares que o movimento socialista nunca teve facilidade em abordar, para não falar em resolver. A Europa, por exemplo, tem agora de enfrentar todas as dificuldades advindas da diversidade racial e étnica com que se tem labutado há anos nos Estados Unidos (e que com tanta freqüência mostrou ser um fator imensamente divisivo para a unidade da classe trabalhadora).

A urbanização também se acelerou, criando na organização espacial da população mundial uma ponderável revolução de cunho ecológico, político, econômico e social. A proporção da população global, em constante crescimento, que vive em cidades dobrou em trinta anos, criando concentrações espaciais de massas de pessoas numa escala até então considerada inconcebível. É bem mais fácil organizar a luta de classes, por exemplo, em cidades de mineração em pequena escala como as da região do carvão da parte sul do País de Gales, ou mesmo em cidades industriais relativamente homogêneas como a Manchester do século XIX (com uma população inferior a 1 milhão de pessoas, embora problematicamente dividida entre trabalhadores ingleses e irlandeses), do que organizar a luta de classes (ou ao menos desenvolver as instituições de uma democracia representativa) na São Paulo, na Cairo, na Lagos, na Los Angeles, na Xangai, na Bombaim, e assim por diante, contemporâneas, com suas massas populacionais em constante crescimento, distribuídas caoticamente e muitas vezes alienadas entre si, que chegam perto da marca dos 30 milhões de pessoas ou mesmo a ultrapassam. A escala geográfica em que são definidos hoje os lugares (ver Ilustração 3.1) é tão distinta que altera por inteiro todo o panorama político.

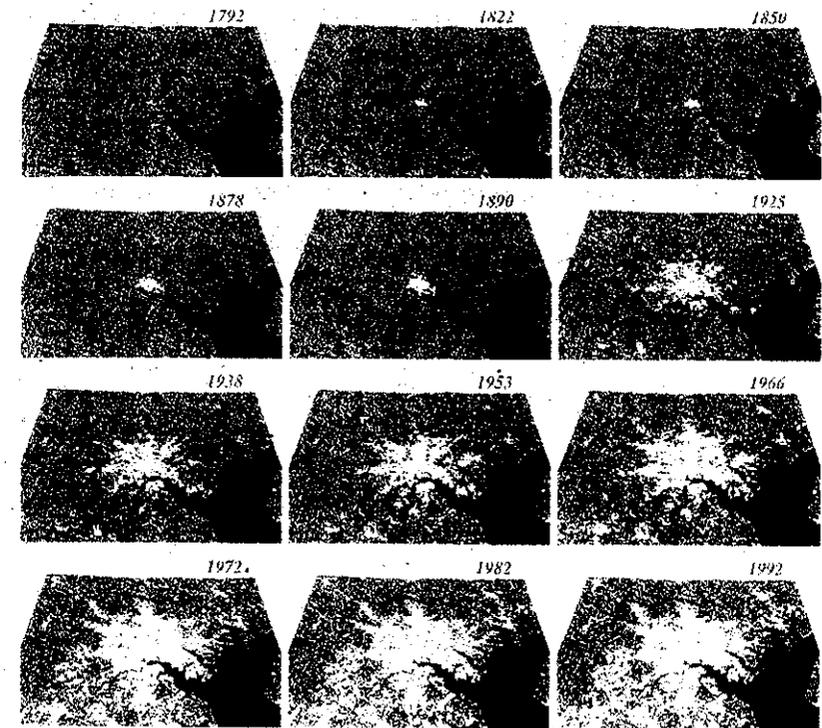


Ilustração 3.1. A mudança de escala de um lugar chamado "Baltimore", 1792-1992. Esta panorâmica do crescimento urbano de Baltimore (Maryland, Estados Unidos), num período de 200 anos, ilustra o problema da mudança de escala da organização urbana. Ela evoca a questão: em que termos faz sentido considerar "Baltimore" uma unidade política, econômica ou ecológica de análise dotada de continuidade identitária ao longo do tempo?

O movimento socialista tem de levar na devida conta essas extraordinárias transformações geográficas, desenvolvendo táticas para lidar com elas. Isso não dilui a importância da conclamação mobilizadora final do *Manifesto* para que os trabalhadores se unam. As condições que enfrentamos no presente momento tornam esse chamado mais imperativo do que nunca. Não obstante, não nos é dado fazer nossa própria história nem nossa própria geografia em condições histórico-geográficas de nossa escolha. A leitura geográfica do *Manifesto* apresentada no capítulo 2 enfatiza

o caráter não-neutro das estruturas e dos poderes espaciais na intrincada dinâmica espacial da luta de classes. Essa leitura revela que a burguesia adquiriu suas forças *vis-à-vis* modos de produção precedentes ao mobilizar o domínio do espaço como força produtiva peculiar a si mesma. Mostra que a burguesia vem aprimorando e protegendo continuamente seu poder mediante esse mesmo mecanismo. Segue-se, portanto, que, enquanto não aprender a enfrentar esse poder burguês de controlar e produzir espaço, enquanto não aprender a moldar uma nova geografia da produção e das relações sociais, o movimento da classe trabalhadora sempre vai ser um ator em situação de fraqueza, em vez de força. Do mesmo modo, só quando aprender a lidar com as condições e diversidades geográficas e históricas de sua própria existência vai o movimento da classe trabalhadora poder ser capaz de definir, articular e defender uma alternativa socialista realista à dominação capitalista.

O *Manifesto* afirma claramente que a tarefa dos comunistas consiste em “assinalar e trazer para o primeiro plano os interesses comuns de todo o proletariado, independentemente de nacionalidade”, bem como em representar, sem a interferência de eventuais interesses sectários seus (injunção com muita freqüência ignorada no passado), “os interesses do movimento como um todo”.

[Os comunistas devem aspirar a ser], de um lado, praticamente, os segmentos mais avançados e resolutos dos partidos da classe trabalhadora de todos os países... de outro lado, teoricamente, eles têm sobre a massa do proletariado a vantagem de compreender com nitidez a marcha, as condições e os resultados gerais últimos do movimento proletário (p. 62).

Há aí o risco de uma certa arrogância, da presunção de que as leis da história (e da geografia?) são conhecidas por nós, e somente por nós, e de que somos os únicos a entender as linhas corretas da ação política. A ciência marxista, por mais potente e arguta que sem dúvida seja, não pode reivindicar para si a onisciência, do mesmo modo como não está isenta de incertezas. Há ainda o problema de saber de quem vai ser a imaginação a prevalecer na construção de qualquer alternativa. Os socialistas utópicos que precederam Marx e Engels produziram “fantásticos quadros da sociedade futura, pintados numa época em que o proletariado ainda [estava] num estágio subdesenvolvido e tinha de sua própria posição apenas uma imagem fantasiosa”. Esses quadros correspondem aos “primeiros anseios instintivos dessa classe por uma reconstrução geral da sociedade”. Além

disso, os socialistas utópicos produziram um repertório de princípios críticos e “valiosos materiais para o esclarecimento da classe trabalhadora” (p. 91). O problema, como advertem Marx e Engels, é que o próprio desenvolvimento da luta de classes torna esse utopismo redundante, chegando mesmo a transformá-lo numa força negativa, no momento em que se formam seitas em torno de líderes carismáticos que visam realizar seu próprio “ajuste espacial” dos problemas sociais mediante a fundação de comunidades isoladas ou colônias no exterior. Em razão disso, Marx, como vimos, apelou aos icarianos que, como “bons comunistas”, não abandonassem a luta de classes na Europa ao fugir em busca de sua utopia.

Mas numa época em que a luta de classes sofreu um refluxo como força unificada no mundo capitalista avançado (embora ainda presente em mil e uma formas fragmentadas), não seria também este o momento em que pintar quadros fantásticos de uma sociedade futura tem algum papel a desempenhar? Precisamos desesperadamente de uma vanguarda socialista revitalizada, de um movimento político internacional capaz de reunir de modo apropriado a multiplicidade de descontentes gerada pelo exercício indistigável do poder burguês em busca de um neoliberalismo utópico. Não se trata do partido de vanguarda ao estilo antigo que impõe uma meta singular e se arroga a posse de tamanha clareza de visão que exclui todas as outras vozes. Mas trata-se da criação de organizações, instituições, doutrinas, programas, estruturas formalizadas etc. que operem em favor de algum propósito comum. Essas atividades políticas têm de estar firmemente assentadas nas condições históricas e geográficas concretas no âmbito das quais se desenvolve a ação humana. Entre o vanguardismo tradicional dos partidos comunistas (o espectro do *Manifesto* a que Lenin deu corpo) e o vanguardismo idealizado dominante na academia — o espectro de alguém como Derrida (1994) —, há um terreno de organização e lutas políticas que clama desesperadamente para ser cultivado. Felizmente, esse terreno não carece de possibilidades.

Algumas pistas quanto a estratégias com que enfrentar esse problema estão contidas no próprio *Manifesto*. Adequadamente reformulados, esses elementos podem nos levar a campos mais ricos de batalha. É importante aceitar, por exemplo, que o ponto de partida da luta de classes está na particularidade do corpo laborante, em figuras como Mary Anne Walkley e Hira e Mira, e nos bilhões de outras pessoas cuja existência diária é moldada por meio de uma relação muitas vezes traumática e conflituosa

com a dinâmica da acumulação do capital. O corpo laborante é portanto um lugar de resistência que alcança uma dimensão política por meio da capacidade política que têm os indivíduos de atuar como agentes morais (ver o capítulo 7). Tratar as coisas dessa maneira não é reverter a algum individualismo irrestrito, mas insistir, como faz o *Manifesto*, que a universalidade da luta de classes tem como origem a particularidade da pessoa e que a política de classe tem de ser traduzida de volta à pessoa de maneira dotada de sentido. Logo, a alienação do indivíduo é um importante ponto de partida para a política, e é essa alienação que tem de ser superada.

Mas, e esta é naturalmente a mensagem crucial do *Manifesto*, só se pode enfrentar essa alienação por meio da luta coletiva. Isso significa construir um movimento que, estendendo-se pelo espaço e pelo tempo, enfrente as qualidades universais e transnacionais da acumulação do capital. É preciso encontrar formas de ligar o microespaço do corpo ao macroespaço daquilo que hoje recebe o nome de “globalização”. O *Manifesto* sugere que se pode fazer isso ligando o pessoal ao local, depois ao regional, em seguida ao nacional e, por último, ao internacional. Há uma hierarquia de escalas espaciais na qual se tem de construir a política de classe. Não obstante, a “teoria da produção da escala geográfica”, como observa Smith (1992), “se acha num lamentável estado de subdesenvolvimento”, cabendo-nos ainda aprender, em particular no tocante à formação da classe trabalhadora global e da política do corpo, a “arbitrar e traduzir” entre as diferentes escalas espaciais. Eis um problema agudo que é imperativo enfrentar e resolver se se pretende reviver a política da classe trabalhadora. Darei apenas três exemplos.

O ponto de partida tradicional da luta de classes tem sido um espaço particular — a fábrica —, e é a partir dele que a organização da classe trabalhadora tem sido construída por meio de movimentos sindicais, partidos políticos e coisas do gênero. Mas o que acontece quando as fábricas desaparecem ou se tornam tão fluidas que dificultam, quando não impossibilitam, a organização permanente? E o que sucede quando boa parte da força de trabalho se torna temporária ou eventual? Nessas condições, a organização do trabalho à maneira tradicional perde sua base geográfica, sofrendo sua força uma correspondente diminuição. Tem-se pois de construir modelos alternativos de organização. Em Baltimore, por exemplo, há um movimento no nível de toda a cidade em favor de um salário digno (ver o capítulo 7) que tem como base alianças de instituições da comuni-

dade (particularmente as Igrejas), organizações ativistas e grupos de estudantes, bem como todo e qualquer apoio sindical que se possa obter a fim de alcançar seus objetivos. Cria-se um movimento, recobrando todo o espaço metropolitano, que opera fora dos modelos tradicionais de organização do trabalho, porém de uma maneira que leva em consideração as novas condições (em particular, como Herod [1988] acentua, a escala geográfica em que é necessária a organização do trabalho). Trata-se de uma versão daquilo que Moody (1997) chama de “sindicalismo social” funcionando no âmbito da política do lugar.

Consideremos um segundo exemplo. A governabilidade para o capitalismo contemporâneo envolveu a instauração de importantes autoridades supranacionais como o NAFTA [Acordo Norte-Americano de Livre Comércio] e a União Européia. Essas instituições, que têm o Acordo de Maastricht como caso paradigmático, são inquestionavelmente pró-capitalistas. Como deveria a esquerda reagir? É importante analisar aqui as divisões (na Europa, é intenso o debate no âmbito da esquerda), mas com demasiada frequência a reação é um argumento hipersimplista que segue estas linhas: “como o NAFTA e Maastricht são pró-capitalistas, combatemo-los defendendo a nação-Estado contra o governo supranacional”. O argumento aqui esboçado sugere uma resposta inteiramente distinta: a esquerda tem de aprender a combater o capital em *ambas* as escalas espaciais ao mesmo tempo. Contudo, ao fazê-lo, precisa aprender também a coordenar em seu próprio âmbito políticas potencialmente contraditórias nas diferentes escalas espaciais, dado que costuma ocorrer em sistemas espaciais hierárquicos (e os problemas ecológicos evocam com frequência esse dilema) que aquilo que faz um bom sentido político numa dada escala não o faz na mesma medida em outra escala (por exemplo, a racionalização da produção automobilística na Europa pode significar o fechamento de fábricas em Oxford ou Turim). Refugiar-se na nação-Estado como o lugar estratégico exclusivo da organização e da luta de classes é cortejar o fracasso (assim como flertar com o nacionalismo e tudo aquilo que ele envolve). Isso não significa que a nação-Estado tenha se tornado irrelevante — na realidade, ela está mais relevante do que nunca. Mas a escolha da escala espacial não é uma questão de “ou isto ou aquilo”, mas de “tanto isto como aquilo”, ainda que esta última opção esteja eivada de sérias contradições. Isso quer dizer que o movimento sindical nos Estados Unidos tem de empregar tanto esforço para criar uma organização transfronteiriça (par-

ticularmente com respeito ao México) quanto o faz para combater o NAFTA; quer dizer também que o movimento sindical europeu tem de dar tanta atenção à busca de poder e influência em Bruxelas e em Estrasburgo quanto cada membro do movimento dá a conseguí-los em sua própria capital nacional respectiva.

A passagem ao nível internacional traz dilemas e dificuldades semelhantes. Vale notar que o internacionalismo da luta dos trabalhadores, ainda que pare como necessidade óbvia e latente acima de boa parcela do movimento dos trabalhadores, enfrenta sérias dificuldades organizacionais. Mais uma vez atribuo isso em parte à incapacidade de enfrentar os dilemas da integração das lutas travadas nas diferentes escalas espaciais. Existem exemplos dessas integrações em outros domínios. Movimentos de direitos humanos, do ambiente e da condição das mulheres ilustram possíveis maneiras de construção da política (assim como mostram alguns pontos falhos dessas políticas) de modo a fazer a ponte entre a microescala do corpo e do pessoal, de um lado, e a macroescala do global e do político-econômico, do outro. Nada análogo à Conferência do Rio sobre o ambiente e à Conferência de Beijing sobre as mulheres já ocorreu para enfrentar as condições globais do trabalho. Mal começamos a pensar em conceitos como "formação da classe trabalhadora global" ou mesmo a analisar o significado que isso poderia ter. Boa parte do movimento de defesa da dignidade humana diante da degradação e da violência que afetam o trabalho em todo o mundo tem sido articulada por meio das Igrejas e das organizações pró-direitos humanos em vez de diretamente através das organizações do trabalho (a capacidade das Igrejas de agir em diferentes escalas espaciais proporciona alguns modelos de organização política com os quais o movimento socialista poderia muito bem aprender algumas lições importantes). Tal como no caso das lutas nos níveis locais, alianças entre organizações de trabalhadores e muitas outras instituições da sociedade civil parecem hoje fundamentais para a articulação da política socialista em escala internacional. Muitas das campanhas orquestradas nos Estados Unidos, por exemplo, contra os esquemas globais de exploração dos trabalhadores ou versões particulares destes (como as operações da Disney no Haiti e da Nike no mundo inteiro) são organizadas por meio dessas alianças (ver Ross, 1997). O argumento aqui não é que não se esteja fazendo nada nem que não existam instituições (MOODY, 1997, dá vários exemplos de ação de instituições formadoras da organização

internacional do trabalho). Mas a reconstrução de algum tipo de internacionalismo socialista depois de 1989 não tem sido fácil, ainda que o colapso do Muro tenha aberto novas possibilidades de explorar esse internacionalismo sem que se tenha necessidade de defender o flanco da Revolução Bolchevique contra a política predatória das potências capitalistas.

O procedimento de construção de um movimento político numa variedade de escalas espaciais como resposta às estratégias geográficas e geopolíticas do capital é um problema que, ao menos em esboço, o *Manifesto* articula claramente. Como fazê-lo em nossa época é uma questão imperativa que temos de resolver. Não podemos empreender a tarefa sem reconhecer as complexidades geográficas que temos diante de nós. Precisamos descobrir meios de construir uma dialética da política que passe livremente das microescalas às macroescalas, e vice-versa. Os esclarecimentos que um estudo da geografia do *Manifesto* oferece proporcionam uma maravilhosa oportunidade para labutar com essa tarefa de uma maneira capaz de reacender a chama do socialismo de Jacarta a Los Angeles, de Xangai à cidade de Nova York, de Porto Alegre a Liverpool, do Cairo a Varsóvia, de Beijing a Turim.

Não há respostas mágicas. Há no entanto ao menos uma maneira estratégica de pensar capaz de iluminar o caminho. É isso que o *Manifesto* de 1848 ainda proporciona. Acima de tudo, as paixões políticas de que ele está infundido constituem uma impressionante inspiração. O *Manifesto* ainda é lido como um documento extraordinário, prenhe de perspicazes vislumbres, rico de significados e pululante de possibilidades políticas. Marx e Engels criaram um texto, produziram uma forma retórica cativante que tem sido lida, positivamente apreciada e absorvida (se bem que muitas vezes de maneiras indefinidas) por milhões de pessoas de todo o mundo há mais de 150 anos. O modo como o lemos hoje, e como nos apropriamos de seu sentido, é uma questão crucial para a política progressista, lembrando-nos sempre, como nos recorda o próprio *Manifesto*, de que as aplicações práticas de seus princípios sempre dependem das "condições materiais de existência" (p. 8).

A globalização contemporânea

FAZ CERCA de vinte anos que “globalização” se tornou uma palavra-chave para a organização de nossos pensamentos no que respeita ao funcionamento do mundo. Como e por que ela veio a desempenhar tal papel é em si mesmo uma história interessante. Desejo aqui, contudo, concentrar-me nas implicações teóricas e políticas da ascensão de tal conceito. Começo com dois conjuntos gerais de questões a fim de destacar o que se afigura como importantes mudanças políticas nos discursos (se bem que não nas realidades) ocidentais.

1. Por que a palavra “globalização” entrou recentemente em nossos discursos da maneira como o fez? Quem a introduziu neles, por que e através de que projeto político? E que importância tem o fato de, mesmo entre muitos “progressistas” e “esquerdistas” do mundo capitalista avançado, palavras bem mais carregadas politicamente, como “imperialismo”, “colonialismo” e “neocolonialismo”, terem passado crescentemente a ter um papel secundário diante de “globalização” como forma de organizar pensamentos e de explorar possibilidades políticas?
2. Como o conceito de globalização tem sido usado politicamente? Terá a adoção do termo indicado uma confissão de impotência da parte de movimentos nacionais, regionais e locais da classe trabalhadora ou de outros movimentos anticapitalistas? A crença no termo terá funcionado como uma

forte contenção da ação política localizada e mesmo nacional? Terá a forma de solidariedade até então representada pela nação-Estado se “esvaziado” como alegam hoje alguns? Serão todos os movimentos de oposição ao capitalismo no âmbito das nações-Estado e em unidades espaciais nelas contidas engrenagens tão insignificantes da vasta máquina global infernal do mercado internacional que já não há espaço para manobras políticas em parte alguma?

Vistos dessas perspectivas, o termo “globalização” e toda a bagagem que a ele se associa se acham profundamente embebidos de implicações políticas que constituem um mau presságio para a maioria das formas tradicionais de política esquerdista ou socialista. Contudo, antes de o rejeitarmos ou o abandonarmos por inteiro, é útil submeter a um acurado exame aquilo que o termo incorpora e aquilo que podemos aprender, tanto em termos teóricos como políticos, com a breve história de seu uso.

1. A globalização como processo

A globalização pode ser vista como um processo, como uma condição ou como um tipo específico de projeto político. Essas diferentes abordagens da globalização não são, como espero mostrar, mutuamente exclusivas. Mas proponho começar considerando-a um processo. Vê-la assim não presume que o processo seja constante nem impede de dizer que ele, por exemplo, entrou num estágio radicalmente novo ou chegou a uma condição particular ou mesmo “final”. Do mesmo modo, essa maneira de ver a globalização não a “naturaliza”, como se ela tivesse surgido sem agentes discerníveis trabalhando para promovê-la. Porém, assumir o ângulo fundado no processo faz que nos concentremos, em primeira instância, no modo como a globalização ocorreu e está ocorrendo.

O que vemos então é que algo assemelhado a “globalização” tem uma longa presença na história do capitalismo. Não há dúvida de que desde 1492, e mesmo antes disso, a internacionalização das trocas e do comércio estava em pleno florescimento. O capitalismo não pode sobreviver sem seus “ajustes espaciais” (cf. capítulo 2). O capitalismo tem recorrido repetidas vezes à reorganização geográfica (tanto em termos de expansão como de intensificação) como solução parcial para suas crises e seus impasses. Assim, ele constrói e reconstrói uma geografia à sua própria imagem e semelhança. Constrói uma paisagem geográfica distintiva, um espaço produ-

zido de transporte e comunicações, de infra-estruturas e de organizações territoriais que facilita a acumulação do capital numa dada fase de sua história, apenas para ter de ser desconstruído e reconfigurado a fim de abrir caminho para uma maior acumulação num estágio ulterior. Se, portanto, a palavra “globalização” significa alguma coisa relativa à nossa geografia histórica recente, é bem provável que designe uma nova fase de exatamente esse mesmo processo intrínseco da produção capitalista de espaço.

Não pretendo rever todo o vasto volume de escritos que tratam dos aspectos espaciais e geográficos do desenvolvimento capitalista e da luta de classes (mesmo que essa fosse uma tarefa viável). Mas julgo de fato importante reconhecer uma série de tensões e conciliações freqüentemente incômodas referentes à compreensão teórica e política da dinâmica geográfica da acumulação do capital e da luta de classes. Como mostram, por exemplo, a controvérsia entre Lenin e [Rosa] Luxemburgo com respeito à questão nacional, a vasta controvérsia sobre a possibilidade de haver socialismo num único país (ou mesmo numa só cidade), o comprometimento da Segunda Internacional com o nacionalismo na Primeira Guerra Mundial e a subsequente oscilação do Comintern [a Internacional Comunista], por um bom período; quanto à interpretação de seu próprio internacionalismo, o movimento socialista/comunista nunca conseguiu elaborar, nem política nem teoricamente, uma compreensão adequada ou satisfatória do fato de a produção de espaço ter sido um aspecto fundamental e intrínseco da dinâmica da acumulação do capital e da geopolítica da luta de classes.

Um estudo do *Manifesto* (capítulo 2) indica uma fonte essencial do dilema em pauta. Porque, embora seja claro a busca da dominação por parte da burguesia foi (e é) uma questão sobremodo geográfica, causa espécie a reversão quase imediata que ocorre no texto do *Manifesto* a um relato puramente temporal e diacrônico. Ao que parece, é difícil ser dialético quando se aborda o espaço, o que na prática leva muitos marxistas a seguir Feuerbach na idéia de que o tempo é “a categoria privilegiada do praticante da dialética, dado que exclui e subordina aí onde o espaço tolera e coordena” (Ross, 1988, p. 8). Mesmo a expressão “materialismo histórico”, observo, apaga a importância da geografia, e se venho me empenhando nos últimos anos para implantar a idéia do “materialismo histórico-geográfico” é que a mudança dessa terminologia nos prepara para olhar com mais flexibilidade e, espero, mais coerência a significação em termos de classes de processos como a globalização e o desenvolvimento

geográfico desigual (HARVEY, 1996). Temos necessidade de maneiras bem melhores de compreender, ainda que não de resolver politicamente, a tensão subjacente que opõe aquilo que muitas vezes degenera quer numa teleologia temporal de triunfalismo de classe (em nossos dias representado pelo triunfalismo da burguesia contido na declaração do fim vitorioso da história), quer numa fragmentação geográfica que parece incoerente e incontrolável, de um lado, e outras formas de luta social travadas nos mais remotos recantos perdidos da terra, de outro.

Por exemplo, desde que Marx escreveu a esse respeito, tem sido oferecida uma variedade de relatos sobre como o capitalismo tem estruturado sua geografia (como a teoria do imperialismo desenvolvida por Lenin, a caracterização que Rosa Luxemburgo faz do imperialismo como o salvador da acumulação capitalista, a descrição que fez Mao das contradições primárias e secundárias da luta de classes). Esses escritos foram depois complementados por relatos mais sintéticos da acumulação do capital em escala mundial (AMIN, 1974), da produção de um sistema capitalista mundial (WALLERSTEIN, 1974; ARRICHI, 1994), da emergência do subdesenvolvimento (FRANK, 1969; RODNEY, 1981), da troca desigual (EMMANUEL, 1972) e da teoria da dependência (CARDOSO, FALETTO, 1979). Com a disseminação de idéias e práticas políticas marxistas por todo o globo (num processo paralelo de globalização da luta de classes), foram produzidos inúmeros relatos locais/nacionais de resistência às invasões, às disrupções e aos projetos imperialistas do capitalismo.

Temos por conseguinte de reconhecer a dimensão e o fundamento geográficos da luta de classes. Como sugere Raymond Williams (1989, p. 242), a política está sempre intrinsecamente presente em "modos de vida" e "estruturas de sentimento" peculiares a lugares e comunidades. O universalismo a que o socialismo aspira tem portanto de ser construído por meio da negociação entre diferentes exigências, preocupações e aspirações vinculadas a lugares específicos. Tem de ser abordado por meio do que Williams denominou "particularismo militante". Ele pretendia designar com essa expressão

O caráter peculiar e extraordinário que tem a auto-organização dos trabalhadores... de vincular lutas particulares a uma luta geral de um modo extremamente especial. Ele se propôs, como movimento, a tornar real a alegação à primeira vista fora do comum de que a defesa e a promoção de certos interesses particulares, *adequadamente unificados*, são na verdade de interesse geral (itálicos meus).

Mesmo relatos temporais da luta de classes revelam ser territorialmente delimitados. Mas tem havido pouca preocupação em justificar as divisões geográficas em que se baseiam esses relatos. Assim, temos inúmeros relatos da formação das classes trabalhadoras inglesa, galesa, alemã, italiana, catalã, sul-africana, sul-coreana etc., como se os respectivos países fossem entidades geográficas naturais. Dá-se atenção aos desenvolvimentos de classe no âmbito de algum espaço circunscrito que, quando submetido a um escrutínio mais detido, se mostra como um espaço inserido no espaço internacional dos fluxos de capital, do trabalho, da informação e assim por diante, sendo cada um deles composto de grande número de espaços menores, todos dotados de suas próprias características regionais, e mesmo locais, distintas. Quando examinamos com atenção a ação descrita no magistral relato feito por Edward Thompson em *A formação da classe operária inglesa*, por exemplo, vemos que essa ação se compõe de uma série de eventos altamente localizados muitas vezes unidos espacialmente de maneira bastante frouxa. Pode ser que John Foster tenha tornado as diferenças um pouco mecânicas demais em sua própria descrição, *A luta de classes na Revolução Industrial*, mas a meu ver é inegável que a estrutura de classe, a consciência de classe e a política de classe de Oldham, Northampton e South Shields (leia-se Colmar, Lille, St. Etienne ou Minneapolis, Mobile ou Lowell) foram construídas e postas em prática de maneiras bem distintas entre si, o que torna as diferenças geográficas no interior da nação-Estado algo bem mais ponderável do que a maioria das pessoas desejaria reconhecer.

Esse modo de pensar acriticamente acerca de entidades geográficas supostamente "naturais" é agora perpetuado em relatos neomarxistas do capital (particularmente os inspirados pela "teoria da regulação") que dão a impressão de que há versões nitidamente distintas de capitalismo na Alemanha, na Inglaterra, no Japão, nos Estados Unidos, na Suécia, em Cingapura, no Brasil etc. (versões por vezes subdivididas em ordenações mais regionalizadas como o norte *versus* o sul na Itália, no Brasil, na Inglaterra...). Esses capitalismos distintos são então concebidos como entidades em competição entre si numa economia do espaço global. Essa concepção de modo algum se restringe à esquerda. Constitui um procedimento-padrão num amplo espectro de posições políticas comparar diferentes capitalismos-nacionais (japonês, nórdico, alemão etc.), como se fossem entidades dotadas de algum sentido.

Meu argumento aqui não é caracterizar como errôneas essas distinções nacionais ou culturais, mas afirmar que se supõe facilmente que existem sem reunir nenhuma prova ou argumento em favor desse pressuposto. São, por assim dizer, tidas por certas, quando um pouco de pesquisa mostra serem elas bem mais complexas do que se supõe ou tão difusas e porosas que têm um caráter altamente problemático. O conceito de “lugar” que Williams invoca revela-se bem mais complicado do que ele mesmo imaginou. O resultado é uma clara linha de tensão no bojo da maioria dos relatos de mudanças político-econômicas. De um lado, temos relatos desprovidos da consideração do espaço e marcados pela indiferenciação geográfica (a maioria dos quais de cunho teórico em nossos dias, embora ainda sejam abundantes as versões polêmicas e políticas, principalmente em encarnações direitistas e conservadoras), relatos que entendem o desenvolvimento capitalista como um processo puramente temporal que ruma de modo inexorável para algum destino determinado. Na versão tradicional da esquerda, a luta de classes impele o movimento histórico para o socialismo/comunismo, tido como resultado (inevitável). Por outro lado, temos relatos geográficos em que se formam alianças de classes (o que costuma envolver uma classe trabalhadora caracterizada por aquilo que Lenin condenou como uma consciência sindical limitadora) para explorar outras alianças de classes existentes em outras plagas (tendo talvez como agente uma burguesia *compradora*). Nesse caso, o imperialismo (ou, inversamente, as lutas pela libertação nacional ou pela autonomia local) traz a chave do futuro. Supõe-se que de alguma maneira esses dois tipos de relatos sejam compatíveis entre si. Na verdade, nunca foi tão forte a justificativa teórica da atitude de ver a exploração de uma classe por outra como análoga à de uma aliança de classes por outra. E o pressuposto de que lutas para liberar espaços (por exemplo, lutas pela libertação nacional) são progressistas no sentido da luta de classes (tanto para a burguesia como para a classe trabalhadora nascentes) não resiste a uma análise vigorosa. Há inúmeros exemplos de lutas de libertação nacional e de classes que se confundem umas com as outras. Que procedimentos usar para desconfundir esse problema?

Uma das coisas que a ascensão do termo “globalização” à proeminência assinala é uma profunda reorganização geográfica do capitalismo, o que faz os pressupostos das unidades geográficas “naturais” no âmbito das quais é traçada a trajetória histórica do capitalismo terem cada vez

menos sentido (se é que já o tiveram). Estamos em consequência diante de uma oportunidade histórica de apreender o emaranhado que marca a geografia capitalista, de ver a produção do espaço como momento constitutivo da dinâmica da acumulação do capital e da luta de classes (em oposição a algo derivativamente construído a partir dele). Isso nos oferece a chance de nos emancipar dos grilhões que nos prendem a uma espacialidade oculta que tem tido o poder opaco de dominar (e por vezes confundir) a lógica tanto de nosso pensamento como de nossa política. Permite ainda que compreendamos melhor que lutas entre classes e interlugares com muita frequência se interpenetram, e que o capitalismo pode muitas vezes conter a luta de classes por meio de uma estratégia de dividir para governar aplicada a essa luta. Ficamos então com mais condições de compreender as contradições espaço-temporais inerentes ao capitalismo e, por meio dessa compreensão, de melhor especular sobre como atacar o elo mais fraco a fim de lançar pelos ares os piores horrores da tendência capitalista de destruição violenta, ainda que “criativa”.

Como agir nos termos desse programa, tanto em termos teóricos como políticos?

Há sem dúvida claros sinais da propensão a considerar as implicações teóricas das territorialidades em mudança e das reterritorializações. Uma virtude essencial do *Anti-Édipo* de Deleuze e Guattari, por exemplo, foi assinalar que a territorialização e reterritorialização do capitalismo é um processo incessante. Mas aqui, como em tantas outras propostas, a virtude da reespecialização do pensamento social ocorreu a expensas de rupturas parciais e por vezes radicais com formulações marxistas (tanto teóricas como políticas). Em minha obra, tenho buscado mostrar que há formas de integrar espacialidades à teoria e à prática marxistas sem recorrer a proposições centrais necessariamente desestruturadoras, embora no curso de tal integração surja efetivamente todo tipo de modificações tanto da teoria como da prática. Permitam-me pois resumir os principais elementos dessa minha argumentação.

Começo pelas proposições mais simples que consigo encontrar. Certas tensões se acham presentes em todo relato materialista do processo de circulação do capital e de organização do processo de trabalho para os fins da extração de mais-valia. Essas tensões afloram periódica e inevitavelmente como intensos momentos de contradição histórico-geográfica.

Em primeiro lugar, o capitalismo está sempre movido pelo ímpeto de acelerar o tempo de giro do capital, apressar o ritmo de circulação do capital e, em consequência, de revolucionar os horizontes temporais do desenvolvimento. Mas só lhe é possível fazê-lo por meio de investimentos de longo prazo (por exemplo, no ambiente construído, bem como em infra-estruturas elaboradas e estáveis de produção, consumo, troca, comunicações e coisas desse tipo). Além disso, um importante estratégia para evitar crises reside em absorver o capital sobreacumulado em projetos de longo prazo (por exemplo, as famosas "obras públicas" lançadas pelo Estado em momentos de depressão econômica), o que reduz o tempo de giro do capital. Há em consequência uma extraordinária gama de contradições a circundar a questão do horizonte de tempo no qual funcionam diferentes capitais. Em termos históricos, e o momento em que estamos não é exceção, essa tensão tem se registrado por meio das contradições entre o capital monetário e financeiro (nos quais o giro é hoje quase instantâneo), de um lado, e os capitais comerciais, de manufatura, agrário, da informação, da construção, dos serviços e do Estado. Mas é possível identificar contradições entre facções desses capitais (entre o mercado de moedas e o de ações, por exemplo, ou entre proprietários fundiários, incorporadores e especuladores). Há todo tipo de mecanismos de coordenação de dinâmicas de capital que funcionam em ritmos temporais diferentes. Contudo, o desenvolvimento desigual de tempos e temporalidades de giro, do tipo produzido pela recente implosão de horizontes temporais num forte setor financeiro, pode criar uma compressão temporal indesejada profundamente desgastante para outras facções do capital, incluindo, é claro, o encarnado pelo Estado capitalista. O horizonte temporal imposto por Wall Street simplesmente não tem como compatibilizar-se com as temporalidades dos sistemas sociais e ecológicos de reprodução de modo responsivo. E não é preciso dizer que o acelerado tempo de giro imposto aos mercados financeiros é ainda mais desgastante para os trabalhadores (envolvendo sua segurança no emprego, sua formação profissional etc.) e para o mundo da vida da reprodução socioecológica. Nos últimos vinte anos, esse ponto de tensão tem ocupado lugar central na economia política do capitalismo avançado.

Em segundo lugar, o capitalismo sente-se impelido a eliminar todas as barreiras espaciais, a "aniquilar o espaço por meio do tempo", como diz Marx, mas só pode fazê-lo por meio da produção de um espaço fixo.

Logo, o capitalismo produz uma paisagem geográfica (de relações espaciais, de organização territorial e de sistemas de lugares ligados por meio de uma divisão "global" do trabalho e de funções) apropriada à sua própria dinâmica de acumulação num momento particular de sua história, simplesmente para ter de reduzir a escombros e reconstruir essa paisagem geográfica a fim de acomodar a acumulação num estágio ulterior. Há nesse processo alguns aspectos discerníveis:

1. Reduções do custo e do tempo de deslocamento no espaço têm sido um foco contínuo de inovação tecnológica. Estradas, canais, vias férreas, força elétrica, automóveis, transportes aéreos comuns e a jato são fatores que têm liberado progressivamente o deslocamento de mercadorias e de pessoas das restrições impostas pelas fricções da distância. Inovações paralelas no sistema postal, no telégrafo, no rádio, nas telecomunicações e na Internet levaram o custo da transferência de informações (se bem que não de infra-estruturas e terminais) para perto de zero.
2. A construção de infra-estruturas físicas fixas destinadas a facilitar esses deslocamentos, assim como a dar suporte a atividades de produção, de troca, de distribuição e de consumo, exerce uma força bem distinta sobre a paisagem geográfica. Há cada vez mais capital embutido no espaço como capital-terreno, capital fixado na terra, criando uma "segunda natureza" e uma estrutura de recursos geograficamente organizada que inibe cada vez mais a trajetória do desenvolvimento capitalista. A idéia de alguém desmantelando de alguma maneira as infra-estruturas urbanas de Tóquio-Yokohama ou da cidade de Nova York da noite para o dia e começando tudo outra vez é simplesmente ridícula. O efeito disso é tornar a paisagem geográfica do capitalismo cada vez mais esclerótica com o passar do tempo, criando-se assim uma enorme contradição com a crescente liberdade de movimentos. Essa tendência se acentua ainda mais na medida em que as instituições de lugar passam por uma forte articulação e em que as lealdades com relação a lugares (e com as qualidades específicas destes) passam a ser um importante fator da ação política.
3. O terceiro elemento é a construção da organização territorial primordialmente (mas não de modo exclusivo) por meio do poder estatal de regular o dinheiro, a lei e a política, bem como de monopolizar os meios de coerção e de violência de acordo com uma vontade territorial

(e algumas vezes extraterritorial) soberana. Há naturalmente inúmeras teorias marxistas do Estado, muitas das quais se deixam levar a um grau insalubre de abstração com respeito à história e à geografia que faz parecer que Estados como o Gabão e a Libéria se acham em pé de igualdade com os Estados Unidos ou a Alemanha, teorias que não conseguem reconhecer que a maioria das fronteiras entre Estados do mundo foi estabelecida entre 1870 e 1925. Na Europa, havia em 1500 mais de 500 unidades políticas, reduzidas a 23 por volta de 1920. Em anos recentes, esse número passou a 50 e poucas, havendo várias ameaças de secessão. A maioria dos Estados do mundo só se tornou independente depois de 1945, e muitos deles estão buscando desde então se tornar nações (mas isso se aplicou historicamente à França e ao México da mesma maneira como à Nigéria ou a Ruanda em época recente). Assim, embora seja certo que o Tratado da Vestfália estabeleceu pela primeira vez em 1648 o princípio de acordo com o qual Estados soberanos independentes, cada um dos quais reconhecendo a autonomia e a integridade territorial dos outros, devem coexistir no mundo capitalista, o processo de territorialização do mundo de acordo com esse princípio levou vários séculos para chegar a termo (acompanhando-se de grande grau de violência). E os processos que originaram esse sistema podem com a mesma facilidade executar sua dissolução, como alguns comentadores alegam que é de fato o que vem ocorrendo em decorrência das ações de organizações supranacionais (como a União Européia) e de movimentos de autonomia regional no âmbito das nações-Estados. Em suma, temos de compreender o processo de formação e dissolução de Estados em termos dos instáveis processos de globalização/territorialização. Vemos então um processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização agindo de modo contínuo ao longo da toda a história geográfica do capitalismo (esse foi um dos pontos fundamentais reforçados por Deleuze e Guattari no *Anti-Édipo*).

Armados com esses conceitos, podemos, creio, compreender melhor o processo de globalização como um processo de produção de desenvolvimento temporal e geográfico desigual. E, como espero mostrar, essa mudança de linguagem traz algumas saudáveis conseqüências políticas, libertando-nos da linguagem mais opressiva e restritiva de um processo onipotente e homogenizador de globalização.

2. Mudanças recentes na dinâmica da globalização

Com isso em mente, permitam-me voltar ao possível sentido do termo “globalização” e ao motivo de ele ter adquirido um novo atrativo, tornando-se por isso tão importante ultimamente. Destacam-se quanto a isso quatro alterações:

1. A desregulamentação financeira começou nos Estados Unidos no começo dos anos 1970 como reação forçada à estagnação que então ocorria no nível doméstico e ao colapso do sistema de comércio e troca internacional de Bretton Woods (em larga medida como decorrência do crescimento descontrolado do mercado do eurodólar). Considero importante reconhecer que a onda de desregulamentação financeira foi menos uma estratégia deliberada concebida pelo capital do que uma concessão à realidade (embora alguns segmentos do capital tenham vindo a se beneficiar bem mais do que outros). Bretton Woods também tinha sido um sistema global, de modo que o ocorrido no caso da desregulamentação financeira foi a passagem de um sistema global hierarquicamente organizado e largamente controlado pelos Estados Unidos a outro sistema global mais descentralizado, coordenado pelo mercado, sistema que tornou bem mais voláteis as condições financeiras do capitalismo. A retórica que acompanhou essa mudança (cuja ocorrência se deu por meio de várias etapas a partir de 1968, mas de modo particular entre 1979 e 1985) estava voltada para a promoção do termo “globalização” como uma virtude. Em meus momentos de maior cinismo, pego-me a pensar que foi a imprensa financeira que nos induziu a todos (e me incluo aí) a pensar em “globalização” como algo novo, quando tudo não passou de um artifício publicitário destinado a tirar o maior proveito possível de um ajuste necessário do sistema financeiro internacional. Coincidentemente, a imprensa financeira vem há algum tempo acentuando a importância da regionalização dos mercados financeiros, com a esfera japonesa da co-prosperidade, o NAFTA e a União Européia como os blocos óbvios de poder — por vezes denominados “a Tríade”. Alguns, em que se incluem até promotores da globalização, têm alertado para o fato de a “reação” à globalização, cuja forma principal são os nacionalismos populistas, ter de ser levada a sério e de que a globalização corre o risco de se tornar “um trem sem freio que destrói tudo à sua passagem” (FRIEDMAN, 1996).

2. As ondas de profunda mudança tecnológica e de inovação e melhoria de produtos que vêm varrendo o mundo desde a metade dos anos 1960 oferecem um importante objeto a toda pesquisa que enfoque as transformações recentes da economia mundial. Claro que houve muitas fases semelhantes de inovação tecnológica na longa história precedente do capitalismo. As inovações tendem a ocorrer de maneira agregada (por uma variedade de razões frequentemente sinérgicas). Temos sem dúvida vivido nos últimos tempos um tal período concentrado de mudanças. Mas o que pode haver de mais especial agora é o ritmo e o grau de transferência e imitação de tecnologia entre as, e no interior das, diferentes zonas da economia mundial. Parte disso tem a ver com o comércio global de armamentos, mas a existência de elites educadas e com formação científica capazes de absorver e adaptar conhecimentos e procedimentos tecnológicos em qualquer e em todo lugar tem alguma relação com a rapidez com a qual novos produtos e tecnologias se difundem mundo afora (o problema da profusão nuclear é um indício disso). Por esse motivo, muitos neste momento julgam que a inovação e a transferência tecnológica galopantes constituem a força mais singular, e ao que parece inexorável, de promoção da globalização.
3. O sistema da mídia e das comunicações e, sobretudo, a chamada “revolução da informação” produziram algumas mudanças importantes na organização do consumo e da produção, bem como na definição de desejos e necessidades integralmente novos. A “desmaterialização do espaço” no campo das comunicações, que é hoje o estágio avançado a que se chegou, teve como origem o aparelho militar, tendo no entanto sido apropriada imediatamente pelas instituições financeiras e pelo capital multinacional como meio de coordenar suas atividades instantaneamente no espaço. O efeito foi a formação do chamado “ciberespaço” desmaterializado em que podem ser processados alguns tipos de transações importantes (primordialmente de cunho financeiro e especulativo). Mas ocorreu também de assistirmos na televisão a revoluções e guerras em tempo real. O espaço e o tempo da mídia e das comunicações implodiram num mundo em que a monopolização do poder dos meios de comunicação vem se tornando um problema cada vez mais grave (a despeito de proclamações da democratização libertária propiciada pela Internet).

- A idéia de uma “revolução da informação” está intensamente presente na vida de hoje, sendo com freqüência vista como a alvorada de uma nova era da globalização em que a sociedade da informação reinará suprema (ver, por exemplo, CASTELLS, 1996). É fácil exagerar a importância disso. A novidade de todos esses elementos causa espécie, mas o mesmo ocorreu com a novidade da ferrovia, do telégrafo, do automóvel, do rádio e do telefone em sua época. Esses exemplos anteriores são instrutivos porque cada um deles, à sua maneira, alterou o modo de funcionamento do mundo, as possíveis formas de organização da produção e do consumo, de condução da política, assim como as maneiras pelas quais as relações sociais entre as pessoas podem ser transformadas, em escala cada vez mais ampla, em relações sociais entre coisas. E fica claro que as relações entre trabalhar e viver, no ambiente de trabalho, no âmbito de formas culturais, estão de fato mudando celeremente como reação à tecnologia da informação. É digno de nota o fato de esse ser um componente essencial do programa político direitista dos Estados Unidos. A nova tecnologia, disse Newt Gingrich (que tem por conselheiro Alvin Toffler, cujo utopismo direitista tem por única e exclusiva base a idéia de uma revolução de informação, a “terceira onda”), é inerentemente emancipatória. Mas para libertar essa força emancipatória de seus grilhões políticos é essencial buscar instaurar uma revolução política para dismantelar todas as instituições da sociedade industrial, a “segunda onda” — regulação governamental, Estado do bem-estar social, instituições coletivas de negociação de salários e assim por diante. Não podemos passar ao largo do fato de se tratar de uma versão vulgar do argumento marxista segundo o qual mudanças nas forças produtivas determinam as relações sociais e a história. Nem ignorar o forte tom teleológico que marca essa retórica de direita (talvez melhor capturado na famosa afirmação de Margaret Thatcher: “não há alternativa”).
4. O custo e o tempo do transporte de mercadorias e pessoas também fizeram aflorar mais uma dessas mudanças de ocorrência periódica na história do capitalismo. Liberou-se todo gênero de atividades de restrições espaciais precedentes, permitindo rápidos ajustes de localização da produção, do consumo, de populações e assim por diante. Quando se vier a escrever a história da globalização, essa simples

mudança no custo da subjugação do espaço poderá ser considerada bem mais importante do que a chamada "revolução da informação" *per se* (ainda que na prática haja entre as duas mudanças uma relação intrínseca).

Talvez seja discriminatório considerar esses elementos separadamente, porque, no final, é provável que a maior relevância incida sobre as relações sinérgicas entre eles. A desregulamentação financeira, por exemplo, não poderia ter ocorrido sem a revolução da informação, e a transferência de tecnologia (que também se alicerçou fortemente na revolução da informação) não teria feito sentido sem uma facilidade bem maior de circulação de mercadorias e de pessoas por todo o mundo.

3. Conseqüências e contradições

As quatro mudanças do processo de globalização foram acompanhadas por alguns outros fatores importantes que talvez sejam mais bem pensados como derivados das forças primárias em ação.

1. Alteraram-se as formas de produção e de organização (em particular do capital multinacional), ainda que muitos pequenos-empresendedores também tenham aproveitado novas oportunidades, fazendo abundante uso dos custos reduzidos do transporte de mercadorias e de informações. A produção em outros locais que não a sede da empresa, que tivera início nos anos 1960, tornou-se de súbito bem mais geral (ela alcançou a esta altura, com uma vingança, mesmo o Japão, na medida em que a produção está se transferindo para a China ou outras áreas do Sudeste Asiático). Seguiram-se a isso a dispersão e a fragmentação geográficas dos sistemas de produção, das divisões do trabalho e das especializações de tarefas, embora o mais das vezes em meio a uma crescente centralização do poder corporativo por meio de fusões, assunções agressivas de controle ou acordos de produção conjunta que transcenderam as fronteiras nacionais. As corporações têm mais poder de controlar o espaço, tornando lugares individuais bem mais vulneráveis aos seus caprichos. O aparelho de televisão global e o carro global tornaram-se um aspecto cotidiano da vida político-econômica. Tornou-se corriqueiro encerrar a produção num dado local e iniciá-la em algum outro — algumas operações produzi-

vas de larga escala mudaram quatro ou cinco vezes de lugar nos últimos vinte anos.

2. A força de trabalho assalariada global mais que duplicou nos últimos vinte anos (ver capítulo 3). Isso ocorreu em parte como decorrência do rápido crescimento populacional, mas também pela inclusão de uma parcela sempre crescente da população mundial (particularmente das mulheres) na força de trabalho assalariada em Bangladesh, na Coreia do Sul, em Taiwan e na África, bem como, ultimamente, no ex-bloco soviético e na China, por exemplo. O proletariado global alcança hoje números inéditos (o que sem dúvida acendeu uma forte centelha de esperança em todo olhar socialista). Mas passou por uma radical feminização, além de ter se tornado geograficamente disperso, culturalmente heterogêneo e, portanto, bem mais difícil de organizar num movimento trabalhista unificado (cf. o capítulo 3). Não obstante, o proletariado global também está vivendo em condições de exploração bem maior, no agregado, do que ocorria há vinte anos.
3. A população global também tem passado por alterações. Os Estados Unidos têm agora a maior proporção de membros nascidos no exterior desde os anos 1920, e embora se envide todo gênero de esforços para evitar a entrada de emigrados (as restrições são agora bem mais rigorosas do que o foram, por exemplo, no século XIX), parece impossível interromper os fluxos migratórios. Londres, Paris e Roma são hoje cidades com um número bem maior de imigrantes do que costumavam ser, o que torna a imigração um assunto bem mais relevante em todo o mundo (incluindo o próprio movimento operário) do que em qualquer outra época (mesmo Tóquio se vê às voltas com esse processo). Do mesmo modo, a organização dos trabalhadores ou a instituição de uma política coerente de oposição ao capitalismo, dada a considerável diversidade étnica, racial e religiosa e cultural, também gera problemas políticos específicos que as nações-Estados em geral e o movimento socialista em particular não têm tido facilidade para resolver.
4. A urbanização assumiu as raias de uma hiperurbanização, especialmente a partir da década de 1950, tendo o ritmo de urbanização sofrido uma aceleração que originou uma grande revolução ecológica, política, econômica e social na organização espacial da população mundial. A proporção da população global em crescimento que vive nas

idades duplicou em trinta anos, e observamos atualmente maciças concentrações espaciais de pessoas numa escala até agora julgada inconcebível. Vêm se formando cidades e sistemas urbanos mundiais (como os que surgem, por exemplo, em toda a Europa) que têm tido rápidos efeitos de transformação no funcionamento da economia política global. Os centros urbanos e suas regiões metropolitanas tornaram-se entidades competitivas bem mais importantes na economia mundial, com todo tipo de conseqüências políticas e econômicas.

5. As alterações na territorialização do mundo não têm simplesmente como causa o final da Guerra Fria. O elemento que talvez tenha mais importância é a mudança do papel do Estado, que perdeu alguns (mas não todos) dos poderes tradicionais de controle da mobilidade do capital (particularmente do financeiro e monetário). Por conseguinte, as operações do Estado passaram a ser disciplinadas pelo capital monetário e financeiro num grau inaudito. O ajuste estrutural e a austeridade fiscal tornaram-se a dominante, e o Estado de certo modo viu-se reduzido ao papel de descobrir maneiras de criar um clima favorável aos negócios. A “tese da globalização” assumiu feições de um potente instrumento ideológico de ataque aos socialistas, aos defensores do Estado do bem-estar social, aos nacionalistas etc. Quando o Partido Trabalhista britânico foi obrigado a sucumbir às exigências do Fundo Monetário Internacional de implantação da austeridade, evidenciou-se que havia limites à autonomia nacional relativa à política fiscal (condição a que também os franceses passaram a atender a partir de 1981). Logo, o bem-estar em favor dos pobres foi em larga medida substituído por subvenções públicas ao capital (a Mercedes-Benz recebeu recentemente um quarto de bilhão de dólares em subvenções — o equivalente a um subsídio de 160 mil dólares por emprego prometido —, num pacote oferecido pelo estado norte-americano do Alabama para persuadi-la a instalar-se lá).

Mas nada disso significa que a nação-Estado tenha sido “esvaziada”, alegação de autores como Ohmae (1995). A fim de fazer funcionar a atual vaga do neoliberalismo, o Estado tem de penetrar ainda mais intensamente em certos segmentos da vida político-econômica e tornar-se ainda mais intervencionista do que antes (o thatcherismo foi em certos aspectos altamente intervencionista). De igual forma, a nação-Estado também continua a ser uma das principais defesas

contra o poder predatório do mercado (como têm reafirmado os franceses desde 1995). Ela é igualmente um dos recursos essenciais de defesa de identidades culturais e étnicas, bem como da qualidade ambiental, diante da compressão do espaço-tempo e da mercadificação global. Logo, a nação-Estado é o *locus* primacial do “contra-ataque” à globalização que apela ao nacionalismo populista.

A reterritorialização não parou no nível da nação-Estado. Tem havido uma proliferação de instituições globais de gerenciamento da economia, do ambiente e da política, assim como os blocos regionais (como o NAFTA e a União Européia) em escala supranacional, havendo ainda fortes processos de descentralização (por vezes concretizados por movimentos políticos em favor da autonomia regional ou, como nos Estados Unidos, pela crescente ênfase nos direitos dos estados no âmbito do sistema federalista). Novas modalidades locais-globais de relação também têm sido definidas, com a ocorrência de uma ponderável mudança nas escalas de apreensão, organização e administração da economia mundial.

6. Mas, enquanto os Estados individuais perderam parte de seus poderes, o que denomino democratização geopolítica tem criado novas oportunidades. Aumentaram as dificuldades do exercício de um poder disciplinador de uma potência central sobre outras potências, assim como aumentaram as facilidades para que potências periféricas se insiram na concorrência capitalista. A força do dinheiro é “um nivelador e um cínico”. Porém, como Marx observa, surge então uma forte antinomia: embora qualitativamente “o dinheiro não conheça limites à sua eficácia”, os limites quantitativos ao dinheiro nas mãos dos indivíduos (e dos Estados) restringem ou aumentam de maneiras ponderáveis seu poder social. Por exemplo, dada a desregulamentação das finanças, não se pôde impedir o Japão de exercer influência como importante potência financeira. Os Estados tiveram de se preocupar bem mais com sua competitividade (um subtema do argumento da globalização que adquiriu importância). Os Estados com vantagens competitivas podem sair-se bem na concorrência global — e isso de modo geral tem significado que Estados que pagam baixos salários e impõem uma rígida disciplina trabalhista se saíam melhor do que outros. Logo, o controle do trabalho tornou-se uma questão ideológica vital no âmbito do argumento da globalização,

pondo mais uma vez na defensiva os argumentos socialistas tradicionais. Territórios autoritários e relativamente homogêneos, organizados de acordo com princípios corporativistas — como Cingapura, Hong-Kong e Taiwan — saíram-se irônica e relativamente bem numa época em que o neoliberalismo e a liberdade de mercado passaram supostamente a ser ainda mais a norma. Mas havia e continua a haver limitações à conseqüente dispersão do poder econômico capitalista entre nações-Estados, dado que uma autoridade central dotada de ponderável poder político e militar (nesse caso os Estados Unidos) ainda oferece o guarda-chuva sob o qual pode ocorrer uma dispersão seletiva do poder econômico.

7. A “globalização” gerou aparentemente um novo conjunto de problemas políticos e ambientais globais. Digo “aparentemente” porque não está inteiramente claro se esses problemas são novos ou se se trata em vez disso do fato de nos termos dado cada vez mais conta deles devido à própria globalização. Por exemplo, convivemos há muito tempo com temores disseminados e episodicamente intensos de um desequilíbrio entre população e recursos — o fantasma de Malthus, por assim dizer. Tem no entanto aumentado a percepção, particularmente a partir da publicação pelo Clube de Roma do relatório *Os limites do crescimento* em 1972, do esgotamento da flexibilidade antes conferida pela manutenção de várias fronteiras abertas ao desenvolvimento econômico, à migração, à extração de recursos e à instalação de recursos antipoluição. O rápido aumento populacional global, a escalada da poluição e da geração de resíduos, a degradação ambiental e uma modalidade de crescimento econômico muito pródiga, senão inequivocamente destrutiva, com relação ao uso de recursos não-renováveis e renováveis criaram toda uma série de preocupações globais. Adicione-se a isso o reconhecimento de que conseqüências ecológicas amplas (e por vezes globais) podiam decorrer de atividades em pequena escala (por exemplo, o uso local de vários pesticidas como o DDT [Dicloro Difenil Tricloroetano]), bem como de que a escala ascendente do uso de combustíveis fósseis tem exacerbado as mudanças climáticas, ou então de que a perda de habitats e da biodiversidade tem sofrido aceleração, e fica claro que a questão ambiental vai assumir proeminência nas preocupações globais de maneiras até agora não vivenciadas. Há por assim dizer uma translação das preocupações ambientais tradicionais (por exemplo, acerca do ar e

da água limpos, da conservação das florestas e de ambientes vitais saudáveis) da escala local (com freqüência urbana ou regional) para uma escala mais global.

8. Há por fim o espinhoso problema da relação entre os processos básicos que esbocei e a preservação e a produção de diversidades culturais, de modos de vida distintivos, de circunstâncias lingüísticas, religiosas e tecnológicas particulares de modos de produção, de troca e de consumo não-capitalistas e capitalistas. Também no tocante a isso já havia uma longa geografia histórica de intervenções, interinfluências e transferências culturais, mas a escala e o grau desses fluxos (a julgar pelos volumes do fluxo de informações ou dos deslocamentos de milhões de turistas, para não mencionar a circulação de artefatos especiais, mercadorias e tecnologias pelo globo) sugerem uma nova fase de interpenetração cultural (caracterizada pela rapidez e pela volatilidade), com importantes conseqüências sobre as formas de pensamento e compreensão. O problema é contudo espinhoso porque é simplesmente demasiado simplista vê-lo como um mero movimento rumo à homogeneidade na cultura global mediante a troca de mercado. Há abundantes sinais da existência de todo gênero de contramovimentos que variam da propaganda da diversidade cultural como mercadoria a intensas reações culturais à influência homogeneizadora dos mercados globais e estridentes afirmações da vontade de ser diferente ou especial. Claro que não há coisa alguma drasticamente nova nisso, exceto talvez o fato bruto de que o mercado global implica que raros sejam os locais ora infensos a influências do mercado. A reformulação do mapa das culturas humanas da terra segue um ritmo semelhante. A busca do arraigamento geográfico e as numerosas invenções da tradição que ocorrem indicam ser esse um campo dinâmico da atividade humana cuja dinâmica se processa de maneiras um tanto imprevisíveis. Creio no entanto que também é inegável que tudo isso tem sido fortemente movido (ainda que em diferentes direções) pelos impulsos da globalização capitalista.

4. Sinais dos tempos

Podem-se formular duas grandes interrogações acerca dessas tendências. Embora todos reconheçam, creio, as mudanças quantitativas

ocorridas, o que de fato precisa ser debatido é se essas mudanças quantitativas são, quando consideradas em seu conjunto, pronunciadas e sinérgicas o bastante para nos levar a uma era qualitativamente nova de desenvolvimento capitalista que requeira uma revisão radical de nossos conceitos teóricos e de nosso aparelho político (para não mencionar nossas aspirações). A idéia de que esse é o caso é assinalada primordialmente por todos os “pós-” que vemos ao nosso redor (por exemplo, pós-industrialismo, pós-modernismo).

Assim sendo, houve uma transformação qualitativa a partir dessas mudanças quantitativas? Minha própria resposta é um “sim” qualificado a essa pergunta, seguido imediatamente da asserção de que não houve uma revolução fundamental do modo de produção e das relações sociais a ele vinculadas e de que, se há alguma real tendência qualitativa, seu rumo é no sentido da reafirmação dos valores capitalistas do início do século XIX associada a uma inclinação típica do século XXI no sentido de jogar todos (e tudo que possa ser trocado) na órbita do capital, ao mesmo tempo que se tornam grandes segmentos da população mundial permanentemente redundantes no tocante à dinâmica básica da acumulação do capital. É nesse ponto que entra em cena a forte imagem, reconhecida e ao mesmo tempo temida pelo capital internacional, da globalização contemporânea como “um trem desgovernado espalhando a destruição”. Ou, como observa um conservador descontente como John Gray (1998), embora “a Utopia do livre mercado global não tenha cobrado um preço em vidas da maneira como o fez o comunismo”, “com o passar do tempo ela pode vir a rivalizar com ele no sofrimento que inflige”.

Se o argumento em favor da ocorrência de uma mudança qualitativa limitada tiver de ser levado a sério, o problema residirá em como reformular tanto a teoria como a política. E é aqui que minha proposta de mudança de linguagem, de “globalização” para “desenvolvimento geográfico desigual”, tem mais a oferecer. Condições desiguais oferecem abundantes oportunidades de organização e ação políticas. Não obstante, trazem igualmente dificuldades particulares (por exemplo, sobre como lidar com as tensões da diversificação cultural ou das abissais desigualdades de renda entre regiões pobres e ricas). A compreensão tanto das potencialidades como das dificuldades é crucial para uma reformulação de uma política adequada.

É contudo nesse ponto que a questão da globalização como projeto geopolítico explícito tem de ser enfrentada. Há quanto a isso duas características principais que operam em conjunto a fim dar ao recente impulso rumo ao aprofundamento da globalização sua forma e seu tom peculiares. A primeira é o fato sombrio de que a globalização é sem dúvida o resultado de uma cruzada geopolítica empreendida pelos Estados Unidos (com alguns notáveis aliados, como a Grã-Bretanha no período tatcherista). Trata-se, como alegarei adiante (ver o capítulo 5), de uma cruzada utópica que tem sido objeto de constantes críticas tanto de radicais como de conservadores (cf. a recente aliança esquerda-direita no ataque ao papel do Fundo Monetário Internacional como organismo de regulação das economias mundiais). Porém, a globalização como processo está desde 1945 centrada nos Estados Unidos. Ela simplesmente não teria acontecido da maneira como ocorreu sem que os Estados Unidos tivessem servido tanto de força motriz como de agente supervisor do processo como um todo. E isso se traduziu também numa confusão entre necessidades e formas de operação (métodos empresariais, culturas corporativas, tradições do direito, da lei e da democracia) norte-americanas e requisitos globais. É difícil não ver que, ao longo dos anos, os Estados Unidos com frequência pensaram localmente e agiram globalmente, muitíssimas vezes sem sequer se dar conta do fato. A resposta à pergunta “quem introduziu a globalização no programa?” é, portanto: os interesses da classe capitalista em ação por meio da política externa, militar e comercial dos Estados Unidos.

Mas os Estados Unidos não teriam tido condições de impor as formas de globalização que chegaram a nós sem o abundante apoio de uma ampla variedade de grupos e lugares. Muitas facções da classe capitalista mundial tiveram um grau maior ou menor de contentamento em se alinhar às políticas dos Estados Unidos e trabalhar no âmbito das proteções militares e legais norte-americanas. Em alguns casos, onde assumiram o controle do governo, elas puderam dar seu apoio, embora muitas vezes com bastante engenhosidade local (vem-me aqui à mente a França de De Gaulle), ao esforço de fazer parecer que estavam resistindo à extensão geral das relações sociais capitalistas tal como promovidas pelos Estados Unidos. Em outros casos, e aqui se destaca o Japão, houve tanto uma resposta à globalização como uma administração dela de uma maneira distintiva, voltada para criar um competidor ao modelo norte-americano de progresso econômico. Mas mesmo aí havia uma ampla aceitação do

argumento da globalização como algo necessário à sobrevivência nacional. Mas o caso japonês não foi peculiar. E, de certo modo, é importante perceber que a globalização foi sendo construída em parte por meio de uma ampla variedade de agentes (particularmente governos de nações-Estados) que pensavam localmente e agiam globalmente de uma maneira que em nada diferia da ação dos Estados Unidos como a potência hegemônica que movia as engrenagens do processo como um todo.

A relevância primordial de todas essas mudanças para a esquerda é que a posição relativamente privilegiada das classes trabalhadoras nos países capitalistas avançados tem sofrido forte degradação com respeito às condições do trabalho no resto do mundo (essa transição é percebida de maneira mais flagrante no ressurgimento das empresas com mão-de-obra semi-escrava como forma fundamental de organização industrial em Nova Iorque e Los Angeles nos últimos vinte anos). O segundo elemento relevante é que as condições de vida no capitalismo avançado têm sentido com toda a intensidade o golpe dado pela capacidade capitalista de “destruição criadora”, que levou a uma extrema volatilidade as perspectivas econômicas locais, regionais e nacionais (a cidade que passa num dado ano por uma enorme expansão é a mesma que no ano seguinte sofre uma depressão econômica). A justificativa dos neoliberais para tudo isso é que a mão oculta do mercado vai agir em benefício de todos, desde que haja o mínimo possível de interferência do governo (e deveriam acrescentar — porém não costumam fazê-lo — do poder monopolista). O efeito disso é fazer que a violência e a destruição criadora do desenvolvimento geográfico desigual (por exemplo, através da reorganização geográfica da produção) sejam sentidas amplamente tanto nas terras natais tradicionais do capitalismo como em outros lugares, em meio a uma extraordinária tecnologia da abundância e do consumo conspícuo que é comunicada instantaneamente a todo o mundo como um conjunto potencial de aspirações. Não admira que os próprios promotores da globalização tenham de levar a sério a condição de “contra-ataque”. Como dizem os promotores de longa data da globalização Klaus Schwab e Claude Smadja — organizadores do influente Fórum Econômico Mundial de Davos (citados em FRIEDMAN, 1996):

A globalização econômica entrou numa fase crítica. Um contra-ataque cada vez mais forte a seus efeitos, especialmente nas democracias industriais, está ameaçando causar um impacto destrutivo na atividade econômica e na estabilidade social de muitos países. O estado de ânimo dessas demo-

cracias está marcado pela impotência e pela ansiedade, o que ajuda a explicar a ascensão de um novo tipo de político populista. Essa situação pode facilmente ensejar a revolta.

Por volta de 1999, Schwab e Smadja (1999) ainda estavam buscando com urgência maneiras de dar à globalização um rosto humano. Recorrendo a uma retórica que em certos aspectos faz eco à dos zapatistas (ver adiante), eles escrevem:

Temos de demonstrar que a globalização não é apenas um codinome para um foco exclusivo no valor das ações a expensas de toda outra consideração; que o fluxo de bens e do capital não se desenvolve em detrimento dos segmentos mais vulneráveis da população e de alguns padrões humanos e sociais aceitos. Precisamos conceber uma forma de enfrentar o impacto social da globalização que não seja nem a expansão mecânica de programas de bem-estar social nem a aceitação fatalista de que vai se ampliar o hiato entre os beneficiários da globalização e aqueles que não conseguem reunir os recursos necessários ao atendimento dos requisitos da integração no sistema global.

Ou como conclui John Gray (1998, p. 207):

... estamos prestes a entrar não na era de abundância projetada pelos advogados do livre comércio, mas numa época trágica em que as forças anárquicas do mercado e a redução da disponibilidade de recursos naturais lançam Estados soberanos em rivalidades ainda mais perigosas... A competição no mercado global e a inovação tecnológica entraram numa interação que nos ofereceu uma economia mundial anárquica. Tal economia está fadada a ser um campo de ponderáveis conflitos geopolíticos. Thomas Hobbes e Thomas Malthus são melhores guias do mundo que o *laissez-faire* global criou do que Adam Smith ou Friedrich von Hayek; um mundo em que há ao menos tantas guerras e tanta escassez quanto as benevolentes harmonias da competição.

O fato de um comentador conservador como esse terminar por assumir exatamente a mesma posição analítica da derivada de Marx (cf. meu livro *Limits to Capital*, caps. 12 e 13, ou GREIDER, 1997) chama sem dúvida a atenção. Fortes correntes de reação à globalização do livre mercado vêm se estabelecendo (cf., por exemplo, os textos de um eminente especulador/financista capitalista como George Soros, 1996).

O movimento socialista tem de configurar uma maneira de usar essas possibilidades revolucionárias. Ele tem de se contrapor aos múltiplos

nacionalismos populistas de direita (como o defendido por Pat Buchanan nos Estados Unidos), muitas vezes associados com apelos declarados a um fascismo localizado (Le Pen na França ou as Ligas Lombardas na Itália). O mínimo que o movimento socialista tem a fazer é concentrar-se na construção de uma sociedade alternativa socialmente justa e ecologicamente sensível. Mas para alcançar esse fim é necessário que ele aceite como dadas as atuais condições da globalização e o coro crescente de exigências de sua reforma e seu controle. Tem sobretudo de aprender a cavalgar as fortes ondas do desenvolvimento geográfico desigual que tornam tão precária e difícil a organização popular e das bases. Se é preciso que os trabalhadores de todos os países se unam para combater a globalização da burguesia (cf. capítulo 3), eles devem encontrar maneiras de ser tão flexíveis no espaço — em termos tanto da teoria como da prática políticas — quanto a classe capitalista tem mostrado ser.

Há uma maneira útil de começar a pensar nisso. Pergunte em primeiro lugar: onde podemos encontrar lutas anticapitalistas? A resposta é: em toda parte. Não há uma região do mundo em que não se possa encontrar manifestações de raiva e de descontentamento com respeito ao sistema capitalista. Em alguns locais ou entre alguns segmentos de uma população, os movimentos anticapitalistas se acham firmemente implantados. “Particularismos militantes” localizados (volto à expressão de Raymond Williams) estão em todos os lugares, dos movimentos de milícias das florestas de Michigan (boa parte delas violentamente anticapitalista e anticorporativa, a par de racista e excludente) a movimentos de países como o México, a Índia e o Brasil, que militam contra os projetos de desenvolvimento do Banco Mundial, passando pelas incontáveis “agitações do FMI” que têm ocorrido em todo o mundo. E há muitos casos de luta de classes em andamento mesmo nas pátrias da acumulação capitalista (como as extraordinárias irrupções de militância na França no outono de 1995 e a greve vitoriosa dos trabalhadores da UPS, nos Estados Unidos, em 1997).

Os interstícios do desenvolvimento geográfico desigual ocultam um verdadeiro fermento de oposição, a qual contudo, ainda que militante, permanece com frequência particularista (por vezes num grau extremo), costumando ameaçar convergir ao redor de movimentos nacionais excludentes e nacionalistas-populistas. Dizer que a oposição é anticapitalista não é portanto dizer que seja necessariamente pró-socialista. Faltam a sentimentos anticapitalistas de ampla base uma organização e uma

expressão coerentes. As manobras de um dado movimento de oposição ou de protesto podem confundir e por vezes se opor às de outro, o que facilita sobremaneira aos interesses de classe capitalistas a ação de dividir e governar sua oposição.

Uma das forças históricas do marxismo tem sido seu compromisso com a síntese de diversas lutas cujas metas são múltiplas e divergentes num movimento anticapitalista mais universal. A tradição marxista tem aqui uma imensa contribuição a dar, pois é pioneira no tocante aos instrumentos por meio dos quais identificar pontos comuns em meio a multiplicidades e diferenças (mesmo que, em algumas ocasiões, tenha absorvido com demasiada rapidez estas últimas naqueles). O trabalho de síntese das múltiplas lutas hoje existentes tem de ser permanente, pois os campos e terrenos em que essas lutas se travam, e as questões a que respondem, estão em perpétua mudança, acompanhando as alterações da dinâmica capitalista e das condições globais associadas. A frase de Raymond Williams acerca da “defesa e promoção de certos interesses particulares, *adequadamente unificados*” como maneira de fornecer bases ao “interesse geral” é portanto a tarefa essencial a ser empreendida. A partir da inspiração dessa tradição, tentarei destilar alguns argumentos que parecem particularmente aplicáveis à atual conjuntura.

Desenvolvimentos geográficos desiguais e direitos universais

NO DIA 30 de janeiro de 1996, o Exército Zapatista de Libertação Nacional, de Chiapas, México, lançou a conclamação do “Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo”. Foi proposta por eles toda uma série de congressos intercontinentais de pessoas opostas ao capitalismo neoliberal configurado na globalização. Seu chamado (que foi parcialmente atendido de várias maneiras) assinalou que o poder do dinheiro, em todos os lugares, “humilha dignidades, insulta honestidades e assassina esperanças”. Renomeado como neoliberalismo, “o crime histórico da concentração de privilégios, riquezas e impunidades democratiza a miséria e a desesperança”. Os zapatistas sugeriram que a designação “globalização” representa a “guerra moderna” do capital, que “assassina e esquece”. Em vez de humanidade, esse neoliberalismo nos “oferece índices do valor das ações; em vez de dignidade, oferece-nos a globalização da miséria; em vez de esperança, oferece-nos o vazio; em vez de vida, oferece-nos a internacional do terror”. Contra essa internacional do terror, concluíram eles, “temos de opor a internacional da esperança”. Se cada pessoa se sentisse tocada pela violência da globalização neoliberal, seria possível nos unirmos politicamente, e os dias daquilo que mesmo os defensores da globalização vieram a reconhecer como “um trem desgovernado espalhando a destruição” estariam contados.

A tese zapatista fascinou a esquerda por uma variedade de boas e más razões. Para começar, os zapatistas usam com muita proficiência modernos meios de comunicação. Deram proeminência às possibilidades de uso da Internet pelos movimentos como instrumento de mobilização de campanhas internacionais em favor dos direitos trabalhistas, dos direitos humanos, dos direitos das mulheres, da justiça ambiental e assim por diante. Alguns desses movimentos tiveram um sucesso considerável. A campanha contra a Nike por causa das condições de trabalho em suas fábricas ao redor do mundo (especialmente na Indonésia e no Vietnã) é apenas um exemplo, mas a campanha de 1997-98 (liderada por grupos ambientais), de oposição e combate ao Acordo Multilateral de Investimento [MAI — Multilateral Agreement on Investment] (que teria conferido legalmente a primazia do capital multinacional sobre os organismos nacionais no tocante às condições do investimento externo) ilustrou que é possível contrapor-se eficazmente aos planos globais das multinacionais por meio de oposições globais. A outra virtude da campanha zapatista foi precisamente sua insistência na convergência entre as causas que estavam na base dos problemas que se combatiam. O fato de o levante ter ocorrido no dia em que se instaurou o NAFTA simbolizou que eram os efeitos do livre comércio — o mantra mágico da retórica neoliberal, ou, como o diz o *Manifesto*, a “única liberdade inescrupulosa” — que estavam na base dos problemas. Além disso, apelava fundamentalmente a noções dos direitos e da dignidade do trabalho, dos modos de vida indígenas e regionais, diante das forças homogeneizadoras da mercadificação apoiadas pelo poder do Estado.

Mas, do lado negativo, o movimento zapatista foi inquestionavelmente caracterizado por uma certa “romantização” da marginalidade, de uma suposta “alteridade autêntica” que se achasse fora de todas as formas todo-abrangentes da globalização que se sentia estarem a cada momento cercado e corrompendo as forças de oposição nas pátrias do capitalismo. O movimento zapatista caiu assim na órbita de uma ampla variedade de movimentos semelhantes, como o Chipko no Nepal, Chico Mendes e os seringueiros na Amazônia ou os americanos nativos nos Estados Unidos, que atraíram a atenção geral ao reclamar suas próprias identidades culturais. Eles se mostraram como os “autênticos” portadores de uma “verdadeira” alternativa ao capitalismo homogeneizante e globalizador. Descrever a reação geral da esquerda nas democracias burguesas dessa maneira não é

afirmar que as lutas pela manutenção ou proteção de identidades culturais distintas sejam irrelevantes ou politicamente inócuas — longe disso! Nem é negar que a experiência da marginalização seja um dos principais recursos a partir dos quais construir movimentos de peso em favor de uma política mais universal. Com efeito, a destrutividade do utopismo neoliberal com relação a formas e instituições culturais distintas é, como mesmo um conservador do tipo John Gray alega, um de seus mais flagrantes fracassos. Porém, construir uma reação política universal nesses termos cai precisamente na armadilha de separar a “cultura” da “economia política” e rejeitar o caráter global e universal desta última em favor do essencialismo, da especificidade e da particularidade daquela.

O que falta aqui é uma compreensão das forças que constroem legados histórico-geográficos, formas culturais e modos de vida distintos — forças onipresentes na longa história da cultura capitalista da mercadoria e de sua dinâmica espaço-temporal, sem a ela confinar-se. Os zapatistas, por exemplo, foram profundamente afetados por processos capitalistas e de colonização durante um longo período. Seu movimento e suas exigências de valores iluministas como a “dignidade” — conceito proeminente na Declaração dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas, firmada em 1948 — são tanto produto da história quanto reflexo das circunstâncias.

Reúno as forças que trabalham para criar e sustentar essas diversidades culturais sob a rubrica de uma teoria geral dos desenvolvimentos geográficos desiguais. E como melhor descrever tal teoria?

1. Para uma teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais

A discussão a seguir apresenta dois componentes fundamentais. O primeiro se vincula com “a produção de escalas espaciais”; o segundo, com “a produção da diferença geográfica”. Permitam-me esboçá-los em termos gerais.

A produção de escalas espaciais

Os seres humanos costumam produzir uma hierarquia acomodada de escalas espaciais com que organizar suas atividades e compreender

seu mundo. Lares, comunidades e nações são exemplos óbvios de formas organizacionais contemporâneas existentes em diferentes escalas. Intuímos de imediato no mundo de hoje que o caráter das coisas se afigura distintos quando analisado nas escalas global, continental, nacional, regional, local ou do lar/pessoal. O que parece relevante ou faz sentido numa dessas escalas não se manifesta automaticamente em outra. Sabemos, não obstante, que não se pode entender o que acontece numa dada escala fora das relações de acomodamento que atravessam a hierarquia de escalas — comportamentos pessoais (por exemplo, dirigir automóveis) produzem (quando agregados) efeitos locais e regionais que culminam em problemas continentais, de, por exemplo, depósito de gases tóxicos ou aquecimento global. Mas essa decomposição intuitiva é imprópria, pois dá a impressão de que as escalas são imutáveis ou mesmo totalmente naturais, em vez de produtos sistêmicos de mudanças tecnológicas, formas de organização dos seres humanos e das lutas políticas.

Isso não significa que as escalas sejam definidas fora dos chamados componentes ou influências “naturais”. Os próprios processos ecológicos e os muitos processos físicos que regulam as condições da terra, da água e da atmosfera operam numa variedade de escalas (e assim costumam ser representados nas ciências físicas e ecológicas). A definição de onde pode começar e terminar um “ecossistema” e de que tipo de “entidade” ele pode ser numa dada escala (um lago ou um continente?) é fundamental para toda a questão de como formular uma política ecologicamente sensível. Logo, é por uma interação dinâmica com aquilo que poderíamos chamar de planos escalares de “processos naturais” que os seres humanos produzem e concretizam suas próprias escalas para buscar a realização de suas metas e organizar seus comportamentos coletivos.

Considere-se um exemplo a que já fiz uma breve menção. O caso das alterações da territorialização mostra claramente que não há nada “natural” nas fronteiras políticas, mesmo que características naturais com frequência tenham tido algum tipo de papel em sua definição. A territorialização é em última análise resultado de lutas políticas e de decisões políticas tomadas no contexto de condições tecnológicas e político-econômicas determinadas. A formação da União Européia (um longo processo que começou com o plano Monet de 1948) é um longo histórico de caso de um processo de transformação da territorialidade entre escalas. Mas as mudanças nessa escala têm implicações em outros lugares. Há por exemplo um deba-

te contemporâneo na França sobre como conceber os governos locais (em termos tanto de organização territorial como de poderes). Há uma cisão política entre uma concepção que adota “localidades [municípios], departamentos [equivalentes a estados], nação-Estado” (com todos os seus fortes atrativos tradicionais) e uma concepção que adota “coletividades, regiões, Europa” (que reflete as novas realidades que estão sendo forjadas no nível da União Européia). O resultado dessa luta política terá importantes implicações para os modos de as pessoas organizarem sua vida comunitária. Na verdade, a mudança das atribuições dos governos locais e metropolitanos com respeito às nações-Estados e às forças globais (penso em tudo: da competição entre centros urbanos por investimentos multinacionais e pelo “empreendedorismo urbano” ao elemento Agenda 21 dos acordos do Rio, que determinou toda uma série de ações dos governos locais a fim de conter o aquecimento global) tem sido uma importante maneira de ampliar o papel de uma escala particular da organização humana nos últimos vinte anos (ver, por exemplo, BORJA, CASTELLS, 1997).

As escalas em que a atividade humana pode ser orquestrada é algo que depende pesadamente, é claro, das inovações tecnológicas (sendo vital o sistema de transporte e comunicações), bem como de várias condições político-econômicas mutáveis (o comércio, as rivalidades e alianças geopolíticas etc.). Elas resultam igualmente de lutas de classes e de outras formas de luta política/social, ao mesmo tempo que definem as escalas em que se tem de travar a luta de classes (ver HEROD, 1998). Como alega Swyngedouw (1997, p. 141),

As escalas espaciais nunca são fixas, sendo perpetuamente redefinidas, contestadas e reestruturadas em termos de seu alcance, de seu conteúdo, de sua importância relativa e de suas inter-relações. Por exemplo, a atual luta sobre se a escala da regulação social, da regulação do trabalho, ambiental e monetária no âmbito da União Européia deve ser local, nacional ou européia indica a contestação e a transformação perpétuas de escalas geográficas de regulação. Está claro que haverá variações consideráveis das posições relativas de poder social a depender de quem controla o que em que escala.

Para tomar outro exemplo, quando os governos municipais assumiram um excessivo poder de oposição com respeito à acumulação do capital na era progressista dos Estados Unidos, a burguesia passou a outra escala e exigiu a centralização de poderes no governo federal, que ela

dispunha de melhores condições para controlar (Margaret Thatcher desmantelou o Conselho da Grande Londres, cuja direção era marxista, e reorganizou o governo local exatamente pela mesma razão). A realocação de poderes legais para organizações internacionais como a Organização Mundial do Comércio, com sua contraparte bem mais insidiosa do proposto Acordo Multilateral de Investimento, assim como a formação de entidades de escala mais ampla, como a União Européia e o NAFTA, também teve como motivação política interesses de classe capitalistas. As forças de oposição impelem com freqüência na direção contrária. Surgem movimentos de secessão e exigências de autonomia local (como as veiculadas pelos zapatistas) para proteger, por exemplo, as minorias étnicas, padrões de vida conquistados e o bem-estar social ou valores ambientais (no âmbito dos quais tem considerável influência o lema “o negócio é ser pequeno”).

Mesmo quando concebemos uma escala específica, a do centro urbano, digamos, como fixa, vê-se que também ela se altera de modo dramático ao longo do tempo. A escala em que uma cidade/lugar como Baltimore se define (ver Ilustração 3.1) faz dela hoje uma entidade bem distinta da que foi há duzentos anos. As implicações disso para a política e a economia, para a socialidade e para o sentido que pode ser atribuído à idéia de cidade (lembrando a concepção platônica de que a cidade republicana ideal não deveria ter mais de 5 mil pessoas) são legião.

Logo, a partir de todos esses pontos de vista, podemos falar legitimamente de “a produção da escala” nos assuntos humanos e atribuir-lhe o papel de um dos aspectos vitais de toda teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais (ver SMITH, 1990; 1992). Está claro que as escalas hierárquicas em que as atividades humanas estão sendo atualmente organizadas diferem das de, por exemplo, trinta anos atrás. “Globalização” designa em parte um importante aspecto dessa mudança.

A produção da diferença geográfica

O exame do mundo em qualquer escala particular revela de imediato toda uma série de efeitos e processos que produzem diferenças geográficas nos modos de vida, nos padrões de vida, nos usos de recursos, nas relações com o ambiente e nas formas políticas e culturais. A longa geografia histórica da ocupação humana da superfície da terra e da evolução distintiva de formas sociais (línguas, instituições políticas e valores e cren-

ças religiosos) inseridas integralmente em lugares com qualidades todas suas tem produzido um extraordinário mosaico geográfico de ambientes e modos de vida socioecológicos. Esse mosaico é ele mesmo um “palimpsesto” — composto de acréscimos históricos de legados parciais sobrepostos em múltiplas camadas uns sobre os outros, tal como ocorre com as diferentes contribuições arquitetônicas de diferentes períodos que se distribuem em camadas nos ambientes construídos de cidades contemporâneas de origem antiga. Algumas das camadas têm maior saliência que outras (pensa-se na Batalha do Boyne [Irlanda] e na separação entre católicos e protestantes na Irlanda do Norte, que continua a ter uma importância tão imensa para a região). Esse mosaico geográfico é uma criação, aprofundada pelo tempo, de múltiplas atividades humanas.

Mas as diferenças geográficas são bem mais do que legados histórico-geográficos. Elas estão sendo perpetuamente reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos político-econômicos e socioecológicos que ocorrem no momento presente. Tem tanta importância considerar de que modo as diferenças geográficas estão sendo produzidas no aqui e agora quanto tem recorrer a matérias-primas histórico-geográficas que nos vieram de outros ciclos de atividade. Os especuladores (com apoio financeiro internacional) que procuram maximizar ganhos a partir de aumentos dos preços do aluguel da terra, por exemplo, estão agora reformulando radicalmente os ambientes metropolitanos de Xangai e de Moscou, tanto quanto os de Londres e Nova York. A busca mais generalizada de aluguéis diferenciados cria diferenças geográficas proporcionalmente à intensidade dos investimentos de capital, com freqüência garantindo que regiões com abundância de capital fiquem mais ricas enquanto as carentes ficam relativamente mais pobres. Mas os processos de diferenciação são tão ecológicos e sociais quanto puramente econômicos. O desenvolvimento de “nichos de estilos de vida” e “comunidades de valores partilhados” (de distritos de cultura *gay*, comunidades religiosas e comunas de ecologistas a programas de preservação de ambientes e habitats de vida selvagem promovidos por grupos conservacionistas) têm considerável importância. E as mudanças ecológicas não induzidas, que ocorrem em escalas específicas (ainda que com freqüência a partir de fortes influxos antropogênicos como obstrução de canais, danos advindos de furacões e enchentes, e aquecimento global) também desempenham aí seu papel.

Essas mudanças tornaram-se no entanto, em épocas recentes, mais voláteis, em parte porque ocorreram mudanças qualitativas no âmbito do próprio processo de globalização. As fortes correntes de desindustrialização e de realocação de atividades produtivas que têm varrido o mundo desde 1965 ilustram a velocidade com que são agora configuradas as diferenciações geográficas da produção e do emprego. O poder econômico também passou de uma parte do mundo capitalista para outra (fluindo facilmente dos Estados Unidos para a Costa do Pacífico e para o Sudeste Asiático, e agora no sentido contrário). Logo, é importante avaliar a volatilidade e o dinamismo das formas geográficas contemporâneas. Cidades e regiões metropolitanas inteiras (pensem em Seul ou então numa cidade há tanto tempo estabelecida como Barcelona) foram reconfiguradas e geograficamente transformadas no espaço de uma geração. Mudanças culturais (particularmente as estimuladas pelos sistemas transnacionais de comunicação) também estão exibindo uma eflorescência e uma volatilidade extraordinárias. E há muitas provas (acompanhadas por muita preocupação) de que sistemas ecológicos e naturais se acham em acelerados estados de mudança (com um bom grau correspondente de tensão). Assim, ainda que as variações geográficas reflitam e incorporem legados materiais, históricos, culturais e políticos do passado, é um erro crasso supor que elas sejam mesmo relativamente estáticas, para não falar de imutáveis. O mosaico geográfico sempre esteve em movimento em toda e qualquer escala. Sua volatilidade contemporânea deixa no entanto a impressão disseminada mas superficial de anarquia global — em vez da operação de forças de produção sistêmicas de desenvolvimento geográfico desigual.

A analítica e a política dos desenvolvimentos geográficos desiguais

A concepção geral de desenvolvimento geográfico desigual que tenho em mente envolve uma fusão desses dois elementos, a mudança das escalas e a produção de diferenças geográficas. Temos por conseguinte de pensar em diferenciações, interações e relações tanto interescares como intra-escares. Um erro comum tanto de compreensão analítica como de ação política decorre do fato de, com demasiada frequência, nos aprisionarmos numa dada escala de pensamento, tratando então as diferenças nessa escala como a linha fundamental de clivagem política. Julgo ser esse um dos mais disseminados erros a advir de toda a pletera de discursos sobre

globalização a que nos vemos expostos atualmente. Ele sustenta erroneamente que tudo é determinado fundamentalmente na escala global.

Trata-se de uma questão tão grave que merece um breve detalhamento. Consideremos, por exemplo, a idéia de Huntington (1996) segundo a qual o futuro depende de algum grande choque de civilizações — Oriente *versus* Ocidente. Ele reúne uma série de elementos históricos e idéias que parece tornar a proposta plausível. Mas no final não consegue entender bem nem sequer a escala global, precisamente por não reconhecer a imbricação de outras escalas de atividade que contrariam sua tese simplificadora. Diferentes atores e agentes operam (por vezes habilidosamente) em diferentes escalas. Uma diáspora de empreendedores comerciais chineses (armados de todo um conjunto de valores advindos da história de sua civilização) opera em termos capitalistas (armados com conceitos ocidentais “universalizantes” acerca da riqueza, do poder e da tecnologia) e globalmente num mundo de comunidades chinesas etnicamente distintas que se acham espalhadas mas estreitamente vinculadas entre si. Formando enclaves com frequência isolados dos hábitos e leis do país hospedeiro, essas comunidades oferecem a empreendedores chineses reservas de trabalho cativo e submisso, o que confere àqueles certa vantagem competitiva. A globalização distintiva alcançada por essa diáspora se apóia, por conseguinte, na existência de comunidades distintivas definidas numa escala bem mais local. Nessa escala, Chinatown, em Nova York, parece uma comunidade voltada para manter a distinção e a identidade culturais (e nós que somos de fora podemos simpatizar politicamente com isso do mesmo modo como apreciamos os restaurantes). Mas essa atitude despreza por completo as outras práticas de relações trabalhistas altamente exploradoras e com frequência ilegais estabelecidas em Chinatown sob o controle da diáspora global de empreendedores chineses, os quais também se dedicam a promover as qualidades exclusivistas desse enclave étnico localizado (com seus próprios jornais e organizações culturais) para fins de controle do trabalho. Para reverter as categorias de Huntington, onde estão o Oriente e o Ocidente nesse exemplo?

É difícil entender o que sucede em comunidades como Chinatown sem considerar de que maneira processos que ocorrem primordialmente em outras escalas (correntes migratórias transnacionais, flutuações das taxas de juros, mudanças ambientais etc.) as afetam. Não é difícil multiplicar exemplos desse tipo, ainda que com outras ramificações (o surgi-

mentó e o colapso do banco internacional conhecido como BCICC são um prodigioso exemplo de como o entrelaçamento de todo tipo de diferentes escalas espaciais deu origem a um momentoso evento que criou amplas ramificações sociais, econômicas e políticas em todas as escalas). Inversamente, foi justamente a capacidade dos zapatistas de transformar o que é na verdade uma luta local que envolve questões particulares (algumas das quais difíceis de avaliar a partir de fora) numa escala completamente distinta, tanto analítica como politicamente, que tornou a rebelião tão visível e tão interessante em termos políticos.

O resultado disso é tornar todos os modos de pensar que operam apenas numa escala ao menos questionáveis, se não totalmente errôneos. Mas é conceitualmente difícil trabalhar simultaneamente com diferenciações geográficas voláteis e em multiplicação que operam em planos escalares eles mesmos em rápida mudança. Os problemas se tornam altamente complicados e criam sérias dificuldades a uma análise detalhada. Felizmente, há hoje um amplo e instrutivo conjunto de obras sobre como, por exemplo, relacionar o local com o global, ou, na terminologia um tanto desajeitada de Swyngedouw (1997), analisar o fenômeno da "glocalização". São inevitavelmente necessárias simplificações. Mas é vital manter uma eterna vigilância. Os desenvolvimentos geográficos desiguais produzem todo tipo de resultados não pretendidos tanto para o projeto capitalista como para o socialista. Além disso, o hábito de interpretar tudo através das lentes do conflito avaliado numa dada escala para depois agir com base nessas interpretações pode ter conseqüências desastrosas (esse foi um dos mais deletérios aspectos da "mentalidade de guerra fria" que levou os Estados Unidos a encetar uma cruzada geopolítica em favor da globalização mediante a interpretação de toda luta em busca de justiça social em termos pró-comunistas ou anticomunistas).

Os desenvolvimentos geográficos desiguais do tipo que esbocei levantam claramente barreiras à "adequada unificação" de múltiplos interesses particulares em alguma estrutura que exprima o interesse geral. Há por exemplo muitos conflitos em lugares nos quais as preocupações locais em torno do acesso a recursos, à criação de melhores condições de vida e da obtenção de formas elementares de segurança econômica se sobrepõem a todos os esforços de cultivar o respeito a questões globais importantes como o são, por exemplo, os direitos humanos, a emissão de gases do efeito estufa, a preservação da biodiversidade ou a regulamentação dos usos da terra destinada a evitar o desflorestamento ou a desertificação.

Mas é também por meio da compreensão dos desenvolvimentos geográficos desiguais que podemos avaliar de modo mais pleno as intensas contradições hoje existentes no âmbito das trajetórias capitalistas de globalização. Isso ajuda a definir campos possíveis de ação política. A globalização envolve, por exemplo, um alto nível de autodestruição, de desvalorização e de falência em diferentes escalas e distintos lugares. Ela torna populações inteiras seletivamente vulneráveis à violência da redução de níveis funcionais, ao desemprego, ao colapso dos serviços, à degradação dos padrões de vida e à perda de recursos e qualidades ambientais. Ela põe em risco instituições políticas e legais existentes, bem como inteiras configurações culturais e modos de vida, e o faz numa variedade de escalas espaciais. A globalização faz tudo isso ao mesmo tempo que concentra riqueza e poder e promove oportunidades político-econômicas numas poucas localidades seletivamente escolhidas e no âmbito de uns poucos estratos restritos da população.

Os efeitos positivos e negativos variam em intensidade de lugar para lugar. É importante lembrar, por conseguinte, que a globalização sempre foi um projeto implementado e endossado por poderes particulares em lugares particulares, poderes que buscaram e obtiveram incríveis benefícios e aumento de sua riqueza e seu poder a partir das liberdades no comércio. Mas é precisamente nesses contextos localizados que as mil e uma oposições à globalização capitalista também se formam, clamando por alguma maneira de ser articuladas como um interesse oposicional geral. Isso requer que ultrapassemos as particularidades e enfatizemos o *padrão* e as qualidades sistêmicas do mal que vem sendo feito nas várias escalas e diferenças geográficas. O padrão pode então ser descrito como as conseqüências geográficas desiguais da forma neoliberal de globalização.

A análise poderá então ser ampliada centrifugamente para abarcar uma diversificada gama de questões sociais e ambientais que na superfície parecem nada ter de comum entre si. Problemas como a aids (que assume dimensões devastadoras na África, continente em que alguns países apresentam a proporção de uma pessoa HIV-positiva em cada quatro), o aquecimento global, a degradação ambiental global e a destruição das tradições culturais globais podem ser compreendidos como questões inerentemente de classe. A construção de alguma espécie de comunidade internacional na luta de classes pode trazer um maior alívio para as condições de opressão num amplo espectro de ação socioecológica. Enfatizo

que não se trata de fazer um apelo ao pluralismo, mas do esforço de buscar desvelar o conteúdo de classe de uma diversificada gama de preocupações anticapitalistas. Essa idéia vai encontrar oposição em círculos da esquerda radical, porque insistir numa formulação de classe convida com freqüência ao desdém com relação à proposta como puro sectarismo da velha escola (para não falar da rejeição como *passé* na mídia e na academia). Porém “um por todos e todos por um” na luta anticapitalista continua a ser um *slogan* vital para toda ação política eficaz, o que envolve inevitavelmente algum gênero de política de classes, seja qual for a definição dada.

Contudo, tal trabalho de síntese tem de re arraigar-se nas condições históricas da vida cotidiana. Isso não implica abandonar as abstrações que Marx e os marxistas nos transmitiram, mas significa de fato revalidar e reavaliar essas abstrações por meio da imersão em lutas populares numa variedade de escalas, algumas das quais podem não parecer na superfície proletárias no sentido tradicionalmente atribuído ao termo. No tocante a isso, o marxismo tem suas próprias tendências escleróticas a combater, seu próprio capital fixo incorporado de conceitos, instituições, práticas e políticas que podem funcionar de um lado como um excelente recurso e, de outro, como um empecilho dogmático à ação. Precisamos discernir o que é e o que não é útil nesse capital fixo de nosso intelecto e de nossa política, e seria surpreendente que não houvesse de vez em quando acerbos debates a respeito do que descartar e do que conservar. Não obstante, o debate tem de ser iniciado (ver a Parte 4).

Por exemplo, as categorias marxistas tradicionais — imperialismo, colonialismo e neocolonialismo — parecem demasiado simplistas para capturar as complexidades da forma atual dos desenvolvimentos espaço-temporais desiguais. Talvez elas sempre tenham sido simplistas, mas a reterritorialização e a reespecialização do capitalismo, especialmente nos últimos trinta anos, tornam essas categorias grosseiras demais para exprimir os intrincados fatores geopolíticos no âmbito dos quais a luta de classes deve desenvolver-se no presente momento. Embora um termo como “globalização” cometa o mesmo erro de uma maneira que despotencializa os movimentos socialistas anticapitalistas, não podemos retomar a iniciativa política por meio da reversão a uma retórica de imperialismo e neocolonialismo, por mais superior que seja o conteúdo político destas últimas categorias. Também nesse caso creio que a passagem a uma concepção de desenvolvimentos geográficos desiguais pode ajudar a avaliar

tanto as tarefas a realizar como as potencialidades políticas inerentes a múltiplos movimentos militantes particularistas de oposição que clamam por ser combinados.

A consideração do problema das escalas faz nossa atenção voltar-se para a questão da escala “adequada” em que se podem formular oposições. As grandes (e a meu ver infelizes) divisões entre anarquistas e marxistas ao longo dos anos têm em parte girado em torno da escala apropriada em que se deveria instaurar a oposição e da escala em que uma forma social alternativa deveria ser concebida e construída (ver FORMAN, 1998; THOMAS, 1985). No âmbito dos movimentos marxistas há divisões semelhantes entre, por exemplo, trotskistas, que tendem a crer que a revolução ou é o global ou não é, e partidos comunistas mais tradicionais, que vêem a conquista do poder do Estado como o objetivo mais imediato (e, *de facto*, exclusivo) que merece discussão. Parece-me que todas essas divisões seriam mais bem entendidas e mais claramente articuladas por meio da formulação de uma teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais. Os potenciais pontos de convergência entre essas tendências (em oposição a suas divergências com freqüência amargas) seriam então vistos como o problema de como vincular atividades políticas que se distribuem numa variedade de escalas geográficas.

No tocante a isso, há mais uma questão organizacional de considerável importância. O método tradicional de intervenção marxista costuma envolver um partido político de vanguarda. Surgiram porém dificuldades da superposição de uma única meta, um só objetivo singular, um alvo exclusivo, em geral formulado numa escala específica, a movimentos anticapitalistas dotados de uma multiplicidade de objetivos e planos escalares. Como têm assinalado muitos críticos no âmbito da tradição marxista, o ímpeto emancipatório do marxismo cria nesse caso o risco de sua própria negação. Ele suprime e até reprime numa dada escala a fim de obter resultados em outra. É pois vital compreender que libertar a humanidade em favor de seu próprio desenvolvimento é abrir a produção de escalas e de diferenças, e mesmo abrir um terreno de contestação no próprio âmbito de cada escala e de cada diferença, bem como entre escalas e diferenças — em vez de suprimi-las. Trata-se de algo que a direita por vezes defende, ainda que nunca pratique, como mostra sua tendência ao fundamentalismo. Temos porém de perceber a força desse argumento. Por exemplo, a produção de divergência cultural real (expressão por meio da qual

designo a divergência afetiva e socialmente fundada), em vez de mercadificada, pode com a mesma facilidade ser erigida em meta da luta anticapitalista. O objetivo de criar uma pessoa socialista homogênea e unificada nunca foi plausível. Afinal, o capitalismo tem sido uma força hegemônica de produção de uma pessoa capitalista relativamente homogênea, tendo essa mesma redução de todos os seres e de todas as diferenças culturais a uma forma mercadificada comum de desenvolvimento geográfico desigual gerado fortes sentimentos anticapitalistas. A causa socialista tem sem dúvida de empenhar-se tanto na emancipação dos seres humanos dessa insossa homogeneidade como na criação de alguma condição análoga. Mas isso não significa um apelo a um relativismo incontrolado nem a um ecletismo pós-moderno irrestrito, mas a uma séria discussão das relações entre semelhança e diferença, entre a particularidade desta e a universalidade daquela. E é aqui que o socialismo como visão alternativa de funcionamento da sociedade, de manifestação das relações sociais e de realização das potencialidades humanas se torna ele mesmo objeto de trabalho conceitual. Os desenvolvimentos geográficos desiguais precisam ser libertados de seus grilhões capitalistas.

2. Universais políticos e afirmações globais

Seria um erro flagrante confundir o "global" de globalização com reivindicações mais gerais de universalidade (de verdades, de preceitos morais, de ética ou de direitos). Mas também seria errôneo desprezar a ligação deveras robusta entre esses aspectos. Por isso, desejo examinar mais detidamente essa relação. Defenderei uma modalidade de universalismo no âmbito da qual possam florescer progressos geográficos desiguais de maneiras mais produtivas e interessantes. O estabelecimento adequado de condições numa dada escala — no caso, a consideração conjunta do global e do local — é visto aqui como condição necessária (embora não suficiente) de criação de alternativas políticas e econômicas em outra.

A fase recente da globalização evocou toda uma série de questões irresolvidas relativas à universalidade. Isso ocorreu porque a globalização nos obrigou a levar em conta, na retórica política e até certo ponto em termos de fato político-econômico, a natureza de nossa "condição de espécie" no planeta terra, e, ao mesmo tempo, nos obrigou a considerar as regras e os costumes por meio dos quais podemos nos relacionar uns com

os outros numa economia global em que todos, de uma ou de outra maneira, se relacionam com todos, assim como dependem de todos. Essas condições impõem uma certa similaridade (que se evidencia principalmente nos debates ambientais) a todo o universo da diferença e da alteridade que é o material normal da teorização política em círculos pós-modernos. Na verdade, todo o movimento pós-moderno poderia muito bem ser entendido como voltado para celebrar ou prantear aquilo que está de todo modo prestes a desaparecer. A "alteridade" e a "diferença" (e mesmo a idéia de "cultura" como ideal regulatório, como aponta tão agudamente READINGS [1996]) assumem importância para nós precisamente por ter cada vez menos relevância prática na economia política contemporânea dos desenvolvimentos geográficos desiguais, ainda que venham a ser a base de uma amarga violência etnocêntrica e comunitária.

Pensemos por exemplo na saliência contemporânea, no debate político, daquilo que muitos vieram a denominar "o nexos local/global". O fascínio pelos "conhecimentos locais" (tema popularizado particularmente por Geertz) e pelas culturais locais, com a política do "lugar" e da "construção do lugar", está evidenciado em toda parte. Ele gerou um imenso conjunto de obras, numa variedade de disciplinas, que descrevem variações locais de modos de vida, de estruturas de sentimento, de formas de relacionamento social e de produção, de estruturas socioecológicas e de valores e crenças. E também gerou uma ampla gama de obras normativas em que algum tipo de localismo ou comunitarismo (o mais das vezes utópico) é apresentado como um ideal de vida social a que devemos aspirar, como uma estrutura adequada pela qual todos os conceitos universalizantes (como o de justiça) deveriam ser mediados e traduzidos em termos locais especificamente aceitáveis.

Não pretendo rever nem dissecar aqui essa vasta literatura. Mas de fato desejo fazer uma afirmação fundamental. Essa literatura pode ser lida, ao menos em parte, como um produto peculiar das recentes tendências da globalização. Suas teses dominantes podem ser interpretadas de três maneiras:

1. como um retrocesso ou retorno em que a consciência (alimentada pela linguagem, pela educação, pelos regimes discursivos, pelos meios de comunicação, pelas agitações políticas etc.) de uma era passada (por exemplo, nacionalismo ou patriotismo) é preservada diante de uma flagrante necessidade de adotar aquilo que Nussbaum (1996) chama de "cosmopolitismo" apropriado ao mundo de hoje;

2. como o foco de um anseio político ou mesmo utópico de uma vida mais simples, menos volátil, mais gerível e tranquilizadora em que as relações interpessoais afetivas e diretas estabelecidas em bases locais são cultivadas e promovidas para enfrentar as forças aparentemente abstratas e impessoais da globalização; e
3. como um reconhecimento do fato de que, para a maioria das pessoas, o terreno da experiência sensível e das relações sociais afetivas (que constituem a base material da formação da consciência e da ação política) é localmente circunscrito em decorrência da inserção material pura e simples do corpo e da pessoa nas circunstâncias particulares de uma vida localizada.

Há assim três linhas de reação. A primeira consiste em lamentar o fim da velha ordem e clamar pela restauração dos valores passados (religiosos, culturais, vinculados às solidariedades nacionais ou coisa que o valha). Boa parte da atual reflexão tanto na esquerda (cf. GREIDER, 1997) como na direita (cf. GRAY, 1998) se acha irremediavelmente infectada de nostalgia em suas prescrições e previsões.

A segunda é a busca da visão utópica de algum gênero de comunitarismo (incluindo movimentos de redenção nacional como resposta às alienações e abstrações de uma economia política globalizante). Muitos movimentos políticos tendem agora nessa direção, por vezes apelando a alguma espécie de mitologia política associada à nostalgia de uma era de ouro perdida de comunidade orgânica.

O terceiro caminho é tomar a globalização literalmente e fazer afirmações universais precisamente do tipo que os zapatistas fizeram a partir de seus refúgios nas montanhas no sul do México. Essas alegações se apóiam firmemente na experiência local, mas operam de maneira mais dialética com respeito à globalização. Apelam, por exemplo, ao caráter situado das formas culturais locais, mas também fazem uso das contradições implícitas na atual aceitação, por todo o mundo, de certas normas e maneiras de "fazer negócios" e de definir tanto "liberdades" como o direito de escolher. A globalização implica uma aceitação disseminada (embora com frequência informal, relutante, corrompida e mesmo superficial) de certas noções burguesas de lei, de direitos, de liberdade, e mesmo de alegações morais sobre a bondade e a virtude. Esse é o corolário, ainda que com frequência fraco, mas mesmo assim onipresente, da manutenção de um campo aberto ao investimento de capital, à acumulação do capital e à

exploração do trabalho e dos recursos por toda a superfície da terra. Isso se manifestava e continua a manifestar-se na dimensão moral da cruzada geopolítica em favor da globalização lançada à sombra do poder dos Estados Unidos. Manter o mundo seguro para a democracia e as liberdades de expressão foi e continua a ser considerado intimamente ligado à manutenção do mundo seguro para o capital, e vice-versa. Aqui está a raiz de toda uma série de paradoxos e contradições contemporâneos que criam oportunidades e potencialidades para formas progressistas de ação política.

Pensemos, por exemplo, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em 1948 como parte da Carta da Organização das Nações Unidas. Elaborada primordialmente sob o comando dos Estados Unidos, a declaração foi usada de imediato como instrumento das lutas vinculadas à Guerra Fria. Mas foi um instrumento deveras fraco, em especial na medida em que os Estados Unidos não a respeitaram em função da promoção de seus próprios interesses específicos. Por esse motivo, foi fundada em 1961 a Anistia Internacional como organização transnacional dedicada à promoção dos direitos universais num mundo geopoliticamente dividido, socialmente fragmentado, mas também globalizante. Mas foi só nos últimos vinte anos que o significado desses direitos assumiu novo destaque (em parte com o fim de lutas anticolonialistas como as da África e da Ásia). Durante a presidência Carter, a questão dos direitos humanos tornou-se mais visível, com relevantes efeitos (particularmente na América Central e na América do Sul). Com o fim da Guerra Fria, o uso direto desse instrumento para fins políticos estreitos tornou-se menos comum (com notáveis exceções como, por exemplo, China e Cuba). A questão da aplicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos agora paira acima do mundo como um conjunto contestado de direitos universais esperando que lhe dêem um uso (ver ALSTON, 1992). Que fazer então com esses princípios nas condições contemporâneas da globalização?

Claro que podemos assumir uma posição marxista rígida (cujo momento pioneiro é o ataque de Marx à concepção de "justiça eterna" de Proudhon), que afirma que todas as concepções de direitos são cativas de instituições burguesas e que, por conseguinte, construir políticas em torno dessas alegações é puro reformismo. Podemos alternativamente assumir uma postura amplamente pós-moderna e atacar essas concepções como meros filhos postiços de padrões errôneos do pensamento iluminista, incapazes de adaptar-se a um mundo de incomunicabilidade e de diferen-

gas culturais irreconciliáveis. E são consideráveis as provas acumuladas de que a alegação de universalidade pode se tornar com demasiada facilidade veículo de repressão e dominação da parte de outros interesses, bem como de que a própria alegação está de qualquer modo inserida profundamente demais no conceito oitocentista de liberalismo para poder um dia ser mobilizada para algum propósito distinto ou mais profundo de emancipação.

A alternativa é reconhecer que todas as alegações de universalidade estão prenhas de dificuldades e que a distinção entre reformismo e revolução nunca é tão clara quanto o sustentam alguns marxistas. Do mesmo modo, não é sem dificuldades que se define a distinção entre particularidade e universalidade. O problema é por conseguinte encontrar formas de ampliar e amplificar o alcance dos direitos humanos de maneira que sejam o máximo possível simpáticas ao direito a ser diferente ou ao "direito à produção do espaço". Toda interpretação estrita e estreita dos direitos humanos tem de ser contestada. Mas, na prática, observamos que essa contestação tem sido um aspecto relativamente permanente nos últimos cinquenta anos, tendo em vista que o significado e a aplicação dos princípios da Organização das Nações Unidas tiveram de ser objeto de batalhas em cada lugar e em cada caso (cf. ALSTON, 1992; PHILLIPS, ROSAS, 1995), chegando mesmo a tornar letra morta alguns princípios declarados de 1948, ao mesmo tempo que se exumavam direitos amplamente ignorados (como os das minorias) a fim de enfrentar novos problemas (como os que surgiram no que foram um dia a Iugoslávia e a União Soviética).

Claro que houve contestação desde o primeiro momento. Em 1947, por exemplo, o Conselho Executivo da American Anthropological Association apresentou à Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas um relatório coletivo. Este começava assinalando que, na ordem mundial, "o respeito às culturas de grupos humanos distintos entre si" tem a mesma importância que o respeito à pessoa de cada um. O respeito àquelas tem de conceber o indivíduo como "membro do grupo social de que ele é parte, cujos modos sancionados de vida regem seu comportamento e com cujo destino está inextricavelmente ligado o seu próprio". O Conselho mostra a seguir preocupação com a possibilidade de que a Declaração das Nações Unidas possa parecer uma declaração de direitos concebidos apenas em termos dos valores dominantes nos países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos.

Buscando reduzir essa dificuldade, o Conselho Executivo insistia que toda declaração de direitos tem de reconhecer que se chega a "valores" e "desejos" por meio de sutis processos de aprendizagem em ambientes culturais que diferem flagrantemente entre si. Embora a tolerância entre diferentes sistemas de crença aceites seja possível,

Na história da Europa Ocidental e dos Estados Unidos..., a expansão econômica, o controle do armamento e uma tradição religiosa evangélica têm traduzido o reconhecimento das diferenças culturais em injunção a agir. Isso tem sido acentuado por sistemas filosóficos que destacam absolutos no campo dos valores e fins: Definições de liberdade, conceitos da natureza dos direitos humanos etc. foram por conseguinte definidos de modo demasiado estreito. Alternativas foram condenadas e suprimidas nos locais em que se estabeleceram controles sobre povos não-europeus. O núcleo estável de *semelhanças* entre culturas vem sendo sistematicamente desdenhado.

As conseqüências dessa perspectiva têm sido desastrosas para a humanidade...

O Conselho Executivo passa então a apresentar três proposições fundamentais:

1. O indivíduo realiza a própria personalidade por meio de sua cultura, razão pela qual o respeito às diferenças individuais envolve o respeito às diferenças culturais.
2. O respeito às diferenças entre culturas é validado pelo fato científico de não se ter descoberto nenhuma técnica de avaliação quantitativa de culturas.
3. Os padrões e regras são relativos à cultura de que derivam, de modo que todo esforço de elaboração de postulados que advenham de crenças ou códigos morais de uma dada cultura tem nessa medida de evitar a aplicabilidade de toda Declaração de Direitos Humanos à humanidade como um todo.

Há muito o relativismo cultural e o comentário crítico ao universalismo são características do pensamento político e acadêmico. Mas, longe de defender um "relativismo informe", como alguns o descrevem ou mesmo preferem, o Conselho Executivo chamou a atenção para "O núcleo estável de *semelhanças* entre culturas" que "vem sendo sistematicamente desdenhado" ("*semelhanças*" está em itálico no original) e aceitou a idéia de que "padrões de liberdade e de justiça aplicáveis ao mundo como um todo" têm de ser "fundamentais". O problema, então como agora, consis-

te em conceber uma ordem mundial efetiva que “permita a livre manifestação da personalidade dos membros de suas unidades constituintes e que adquira força do enriquecimento a ser obtido da interação entre diferentes personalidades”. O Conselho Executivo concluiu:

Só quando se incorporar à Declaração proposta o direito dos homens a viver de acordo com suas tradições poder-se-á passar à etapa seguinte, a de definir os direitos e deveres dos grupos humanos uns com relação aos outros com base no sólido alicerce do atual conhecimento científico do Homem.

Essas são, a meu ver, precisamente as alegações reivindicatórias que fazem os zapatistas. Por um lado, eles apelam repetidamente e com vigor ao conceito de “dignidade” e ao direito humano universal de tratamento marcado pelo respeito. Por outro lado, fazem afirmações fundadas no plano local, na inserção e na história cultural que enfatizam sua posição ímpar e particular como grupo socioecológico. Aqui se combinam dialeticamente universalidade e particularidade.

Na prática, com efeito, todo o campo de aplicação dos direitos humanos tem sido dominado desde 1948 por uma separação interpretativa entre direitos civis e políticos, de um lado, e direitos econômicos, sociais e culturais, de outro. Este último conjunto de direitos foi até recentemente mantido fora da discussão, ainda que estivesse concretamente presente na Declaração de 1948. Um dos impactos da globalização e da ascensão de muitas formas multinacionais e transnacionais de capital é o aumento das dificuldades de manter uma separação tão estrita entre esses conjuntos de direitos. A questão dos direitos econômicos começa a ocupar importante espaço em toda reafirmação dos direitos humanos. Há vários indícios de formas emergentes de luta de classes cujo objetivo é precisamente incluir os direitos econômicos no domínio geral da consideração dos direitos humanos. A luta para fazer que as instituições transnacionais assumam a responsabilidade por essas questões é hoje um objetivo conhecido. O exemplo mais espetacular foi a reação pública à execução de Ken Saro-Wiwa e das oito pessoas acusadas em conjunto com ele na Nigéria por defenderem os direitos do povo *ogoni* diante da exploração pela Shell das reservas petrolíferas locais. A Shell não teve como manter com facilidade sua posição fictícia de que não pode interferir nos assuntos políticos internos de um país como a Nigéria (ela o faz patentemente o tempo inteiro), tendo sido forçada em última análise a conceder um apoio limitado aos principais fundamentos da lei de direitos humanos (embora, por infe-

licidade, apenas anos depois, e não antes, das execuções). Claro que é difícil ir além do caso espetacular; mas a vulnerabilidade das instituições transnacionais a essas questões começa a se evidenciar.

Há hoje nos bastidores lutas bem mais amplas que fazem eco a algumas das lutas nacionais ocorridas no século XIX. Propõem-se convenções internacionais para tornar ilegal o trabalho infantil, e travam-se debates sobre acordos internacionais para restringir e regulamentar em todo o mundo “o trabalho semi-escravo” [*sweatshops*]. Existe atualmente um movimento internacional de reivindicação de um “salário vital” global como padrão a ser observado em todos os setores econômicos e em todos os lugares. Vem aumentando a importância desses movimentos (POLLIN, LUCE, 1998), apesar de eles continuarem pequenos e sem a devida cobertura nos principais meios de comunicação mundiais (ainda que não na Internet). Se, nos termos amplos da lógica do capitalismo, um certo tipo de democratização e a acumulação do capital andam de mãos dadas, como se pode manter os direitos econômicos apartados dos direitos humanos e civis mais gerais? Essa ligação já está presente na Declaração de Direitos Humanos de 1948. Examinemos, por exemplo, os Artigos 22 a 25:

Artigo 22

Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

Artigo 23

1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
2. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
3. Toda pessoa que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.
4. Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para a proteção de seus interesses.

Artigo 24

Toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias periódicas remuneradas.

Artigo 25

1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.
2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora de matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

O que há de notável nesses artigos (particularmente quando despojados de seu forte privilégio de gênero¹ — ele mesmo um evidente indicador da fragilidade de todas as declarações universais) é a imensa falta de atenção que têm atingido nos últimos cinquenta anos sua implantação ou aplicação, bem como o fato de quase todos os países signatários da Declaração Universal os violarem flagrantemente. Fazer que entrassem estritamente em vigor implicaria amplas e em alguns casos revolucionárias transformações da economia política do capitalismo. Seria bem fácil caracterizar o neoliberalismo como destacada violação dos direitos humanos. Não há dúvida de que toda a trajetória política norte-americana dos últimos vinte anos (cuja continuidade ocorreu mais dramaticamente quando da reforma do sistema de bem-estar social pelo governo Clinton) tem sido diametralmente oposta à garantia desses direitos:

As aplicações práticas dos direitos humanos também distinguem tipicamente direitos na esfera pública e direitos na esfera privada. Aqueles (como o direito de voto e a liberdade de expressão política) têm merecido destaque, ao passo que estes últimos (como a subserviência da mulher no ambiente da família, práticas culturais como a mutilação genital, bem como os direitos das mulheres ao controle do próprio corpo e de resistir à violência doméstica) são amplamente ignorados. O resultado tem sido um intenso privilégio de gênero no âmbito do conceito de direitos humanos (perceptível na linguagem dos artigos originais). Também nesse caso o apagamento neoliberal de muitas distinções entre o público e o privado,

1. O original em inglês usa o pronome *his* ("seu" no sentido de "dele"), o que permite pensar em *everyone* como referência não a "toda pessoa", mas a "todo homem" ou "todos", que são masculinos. (N.T.)

efetuado, por exemplo, através da privatização de muitas funções antes públicas e, inversamente, da inserção de muitas questões supostamente privadas (por exemplo, discussões sobre os direitos reprodutivos e a saúde pessoal) no domínio público, tem dificultado cada vez mais preservar a distinção. A perda tão amplamente lamentada de uma "esfera pública" demarcada com nitidez para a política cria nesse campo uma oportunidade de redefinir noções de direitos humanos em geral.

Considerarei no começo a política da globalização principalmente em seus aspectos negativos e desmobilizadores. O que fica claro agora é que as contradições e os paradoxos da globalização oferecem oportunidades de uma política progressista alternativa. A globalização contemporânea enseja um conjunto especial e sem precedentes de condições para uma mudança radical.

Há antes de tudo uma ampla exigência de reforma do sistema como decorrência de suas manifestas instabilidades (periódicas dificuldades financeiras, fases de desindustrialização etc.) e do aprofundamento das desigualdades econômicas. Em segundo lugar, as dificuldades ambientais são evidentes em toda parte, e muitas requerem também ações regulatórias e intervenções em todas as escalas, inclusive a global. Logo, são amplamente consideradas necessárias, para garantir um desenvolvimento econômico mais estável e mais sustentável, novas estruturas institucionais. Em terceiro, a disseminação de modos ocidentais de pensar a auto-satisfação e a auto-realização (tal como representadas na Declaração de 1948) desencadeou um conjunto de intensas forças de crescente frustração econômica, social e cultural. A passagem a uma cultura popular mais universal produz, embora possa ser deplorada, exigências de auto-satisfação ao mesmo tempo que acentua a alienação e a frustração. A cruzada global de imposição de direitos e liberdades democráticos burgueses também promoveu a irrupção de uma revolução cultural global de cunho antiautoritário, individualista, subversor da deferência e em certa medida desajeitadamente igualitário (o que se evidencia em particular no desenvolvimento de movimentos de mulheres em lugares como o Japão e o Sudeste Asiático). Assim, embora possa ser verdade que se multiplicam as diferenciações e adaptações, e mesmo as inovações e iniciativas, locais no que se refere a questões de direitos e de valores, há uma tendência discernível de reconhecer que essas variações são parte de uma dada família de significados em vez de incomunicavelmente distintas entre si.

Em suma, a globalização traz integralmente de volta a questão de nossa “condição de espécie” no planeta terra (ver o capítulo 10). Ela abre espaços tanto de debate conceptual e teórico como de batalha política (de que já se pode discernir formas indefinidas). E sobretudo torna necessário e possível redefinir direitos humanos universais que vão bem além dos reconhecidos em 1948 (questão que vou retomar no capítulo 12). Esses direitos não vão ser espontaneamente concedidos ou reconhecidos justamente porque podem levar a mudanças revolucionárias nas ordens sociais e nas economias políticas. Eles só vão ser conquistados por meio de lutas. Isso vai envolver discussões intensas e por vezes irreconciliáveis, particularmente quando os direitos entram em contradição uns com os outros ou, o que é mais relevante, estabelecem precedentes antagônicos ao funcionamento do capitalismo de mercado.

Pensemos, por exemplo, na idéia geral de que os trabalhadores de toda parte devem ser tratados com dignidade, ter a garantia de um “salário vital” que lhes assegure o mínimo de segurança econômica e um adequado acesso a chances de vida. Embora inteiramente compatível com a Declaração Universal de 1948, essa concepção universal se opõe de modo nítido às condições do desenvolvimento geográfico desigual de que o capital tem se alimentado e que, em muitos casos, foram por ele produzidas. Essa concepção afeta o neoliberalismo de maneira fundamental, porque interfere de forma crucial no funcionamento dos mercados de trabalho. Sabemos não obstante que a exigência de um “salário vital” significa evidentemente coisas distintas a depender das condições histórico-geográficas. Um salário vital em Dacar ou Bombaim não é o mesmo que poderia ser necessário em Joanesburgo, Duluth, Lulea ou na cidade de Nova York. Isso por acaso implica que a luta pelo direito global de um salário vital é impossível ou ilógica?

No período de 17 a 19 de julho de 1998, cerca de quarenta delegados de organizações de direitos dos trabalhadores dos Estados Unidos, do Caribe, da América Central, do México, do Canadá e da Europa reuniram-se justamente para examinar esse assunto (ver BENJAMIN, 1998). Eles chegaram à conclusão de que uma campanha em favor do estabelecimento de um salário vital como padrão global (de início nas indústrias de calçados e de vestuário) era tanto viável como proveitosa, ainda que toda fórmula de cálculo desse salário, por maior o cuidado de elaboração que se tivesse para levar em conta diferenças culturais, sociais e econômicas

entre países e regiões, fosse sem dúvida ser objeto de intensas controvérsias. Além disso, é improvável que viesse a obter aceitação universal. Contudo, concluíram eles, “quanto mais controvérsias houver em torno dessa fórmula e quanto maior o número de fórmulas alternativas, tanto melhor” (BENJAMIN, 1998, p. 4). O simples fato de levar o setor industrial e a opinião pública a discutir que fórmula adotar obriga a questão do “salário vital”, definido como um “salário digno”, a vir para o primeiro plano da pauta política, exatamente do mesmo modo como a adoção da Declaração Universal de Direitos Humanos em 1948 introduziu irrevogavelmente na pauta global certas questões em torno dos direitos humanos universais (por mais controversos ou difusos).

O dilema para o qual isso aponta torna-se ainda mais acirradamente claro quando se tenta reincorporar a suposta universalidade dos direitos humanos a uma teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais (ou reconciliá-la com esta). As considerações apresentadas pelos antropólogos americanos em 1947 levanta esse problema, muito embora se tenha de admitir que sua tendência a fetichizar culturas como entidades de algum modo independentes tenha sido tão dúbia então quanto é obviamente imprópria agora. A força da Declaração da Organização das Nações Unidas reside no modo como reúne, de um lado, a escala universal e global e, de outro, a microescala do corpo e da pessoa política. Mas a Declaração dá bem pouca atenção às várias outras escalas em que se pode construir associações humanas dotadas de sentido (apesar de a nação-Estado ser considerada a entidade mediadora responsável pela garantia e pela vigência dos direitos). E também não enfoca muito todas as infinitas variações de costumes e hábitos, de modos de vida e estruturas de sentimento, variações que os antropólogos e geógrafos há muito consideraram aspectos cruciais da existência humana. O direito ao desenvolvimento geográfico desigual, a construir formas diferentes de associação humana caracterizadas por leis, regras e costumes diferentes numa variedade de escalas se afigura no tocante a isso um direito humano tão fundamental quanto qualquer outro. As contradições e tensões implícitas em tal discussão se evidenciam imediatamente. O direito à diferença confronta a universalidade dos direitos. Esse elemento pode de certo modo ser considerado uma circunstância antes feliz do que desesperadora, pois é precisamente dessas questões insolúveis que se pode construir novos estados do ser humano.

Não obstante, nunca vai acabar o espinhoso problema de como conciliar o direito ao desenvolvimento geográfico (político, econômico, cultural) desigual com alguns ideais universais relativos aos direitos. Mas dizer que esse problema sempre vai nos acompanhar não equivale a conceber o dilema como irresolúvel por todo e qualquer tipo de razão. Entre o relativismo absolutista, que diz que coisa alguma que ocorra em, por exemplo, Jacarta ou no Vietnã, ou mesmo em Boulder ou no centro velho de Baltimore, é objeto digno de juízo moral ou político e o absolutismo, que concebe rigidamente a universalidade como questão de total uniformidade e igualdade de julgamento e de tratamento, há um abundante espaço de negociação. O recente ressurgimento de questões de longa data acerca do direito das minorias, que levou em 1992 à Declaração da Organização das Nações Unidas sobre o assunto, é exemplo disso. O contexto, como observa Thornberry (1995), tem como pano de fundo o choque de tendências contraditórias:

Há de um lado o movimento de internacionalização ou globalização de questões ambientais, relativas a recursos, questões humanitárias e de direitos, que transcende as inibições da Guerra Fria. De outro lado, testemunhamos o surgimento ou recrudescimento, intra-estatal e interestatal, de virulentas formas de etnocentrismo, do ódio à diversidade, da exumação de antagonismos sepultados e da obscenidade da "limpeza étnica" (p. 13).

Reconhecendo que as sociedades provavelmente serão antes mais do que menos multiculturais e plurais nos próximos anos e que a diferenciação cultural é um processo contínuo (e que por conseguinte os direitos têm de transcender em muito a "museumificação" de culturas preexistentes), a Declaração de 1992 da Organização das Nações Unidas e seu desenvolvimento subsequente ilustram uma das maneiras pelas quais se pode ampliar a idéia dos direitos para abordar problemas do desenvolvimento geográfico desigual (PHILLIPS, ROSAS, 1995). Longe de liberar a proliferação de rivalidades e ódios interétnicos, um sistema de direitos adequadamente formulado pode oferecer aqui um recurso para "salvaguardar a igualdade entre todos os seres humanos em sociedade; promover a diversidade grupal quando necessária à garantia da dignidade e da identidade de todas as pessoas; e consolidar a estabilidade e a paz, tanto doméstica como internacionalmente" (p. 65).

A construção de forças políticas para envolver-se nesses diálogos no âmbito de alguma estrutura institucional adequada torna-se assim a eta-

pa mediadora crucial para levar a dialética das particularidades e das universalidades a interagir num cenário mundial marcado por desenvolvimentos geográficos desiguais. E a isso se resume presumivelmente "a adequada unificação" de "certos interesses particulares".

Marx não se deixava afetar por discussões de direitos. Ele as via com frequência como tentativas de impor um dado conjunto de direitos — os definidos pela burguesia — como um padrão universal a que todos deveriam aspirar. Mas se devem unir-se, não têm os operários do mundo inteiro de fazê-lo em torno de alguma concepção de seus direitos, bem como de sua missão histórica? Por motivos de política prática, parece indispensável alguma noção de direitos. Afinal, a Primeira Internacional, sobretudo influenciada por Marx, apelou às "puras e simples leis morais e jurídicas, que devem reger as relações entre indivíduos privados" como a base adequada de condução "dos relacionamentos entre as nações" (MARX, LENIN, 1949, p. 23). E, no tocante a questões de direitos, a burguesia criou uma tal malha de contradições no cenário mundial que abriu inadvertidamente várias trilhas rumo a uma política progressista e universalizante na escala global. Dar as costas a esses universais neste estágio de nossa história, por mais frágeis ou mesmo distorcidos que sejam, é dar igualmente às costas a todo tipo de perspectivas de ação política progressista. Talvez a contradição central da globalização neste ponto de nossa história resida no modo como ela traz para o primeiro plano sua própria nêmesis em termos de uma reconcepção fundamental do direito universal de cada pessoa a ser tratada com dignidade e respeito como membro plenamente dotado de nossa espécie.

Os espaços de utopia

Um mapa do mundo que não inclua Utopia não merece nem mesmo uma espiada (Oscar Wilde).

1. A história de Baltimore

VIVI EM Baltimore a maior parte de minha vida adulta. Considero-a minha cidade natal e acumulei um imenso tesouro de afeição pelo lugar e seu povo. Baltimore no entanto, em quase todos os aspectos, é uma confusão. Não o tipo de confusão atraente que faz das cidades fascinantes lugares a ser explorados, mas uma terrível confusão. E parece bem pior agora do que quando a conheci, em 1969. Ou talvez continue a ser a mesma confusão de sempre (ver a Tabela 8.1), diferindo da Baltimore da época porque muitas pessoas pensavam então que era possível tomar alguma providência. Hoje, os problemas parecem insolúveis.

Um número demasiado de detalhes dessa confusão poderia sobrecarregar. Mas vale a pena indicar algumas de suas características. Há cerca de 40 mil casas vazias e em sua maioria abandonadas (Ilustração 8.1) para um número total de residências de mais ou menos 300 mil unidades no perímetro urbano (havia 7 mil em 1970). As concentrações de pessoas sem moradia (apesar de todas essas casas vazias), de desempregados e, o que tem mais relevância, de pobres empregados (que tentam

Tabela 8.1 Dois momentos no tempo de um bairro do centro de Baltimore

	1966	1988
Dados econômicos (em porcentagem)		
Taxa de desemprego de adultos	7.0	17.0
Famílias que recebem assistência social	28.0	30.0
Famílias com renda inferior a 10.000 dólares (dólares de 1988)	41.0	47.0
Famílias com renda inferior a 20.000 dólares (dólares de 1988)	16.0	18.0
Adultos que concluíram o ensino médio	10.0	49.0
Famílias em que ao menos um membro tem automóvel	23.0	36.0
Porcentagem de empregados como trabalhadores	43.0	8.0
Porcentagem dos empregados no setor de serviços	1.0	30.0
Famílias e estrutura familiar		
Tamanho médio das residências	2.9	1.9
Porcentagem de aposentados	13.0	30.0
Porcentagem da população com menos de 18 anos de idade	45.0	34.0
Porcentagem de famílias com um adulto homem	56.0	43.0
Porcentagem de pessoas sozinhas	16.0	31.0
Porcentagem de famílias com cinco ou mais pessoas	30.0	12.0
O bairro		
"Bom" aspecto mais citado		
Queixa mais comum	as pessoas habitação	as pessoas drogas/crimi- nalidade
Porcentagem de residentes que pagam aluguel	85.0	78.0
Porcentagem de adultos que vivem no bairro há mais de 10 anos	48.0	60.0
Porcentagem de pessoas que acham que o bairro está melhorando	n.a.	14.0

Os dados acima foram compilados por pesquisas encomendadas pelo Baltimore Urban Renewal and Housing Agency [Órgão de Habitação e Renovação Urbana de Baltimore], repetidas pelo Baltimore Sun em abril de 1988. O foco é o bairro mais afetado pelas manifestações populares que se seguiram ao assassinato de Martin Luther King. Foram publicados pelo Baltimore Sun (4 de abril de 1988) por ocasião do vigésimo aniversário desse evento.

Com a exceção das taxas de conclusão do curso médio, da propriedade de automóvel e do número excessivo de pessoas por residência, os dados indicam na melhor das hipóteses a estabilização e, em alguns casos, a piora das condições sociais e econômicas no bairro. Embora parte disso se deva à tendência de envelhecimento da população, é evidente a falta de oportunidades de emprego. A catastrófica queda do emprego industrial e o aumento do número de empregados em serviços oculta uma radical mudança das oportunidades de emprego, que passaram a favorecer as mulheres em detrimento dos homens. Isso tem correlação com níveis bem mais altos de educação média e com a queda da presença de adultos homens nas famílias. Dados compilados durante a década de 1990 para "bairros" de perfil semelhante não trazem evidências de reversão dessas tendências.

(Fonte: HARVEY, 1988, p. 238)

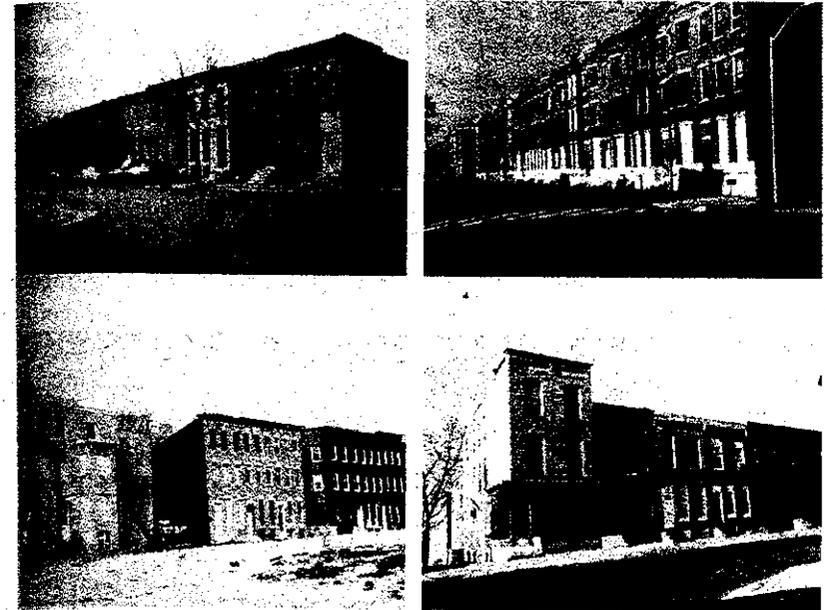


Ilustração 8.1. Abandono da cidade: casario de Baltimore. Havia em 1970 cerca de 7 mil casas abandonadas na cidade de Baltimore. Por volta de 1998, esse número passou a algo em torno de 40 mil, num universo de pouco mais de 300 mil unidades. O efeito disso em "bairros" inteiros foi catastrófico. A política da cidade se volta agora para a demolição em larga escala (entre 1966 e 1999, foram demolidas 4 mil; há planos de demolir mais 11 mil). A esperança "oficial" é de que isso expulse da cidade os pobres e a subclasse. A ideia de recuperar "bairros" mais antigos — particularmente os que apresentam um grande número de habitações de boa qualidade — foi deixada de lado, embora isso pudesse fazer bem mais sentido econômico e ambiental.

viver com menos de 200 dólares por semana sem benefícios) estão à vista de todos. As filas à porta das instituições que distribuem refeições (o Estado de Maryland contava em 1980 com 60 delas; agora há 900) vão ficando cada vez maiores (30 por cento de seus usuários, segundo várias pesquisas informais, estão empregados), e as missões de caridade de muitas Igrejas no centro da cidade chegaram a uma situação não-administrável (Ilustração 8.2). As desigualdades — tanto de oportunidades como de padrão de vida — aumentam com rapidez. Os amplos recursos educacionais desse centro urbano (a cidade de Baltimore tem algumas das melhores escolas do país, mas todas são particulares) são negados à maioria das crianças que ali vivem. As instituições educacionais públicas se acham em condição deplorável (segundo exames recentes, com um atraso de dois anos e meio em habilidades de leitura com referência à média nacional).

A pobreza crônica e todo tipo de sinais de tensão social (Ilustração 8.3) reinam à sombra de algumas das mais sofisticadas instituições médicas e de saúde pública do mundo, inacessíveis às populações locais (a não ser para quem tem o privilégio de limpar as alas de tratamento da AIDS por uma remuneração inferior ao salário vital, direito aos serviços de assistência Medicare ou Medicaid ou então uma doença rara que interesse à elite dos pesquisadores da área de medicina). A expectativa de vida no entorno imediato dessas instituições hospitalares de reputação internacional está entre as menores dos Estados Unidos, sendo comparável à de muitos dos países mais pobres do mundo (63 anos para homens e 73,2 para mulheres). A taxa de transmissão da sífilis é a maior de todas as cidades do mundo desenvolvido (de acordo com estatísticas da Organização Mundial de Saúde); e tem havido uma explosão de doenças respiratórias (que mais do que duplicaram em todas as categorias da cidade entre 1986 e 1996, de acordo com dados da Environmental Protection Agency [o órgão de proteção ambiental dos Estados Unidos]), mas liderada por um impressionante aumento dos casos de asma (que passaram de uma taxa de cerca de 8 para 170 por 10 mil habitantes). O único sucesso notável no campo da saúde pública registrado na cidade foi a dramática contenção da tuberculose. Isso ocorreu devido à ação de um secretário municipal de Saúde que, tendo tido experiência médica militar no Vietnã, julgou adequado adaptar à idéia comunista chinesa dos “médicos de pés descalços” à zona urbana de Baltimore e, assim, baixar a taxa de infecção por tuberculose da cidade, em uma década, da posição nada invejável de pior do país para algo abaixo da taxa nacional.

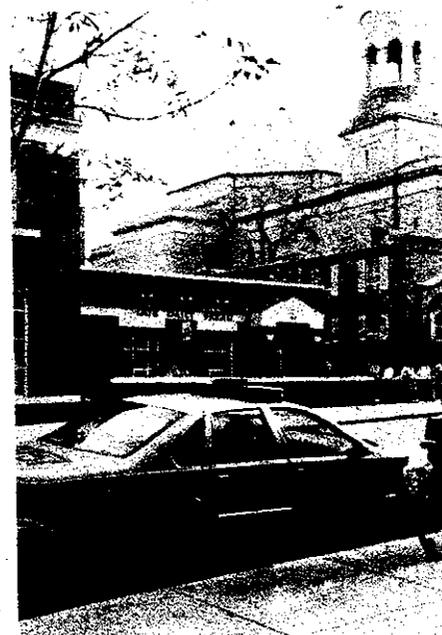


Ilustração 8.2. Caridade na cidade: Our Daily Bread [O Pão Nosso de Cada Dia] no centro de Baltimore. A Our Daily Bread, instituição dirigida pela entidade filantrópica Catholic Charities, alimenta diariamente cerca de 900 pessoas. Visitada pelo papa, ela tem sido há muito tempo o carro-chefe do atendimento aos pobres do centro da cidade. Mas em 1998 a Downtown Partnership, dirigida por Peter Angelos, o multimilionário dono do Baltimore Orioles (com um orçamento anual de salários para jogadores de beisebol de 90 milhões), começou uma campanha contra a circulação de pobres na área central da cidade porque eles supostamente promovem o crime, desvalorizam as propriedades e impedem o redensolvimento. A Partnership instou a cidade a criar um “campus de assistência social” para os pobres longe da área urbana central. Solicitou-se à Catholic Charities que procurasse uma sede menos central. Em abril de 1999, foi anunciado que a Our Daily Bread iria se transferir para uma edificação reformada doada por Angelos, simbolicamente situada atrás da cadeia municipal, num bairro empobrecido. Quando os residentes locais se queixaram, a Catholic Charities abandonou o lugar e começou a procurar outra sede. A burguesia, como alegou Engels, tem para os problemas sociais uma única solução — afastá-los das vistas enquanto culpa precisamente os que têm menos condições de arcar com o ônus.

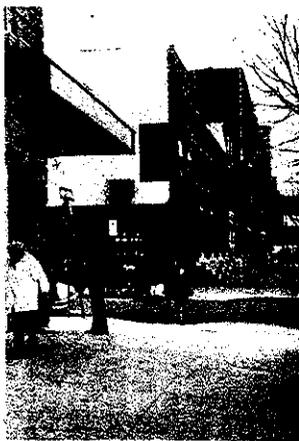


Ilustração 8.3. Pobreza na cidade: à sombra do hospital Johns Hopkins. O hospital Johns Hopkins e a Escola de Saúde Pública associada figuram entre os melhores do mundo. Mas a expectativa de vida da cidade é abissalmente baixa, e as estatísticas de saúde no entorno imediato dessas instituições contam uma estarrecedora história de empobrecimento, de marginalização, de exploração e de negligência. Os estabelecimentos de agiotas, as fachadas em ruínas das igrejas, os advogados de porta de cadeia nas adjacências do hospital — tudo isso revela a tensão social. Porém, um mural em ruínas que exprime o desejo de “Subir a Escada de Jacó”, sair da miséria para uma condição de auto-aceitação e de confiança em si mesmo, oferece um vislumbre de desejo utópico. A campanha em favor do salário vital na cidade e na Johns Hopkins (com seu lema “Subindo a Escada de Jacó”) traz a esperança de que se suba ao menos um degrau dessa escada.

Os abastados (negros e brancos) continuam a sair da cidade em grandes grupos (a uma taxa líquida de mais de mil por mês nos últimos cinco anos, de acordo com o Censo), buscando tranquilidade, segurança e empregos nos subúrbios (a população da área central da cidade estava perto de 1 milhão quando cheguei e hoje caiu para pouco mais de 600 mil). Os subúrbios, as cidades-dormitório e as ex-urbes proliferam (com a ajuda de amplos subsídios públicos para o transporte e para a construção de habitações para pessoas de alta renda por meio da isenção fiscal dos juros hipotecários), num crescimento suburbano desordenado extraordinariamente antiecológico (Ilustração 8.4) — longas horas de deslocamento, graves concentrações de ozônio no verão (o que quase certamente tem relação com a espiral ascendente de problemas respiratórios). Os empresários do desenvolvimento habitacional oferecem esses grandes focos doentios de conformidade suburbana segura (claro que atenuados por citações arquitetônicas de *villas* italianizadas e colunas góticas) como uma panacéia para curar o colapso e a desintegração da urbanidade, primeiro no centro das cidades e, mais tarde, quando o foco mortal se dissemina, no centro dos subúrbios. E é aí, nesse mundo insípido e indistinto, que a maioria da população metropolitana, tal como a maioria dos norte-americanos, que nunca se sentiu tão bem, alegremente vive. Residir nessa “utopia burguesa” (como a denomina Robert FISHMÁN, 1989) comercializada fundamenta a peculiar mistura de conservadorismo político e libertarismo social que constitui a marca da América do Norte contemporânea.

Tem havido uma espécie de esforço de reversão de tendências na cidade. Iniciado no começo da década de 1970 sob a égide de um prefeito dedicado e autoritário (William Donald Schaeffer), esse esforço envolveu a formação de uma parceria entre o poder público e a iniciativa privada para investir na revitalização do centro da cidade e da região de Inner Harbor (Ilustração 8.5) a fim de atrair serviços financeiros, o turismo e as chamadas funções de hospitalidade para o centro. Foram necessários muitos gastos públicos para manter o projeto em andamento. Uma vez que dispunha dos hotéis (o Hyatt conseguiu um hotel de 35 milhões de dólares para um gasto próprio de apenas meio milhão no começo dos anos 1980), a parceria precisava construir um centro de convenções para ocupar os hotéis e conseguir parte do que se avalia ser uma indústria de eventos de 83 bilhões de dólares. Para manter o conjunto competitivo, eram necessários mais 150 milhões de dólares para construir um centro de convenções



Ilustração 8.4. Utopia burguesa: crescimento suburbano desordenado. Como muitas outras regiões metropolitanas dos Estados Unidos, Baltimore sofreu uma explosão centrífuga num ritmo acelerado (ver a Ilustração 3.1, à p. 71). Impelido por uma complexa mistura de temores da cidade, associada com o racismo e o preconceito de classe, o colapso das infra-estruturas públicas em muitas partes das cidade, e atraído pelo desejo utópico burguês de tranquilos confortos isolados e protegidos, o efeito desse individualismo centrado na propriedade criou uma paisagem notavelmente repetitiva de crescimento desordenado associado com a total dependência do automóvel. Os impactos ecológicos são altamente negativos, e os custos sociais e econômicos do tráfego congestionado e da instalação de infra-estrutura estão aumentando com rapidez.

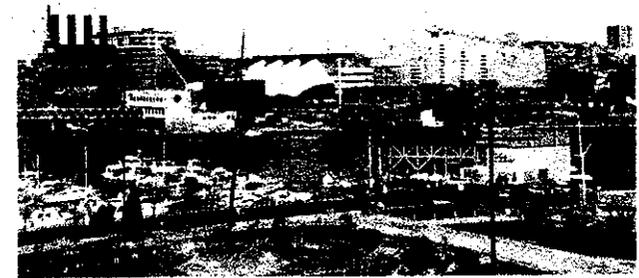


Ilustração 8.5. Utopia dos incorporadores: a renovação de Inner Harbor, de Baltimore. Quase tudo o que se vê no atual horizonte de Inner Harbor, de Baltimore, foi construído a partir de mais ou menos 1970. As edificações em segundo plano são espaços para escritórios e hotéis com prédios de apartamentos com muitíssimos andares (foi muito difícil vendê-los antes de se concederem descontos) protegendo cada flanco. O alto prédio à esquerda foi construído em terrenos valiosos e “dado” aos incorporadores em troca de promessas de ajuda em outros locais que nunca se concretizaram. Estão no primeiro plano as atividades de lazer e turísticas que se concentram na parte frontal do porto (os investimentos da Rouse numa série de teatros de arena ocupam a parte central do porto). Financiada por uma parceria público-privada, boa parte do desenvolvimento tem tido uma história de altos e baixos. O Hyatt Regency Hotel (parte central superior) deu a Hyatt um hotel de 35 milhões para um investimento de meros 500 mil dólares (o restante foi dinheiro público). Embora esses investimentos tenham acabado por trazer benefícios para a cidade, o Columbus Science Center (o prédio da parte central inferior com teto branco irregular) custou 147 milhões à iniciativa privada com garantia pública, mas sua principal função, a de Pavilhão de Exploração, foi forçada a ser interrompida em 1997 depois de nove meses de funcionamento. Resgatado da falência por uma operação do Estado, o prédio é agora administrado pela University of Maryland, tendo como principal locador um centro de biotecnologia marinha.

ainda maior a fim de atrair as grandes convenções. Teme-se agora que todos esses investimentos não venham a ser lucrativos sem um “grande hotel central”, que também vai requerer “amplios” subsídios públicos (talvez 50 milhões). E para melhorar a imagem da cidade quase meio bilhão de dólares foram gastos na construção de ginásios de esportes (Ilustração 8.6) para equipes (uma delas atraída de Cleveland) que pagam vários milhões anuais aos astros, assistidos por fãs que pagam ingressos a um preço exorbitante. Essa é uma história bem banal por todos os Estados Unidos (a National Football League — merecedora de benefícios sociais — calcula que entre 1992 e 2002 cerca de 3,8 bilhões de dólares, principalmente dinheiro público, serão despejados em seus novos estádios de futebol). O Estado gasta 5 milhões para construir um pára-raios especial para um estádio que não vai ser usado mais de 30 dias por ano.

É isso que recebe o nome de “alimentar o monstro do centro da cidade”. Para tornar compensadora cada leva de investimentos públicos, faz-se necessária mais uma leva. A parceria entre o poder público e a iniciativa privada significa que o poder público entra com os riscos e a iniciativa privada fica com os lucros. Os cidadãos ficam à espera de benefícios que nunca chegam. Vários dos projetos públicos malogram, e um complexo de prédios para pessoas de alta renda, que fica de frente para o rio (Ilustração 8.7), tem um desempenho tão ruim que recebe 2 milhões em incentivos fiscais para evitar a falência, enquanto a classe trabalhadora empobrecida — perto da falência, se não tecnicamente nela — nada obtém. “Temos de ser competitivos”, diz o prefeito. “Se eles fracassarem, ninguém mais vai querer investir” — esquecendo-se aparentemente de que a carga fiscal mais elevada com que arcamos (incluindo os que podem ter valorizadas suas propriedades) também são um incentivo ao êxodo da cidade, rumo aos subúrbios, que há muito vem acontecendo.

Claro que há um lado bom no esforço de revitalização. Muitas pessoas vão visitar Inner Harbor. Há até mesmo a convivência racial no lugar. As pessoas evidentemente gostam muito de simplesmente observar umas às outras. E há um crescente reconhecimento de que a cidade, para ser vibrante, tem de funcionar 24 horas por dia e de que as megalivrarias e um Hard Rock Cafe têm tanto a oferecer quanto a Benetton e a Banana Republic (Ilustração 8.8). Uma considerável dose de controle social é necessária para tornar viáveis essas atividades, e sinais desse controle são onipresentes (Ilustração 8.9). O desejo de estar no centro dos aconte-



Ilustração 8.6. Investimentos públicos na cidade: estádios e um centro de convenções para os abastados. Durante a década de 1990, cerca de 1 bilhão de dólares foram gastos em dois ginásios de esportes financiados por gastos públicos (500 milhões), uma extensão do Centro de Convenções (150 milhões) e outros grandes projetos para o centro da cidade (por exemplo, o acréscimo de um pára-raios especial para um estádio que não vai ser usado mais de 30 dias por ano a um custo de 5 milhões). O argumento em favor desses investimentos é que criam empregos e geram renda. Mas uma cuidadosa análise de custo/benefício realizada por dois respeitados economistas (HAMILTON, KAHN, 1997) mostrou uma perda líquida do investimento no estádio de beisebol da ordem de 24 milhões por ano. Entrementes, fecharam-se bibliotecas, reduziram-se os serviços urbanos e investiu-se o mínimo em escolas municipais.

cimentos leva alguns jovens profissionais (os que não têm filhos) a voltar para o centro da cidade. E quando a “gentrificação” no sentido clássico de expulsão de populações de baixa renda ocorreu (o que afetou principalmente as cercanias do porto), ao menos houve a contrapartida de revitalização física de partes da cidade que estavam em lento processo de morte por abandono (Ilustração 8.10). Algumas edificações públicas mais decadentes foram implodidas para dar lugar a habitações de melhor qualidade em ambientes mais bem cuidados (Ilustração 8.11). Aqui e ali, “bairros” se uniram e desenvolveram um sentido especial de comunidade que proporciona uma vida mais segura e saudável sem degenerar em exclusão raivosa. Em alguns desses “bairros”, foram lançados grandes projetos, que utilizam uma gama de recursos públicos e privados com vistas a revitalizar comunidades empobrecidas (Ilustração 8.12). Mas nada disso afeta as raízes dos problemas de Baltimore.

Uma das raízes desses problemas está na rápida transição das oportunidades de emprego. Os empregos industriais tiveram acelerado seu deslocamento (principalmente na direção sul e para o estrangeiro) durante a primeira recessão grave do pós-guerra, em 1973-1975, e desde então não pararam de sair (ver a Tabela 8.2). Os estaleiros, por exemplo, praticamente se aproximaram do desaparecimento, e as indústrias que permaneceram reduziram os empregos. A Bethlehem Steel (Ilustração 8.13) tinha 30 mil funcionários em 1970; hoje, menos de 5 mil produzem praticamente a mesma quantidade de aço graças a sucessivas levadas de investimentos em alta tecnologia, tendo a última recebido um subsídio estadual de 5 milhões de dólares. A General Motors — outro merecedor de assistência social — recebeu amplos recursos de uma Urban Development Action Grant, no começo dos anos 1980, a fim de manter em funcionamento sua fábrica local, e agora ameaça interromper a fabricação de caminhões. Representantes do município e do estado estão se esforçando freneticamente para compor um pacote suficientemente lucrativo que mantenha esses produtores na cidade. O uso de contêineres nas operações portuárias e o carregamento automatizado de navios (Ilustração 8.13) reduziram o número de empregos portuários a uma sombra da importância que um dia tiveram.

Surgiram empregos no setor de serviços para substituir as cerca de 250 mil vagas perdidas nas operações industriais e portuárias. No interior da cidade, muitos desses cargos pagam baixas remunerações (com



Ilustração 8.7. Subsídios públicos e lucros privados: a história de Harborview. Depois que o estaleiro Key Highway Shipyard fechou em 1982 (causando a perda de 2 mil empregos), o local vago (no alto) tornou-se objeto de uma longa controvérsia. Acabou-se por dar permissão, em 1987, para construir ali uma série de arranha-céus, enfrentando-se uma forte oposição local, decorrente do fato de a mera envergadura do projeto ameaçar a intimidade dos “bairros” existentes e porque iria impedir a visão do rio. Os recursos para o projeto, de início imersos na confusão causada pelo bloqueio das garantias de uma hipoteca e por múltiplas transferências de direitos de incorporação, foram no final fornecidos (abruptamente) pelo Sudeste Asiático (a Parkway Associates, na época com dinheiro sobrando, forneceu o dinheiro sem discussões porque o local lembrava seu representante de Hong Kong). O projeto passou imediatamente por problemas financeiros decorrentes da crise de outubro de 1987, e parece que nunca gerou lucros desde a bombástica (“um novo estilo de vida urbana”) inauguração da primeira torre em 1993 (coberturas comercializadas por 1,5 milhão de dólares). Eventualmente salvos por um pacote de isenções fiscais que alcançaram 2 milhões de dólares, os incorporadores suaram para encontrar meios de tornar o lugar mais lucrativo. Entre as propostas estava a construção de mais três torres para tornar a primeira mais viável. Em 1999, começou a construção de luxuosas casas e “casas do canal”, tendo-se encaixado um modesto prédio alto do lado da terra. É possível que se construa mais uma torre.

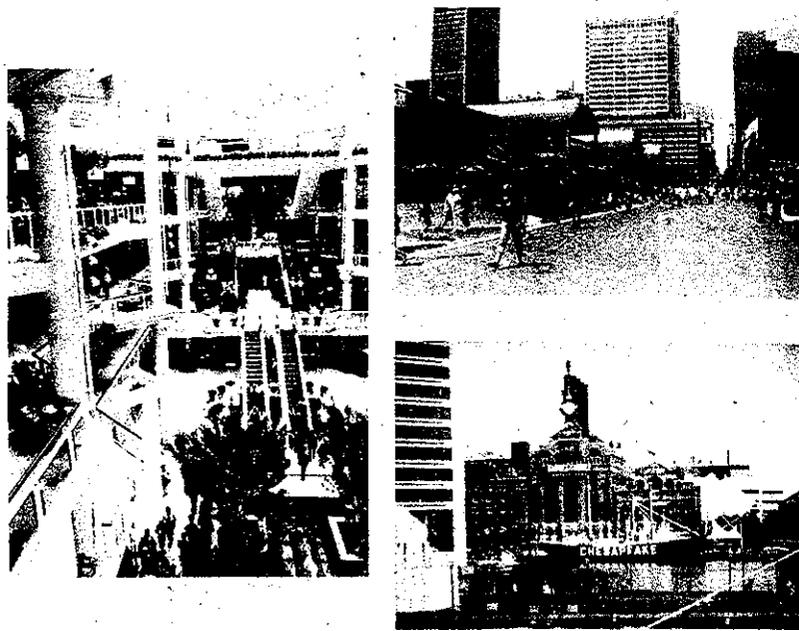


Ilustração 8.8. Utopia degenerada na cidade — o espetáculo urbano como mercadoria. Na esteira da agitação urbana que abalou a cidade nos anos 1960, uma influente elite de funcionários do governo e líderes empresariais tentou resgatar os investimentos feitos em benefício do centro da cidade por meio da promoção do consumismo e do turismo. Considera-se hoje que o espetáculo urbano construído no entorno de Inner Harbor atrai mais visitantes para Baltimore do que a Disneylândia. Os teatros de arena da Rouse em Harbor Place (na parte superior direita) oferecem a âncora, mas a cena geral do consumismo associado com o lazer tem seus elementos institucionais (o National Aquarium e o Maryland Science Center), sua versão interior (a Gallery da Rouse em Harbor Place, à esquerda) e seus símbolos eternos, acrescentados mais recentemente, como o Hard Rock Cafe, uma ESPN Zone e o Planet Hollywood (na parte inferior direita).

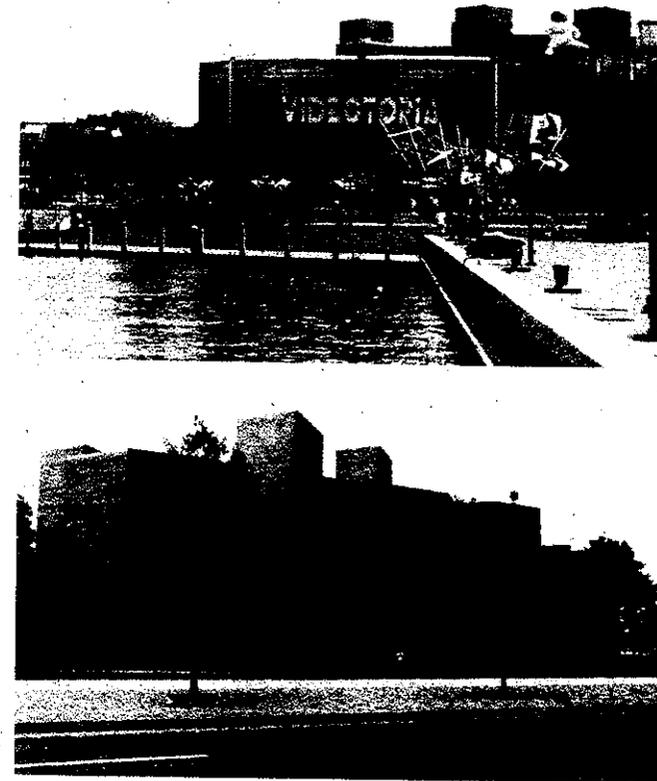


Ilustração 8.9. Utopia degenerada na cidade — espetáculo e controle social no Maryland Science Center. O Maryland Science Center apresenta duas faces do mundo. Com a parte frontal voltada para o comercialismo do porto interior, o Center nos convida como um espaço amigável em que podemos aprender e, já que estamos lá, vivenciar (mediante pagamento) a "Videotopia". Porém, a parte posterior do prédio conta outra história. O edifício foi inaugurado em 1976 como um dos primeiros projetos de revitalização do porto interior. Parece uma fortaleza quando visto pela retaguarda. No começo, não tinha entrada do lado da comunidade ou mesmo da rua. Foi projetado na esteira das manifestações de descontentamento de 1968, que se seguiram ao assassinato de Martin Luther King. A comunidade afro-americana que na época habitava as cercanias (e que desde então foi sendo expulsa pela construção da via expressa e pela gentrificação) foi percebida como uma ameaça. Assim, o formato de fortaleza foi deliberado. Pretendia repelir o descontentamento social e funcionar como posto avançado (ao estilo de um bunker) na extremidade sul do porto interior a fim de proteger os investimentos a ser feitos.

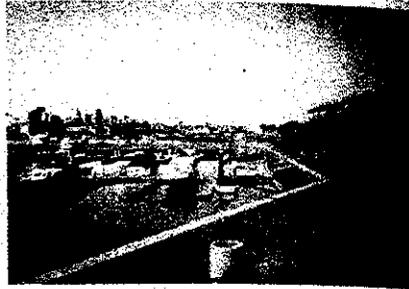


Ilustração 8.10. Utopia yuppie: expulsão dos pobres e renovação no bairro Canton de Baltimore. A bem-sucedida reciclagem de antigos prédios industriais (American Can, à esquerda) e as novas casas urbanas na margem do rio próxima dali (na parte superior direita) abriu caminho para a rápida gentrificação do bairro de Canton na parte leste da cidade. Situada no perímetro do centro da cidade, a faixa que vai de Canton ao centro propriamente dito, margeando o porto, é conhecida como “The Gold Coast” [Costa Dourada] devido ao seu potencial de redensolvimento para pessoas de alta renda. O efeito disso nas moradias mais antigas de Canton foi impressionante. À falta de outros espaços para expansão, os proprietários das antigas casas estreitas todas iguaizinhas competem entre si mediante a construção de cobertas bizarramente ostentosas com vista para o porto (na parte inferior direita).



Ilustração 8.11. Mudar a moradia dos pobres. As edificações habitacionais públicas (em cima), construídas quase majoritariamente nas décadas de 1950 e 1960, precisavam de reforma, e, afora isso, vinham sendo cada vez mais acusadas de ser um ambiente negativo que promovia a criminalidade e outras formas de comportamento anti-social. Implodidas na década de 1990, foram substituídas por uma arquitetura de estilo suburbano para pessoas de baixa renda numa comunidade cercada por muros e portões no perímetro do centro da cidade. A “Pleasant View Gardens” [Jardins de Paisagem Agradável] (embaixo) é hoje considerada um exemplo do “novo urbanismo” — um espaço fechado em estilo de vila num ambiente de centro da cidade.

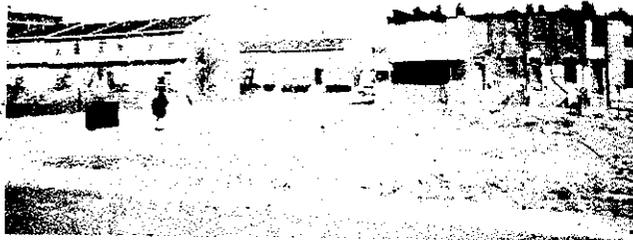


Ilustração 8.12. Revitalização de espaços: Sandtown-Winchester e o paradoxo de James Rouse: A renovação comunitária em larga escala, que combinou recursos públicos com recursos privados, foi objeto de uma tentativa em Sandtown-Winchester. A partir de vigorosas manifestações de uma organização comunitária (a BUILD), logo se veio a reconhecer que a falta de empregos e os baixos salários ocupavam o centro da degradação da comunidade. A “campanha pelo salário vital” (ver capítulo 7) foi uma das decorrências do esforço de Sandtown-Winchester. James Rouse participou do esforço de Sandtown-Winchester por meio de sua Enterprise Foundation (criada depois de sua aposentadoria para auxiliar na revitalização de “bairros” pobres). Tendo ajudado a acabar com a viabilidade da vida no centro da cidade, por meio de suas atividades principalmente como grande promotor comercial e suburbano, ele voltou depois da aposentadoria para tentar revitalizar áreas que suas próprias atividades tanto tinham feito para destruir. A obra de Rouse é agora comemorada por um controverso mural em Sandtown-Winchester que dá dele a imagem de um patriarca benevolente numa plantação afro-americana.

Tabela 8.2. Para onde foram os empregos: Baltimore, 1980-1985

Empresa	Ramo de negócios	Número de postos de trabalho perdidos
*Acme Markets	Cadeia de mercearias	1.200
*Airco Welding	Fios de solda	150
*Allied Chemical	Cromo	145
Bethlehem Steel	Aço	7.000
*Bethlehem Steel Shipyard	Reparo de embarcações	1.500
*Brager-Gutman	Varejista	180
*Cooks United	Lojas de descontos	220
Eskay	Empacotamento de carne	240
General Electric	Produtos elétricos	550
General Motors	Peças de automóveis	247
*Korvettes	Lojas de departamentos	350
*Maryland Glass	Glass	325
*Maryland Shipping and Dry Dock	Reparo de embarcações	1.500
Max Rubins	Vestuário	225
*Misty Harbor Raincoat	Roupas para chuva	210
*Pantry Pride	Cadeia de mercearias	4.000
*Plus Discount Stores	Lojas de descontos	150
*Two Guys	Lojas de descontos	150
Vectra	Fibras e fios	600
*Western Electric	Produção de eletricidade	3.500

A recessão de 1980-1985 provocou outra leva de perda de empregos à região de Baltimore, como ilustra essa relação de cortes. A relação é adaptada de um quadro publicado pelo Baltimore Sun em 21 de março de 1985. Empresas marcadas por asterisco encerraram por completo o funcionamento. No caso desses fechamentos, vinha ocorrendo em anos anteriores uma gradativa redução da força de trabalho. Os empregos perdidos no varejo vieram a ser recuperados, mas os que ocorreram na produção foram uma perda total. Para dar um exemplo, nesse período a construção e o reparo de embarcações deixaram de ser uma atividade essencial da economia de Baltimore (Fonte: HARVEY, 1988, p. 236).

poucos benefícios), são temporários, não-sindicalizados e femininos (Ilustração 8.14). O máximo a que muitas famílias podem aspirar é manter a renda estável por meio do trabalho de duas pessoas durante mais horas com uma remuneração individual menor. A ausência geral de instalações adequadas e acessíveis de cuidado infantil significa que não são boas as perspectivas para as crianças em tal situação. A pobreza envolve e se perpetua, apesar da campanha pelo “salário vital”, que luta para melho-

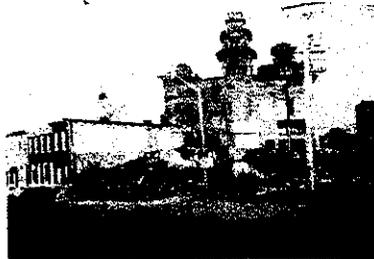
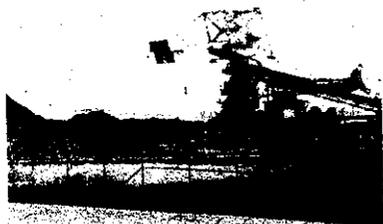


Ilustração 8.13. A desindustrialização de Baltimore. Baltimore perdeu dois terços de seus empregos industriais a partir de 1960 (uma perda líquida de cerca de 100 mil postos de trabalho). Na Segunda Guerra Mundial, por exemplo, a cidade construiu cerca de 500 "Liberty Ships", mas o único sinal residual dessa atividade é hoje a manutenção de uns poucos navios fora de serviço ativo (no meio, à esquerda). Instalações industriais degradadas estragam a paisagem, à espera de reutilização (a fábrica de bebidas abandonada, no meio, à direita). As empresas industriais que permanecem, como a Bethlehem Steel (embaixo, à esquerda e à direita), oferecem um número bem menor de oportunidades de emprego. A empresa, que já empregou 30 mil pessoas nos anos 1970, hoje tem menos de 5 mil funcionários, deixando para as gaiótas os estacionamentos vazios. O uso de contêineres (parte superior, à direita) e a automação do porto (carregamento de carvão, parte superior, à esquerda) também reduziram os postos de trabalho da cidade.

rar a sorte dos trabalhadores pobres e proteger os vários milhares que atualmente estão sendo expulsos da assistência social e jogados num mercado de trabalho em estagnação (ver capítulo 7). A conversão de antigas instalações industriais aqui e ali proporciona novas formas de ganhar a vida que oferecem algum apoio para a revitalização de "bairros".

As disparidades geográficas em termos de riqueza e de poder aumentam, dando à cidade o perfil de um universo metropolitano de crônico desenvolvimento geográfico desigual. Por um curto período, os subúrbios metropolitanos drenaram riqueza da parte central da cidade, mas agora também eles têm "problemas", ainda que seja neles, quando isso acontece, que surge a maioria dos novos empregos. Assim, a riqueza se movimenta, seja se afastando ainda mais da cidade, rumo a ex-urbes que excluem explicitamente os pobres, os desprivilegiados e os marginalizados, seja se fechando por trás de altos muros, em "privatopias" suburbanas ou "comunidades fechadas" na área urbana (Ilustração 8.15). Os ricos formam guetos de opulência (suas "utopias burguesas") e solapam conceitos de cidadania, de pertinência social e de apoio mútuo. Seis milhões deles vivem hoje nos Estados Unidos em comunidades fechadas, para 1 milhão há dez anos (BLAKELY, 1997). E quando não estão cercadas por muros as comunidades são cada vez mais instaladas em linhas de exclusão, de modo que os níveis de segregação (primordialmente de classe, mas também com uma forte tendência racial) alcançaram o pior nível de toda a história de Baltimore.

A segunda fonte relevante da confusão está na fragmentação e no colapso institucionais. A Prefeitura, presa a uma engessadora política de austeridade fiscal alimentada pela crença de que um governo mais "enxuto" é sempre o melhor meio para uma cidade competitiva, reduz os serviços (enquanto aumenta a concessão de subsídios a corporações), sejam eles necessários ou não. O potencial de cooperação com as áreas suburbanas é sobrepujado por pressões competitivas no sentido de manter baixo o nível de impostos, de manter longe os empobrecidos e marginalizados e de proteger os abastados e estáveis. O governo federal descentraliza e o estado, agora dominado por interesses suburbanos e rurais, dá as costas à cidade. Pipocam por toda parte órgãos especiais de avaliação das contribuições fiscais destinados a levar os "bairros" a oferecer serviços extra de acordo com seus recursos. Como os recursos variam, o efeito é a divisão do espaço urbano numa colcha de retalhos formada por

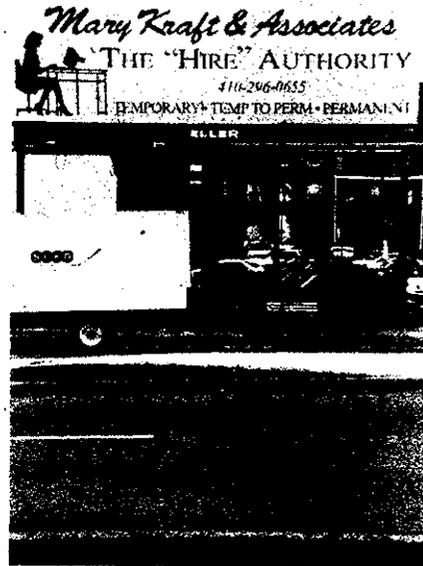


Ilustração 8.14. O trabalhador temporário. A perda de empregos industriais e de postos de trabalho em categorias sindicalizadas tem sido compensada por uma crescente contratação no setor de serviços (como a assistência médica, que fez do Johns Hopkins System o maior empregador privado do Estado de Maryland), no setor financeiro, de seguros e imobiliário, aumentada pelo forte crescimento da "indústria da hospitalidade", associada ao comércio de convenções de negócios e ao turismo. Porém muitos dos novos empregos são temporários, de baixa remuneração e com quase nenhum benefício associado. E há uma grande demanda por mulheres para essas funções.

ilhas de relativa opulência que lutam para se manter num mar de podridão e decadência disseminadas. O efeito geral é a divisão e a fragmentação do espaço metropolitano, uma perda da sociabilidade em meio à diversidade e uma postura defensiva localizada com relação ao resto da cidade, que se torna politicamente fracionada, se não completamente disfuncional.

Para ficar num exemplo, a Downtown Partnership é dirigida por Peter Angelos, o mais rico advogado do estado e proprietário da equipe dos Baltimore Orioles. (Ele começou a carreira como advogado dos operários das aciarias às voltas com problemas de saúde e segurança ocupacionais, e ganhou milhões com as causas vinculadas com o amianto, aquelas que levaram à falência muitas corporações importantes, ao lado de muitos "nomes" do Lloyds de Londres que cometeram a tolice de fazer o seu seguro.) A Partnership está se apoderando do centro da cidade, buscando levar os sem-teto — e as entidades filantrópicas (particularmente a Our Daily Bread — Ilustração 8.2) que os atraem — a deixar a cidade e ir para alguma zona periférica. Propõe até mesmo um "campus para os sem-teto", ao estilo de um gueto, em algum lugar fora da cidade. A Prefeitura é solidária com isso e tem procurado promover demolições em massa de grandes concentrações



Ilustração 8.15. "Privatopias": as comunidades fechadas de Baltimore. Um número cada vez maior de pessoas nos Estados Unidos tem feito a opção de morar nos espaços protegidos das comunidades fechadas. Baltimore não é exceção; ali, constroem-se cada vez mais comunidades desse gênero, seja nas cercanias da cidade, seja nas regiões suburbanas circundantes.

de residências de pessoas de baixa renda, esperando com isso fazer os pobres ir para os subúrbios, ação perfeitamente compatível com a observação de Engels segundo a qual a única solução que a burguesia consegue encontrar para seus problemas é afastá-los das vistas.

Parecem ínfimas as perspectivas de reforma institucional. Uma emaranhada combinação entre inflexibilidades burocráticas e legais e arranjos políticos institucionais rígidos cria um governo local ossificado. O comunitarismo excludente, estreitos interesses inconfessáveis (em geral sob o manto de vários tipos de políticas de identidade — predominantemente racial em termos populistas, embora haja em Baltimore uma boa dose de rivalidade étnica compondo o quadro), a ânsia de lucros das corporações, a miopia financeira e a ganância dos empresários desenvolvimentistas são elementos que contribuem para as dificuldades. São introduzidos na paisagem física, política e social da região metropolitana novos recursos destinados a exacerbar tanto as desigualdades como a fragmentação (mais particularmente as de raça). Não há, ao que parece, alternativa além do enriquecimento progressivo dos já ricos e do empobrecimento regressivo dos já pobres (em sua maioria negros). Se estes se comportarem mal, sempre se pode segregá-los em outro lugar que tem merecido amplos investimentos públicos, o novo estabelecimento correcional da cidade (Ilustração 8.16).

Em meio a toda essa espiral de desigualdade, os grandes interesses corporativos e financeiros florescentes (incluindo os meios de comunicação) promovem sua própria versão de política da identidade, lançando grande número de manifestos em favor do comportamento politicamente correto. Sua mensagem central, repetida de modo incessante, é que toda contestação às glórias do livre mercado (de preferência com nichos assegurados por decreto, monopolizado e subsidiado pelo Estado na prática) tem de ser impiedosamente combatida ou desqualificada até desaparecer. Suspeito que a força dessas idéias está na base de nossa atual sensação de impotência. “Não há alternativa”, disse Margaret Thatcher em seu auge. E até Gorbachov concordou. Os meios de comunicação corporativizados repetem incansável e interminavelmente esse refrão. Foi criada uma configuração ideológica avassaladora de forças que não admite oposição. Quem detém o poder do dinheiro dispõe de liberdade para escolher entre mercadorias suntuosas (incluindo locais de prestígio, adequad-

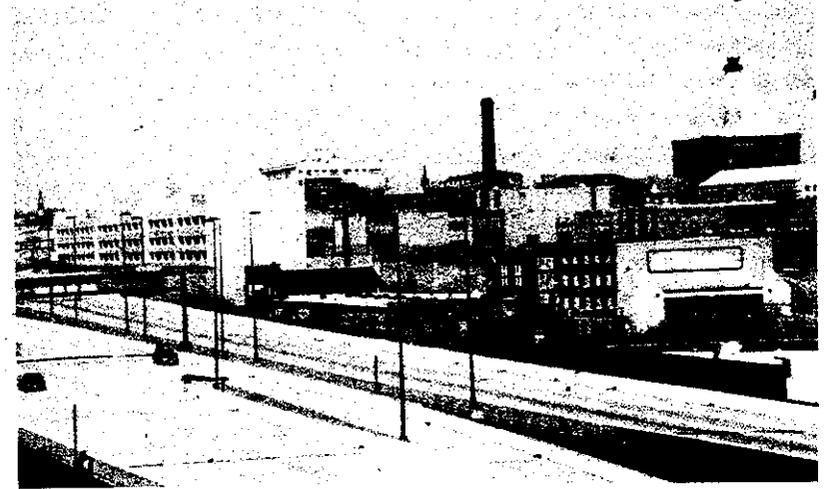


Ilustração 8.16. Investimentos públicos na cidade: instalações correcionais (comunidades fechadas) para os pobres. O único investimento de interesse direto para os pobres da cidade é a ampliação das instituições correcionais. O investimento público em prisões passou por um grande crescimento na economia dos Estados Unidos na década de 1990 (havendo atualmente mais de 1 milhão de presidiários). Ao mesmo tempo, todas as outras formas de serviços de bem-estar social sofreram profundos cortes (o que retirou 14 mil pessoas da relação de beneficiários só na cidade de Baltimore). O custo anual de manutenção de cada presidiário é 25 mil dólares.

mente protegidos, cercados por muros e portões e com todos os serviços), mas aos cidadãos como um todo é negada toda escolha coletiva de sistema político, de formas de relacionamento social ou de meios de produção, de consumo e de troca. Se parece impossível alterar essa confusão, é porque simplesmente de fato “não há alternativa”. Trata-se da racionalidade suprema do mercado *versus* a tola irracionalidade de tudo o que não seja o mercado. E todas as instituições que poderiam ter ajudado a moldar alguma alternativa foram suprimidas ou — com algumas notáveis exceções, como a Igreja — reduzidas à submissão. Nós, o povo, não temos o direito de escolher o tipo de cidade que vamos habitar.

Mas como chegamos a nos convencer de que “não há alternativa”? Por que, nas palavras de Roberto Unger (1987a, p. 37), “parecemos com frequência impotentes marionetes dos mundos institucionais e imaginativos que habitamos”? É simplesmente porque nos faltam a vontade, a co-

ragem e a perspicácia para propor alternativas e buscar ativamente pô-las em prática? Ou há aí algo mais em ação? Não há dúvida de que o motivo não pode ser falta de imaginação. A academia, por exemplo, está cheia de explorações do imaginário. Na física, a exploração de mundos possíveis é antes a norma do que a exceção. Nas humanidades, é evidente em toda parte o fascínio por aquilo que recebe o nome de “imaginário”. E o mundo dos meios de comunicação que hoje está à nossa disposição nunca antes se viu tão repleto de fantasias e possibilidades de comunicação coletiva sobre mundos alternativos. Não obstante, nada disso parece influenciar a terrível trajetória que a vida diária assume no mundo material que nos cerca. Parecemos estar, como diz Unger (1987a, p. 331), “divididos entre sonhos que parecem irrealizáveis e perspectivas que mal parecem importar”. Será de fato uma opção entre “Dreamworks” [a “fábrica de sonhos” de Spielberg] ou nada?

É certo que a ideologia e as práticas do neoliberalismo competitivo fazem seu trabalho discretamente eficaz e insidioso no âmbito das principais instituições — os meios de comunicação e as universidades — que moldam o contexto imaginativo no qual vivemos. Elas o fazem sem que praticamente ninguém se dê conta disso. O politicamente correto imposto pela força bruta do dinheiro (associado à lógica da competição no mercado) tem feito muito mais para censurar a opinião no interior dessas instituições do que a repressão direta do macarthismo. “A possibilidade não tem tido uma boa imagem”, observa Ernst Bloch (1988, p. 7), acrescentando que “há um interesse bem claro que tem evitado que o mundo seja transformado no possível”. É digno de nota que Bloch tenha associado essa condição com a derrota, a difamação e a condenação de todas as formas de pensamento utópico. Isso tem se traduzido, de acordo com ele, na perda da esperança — e sem esperança torna-se impossível uma política alternativa. Será então possível que uma revitalização da tradição utópica venha a nos trazer formas de refletir sobre a possibilidade de reais alternativas? Bloch julgava claramente que sim.

Perto do centro de Baltimore, na Walters Art Gallery, pende da parede um quadro chamado *View of an Ideal City* [conhecido como *A cidade ideal*] (Ilustração 8.17). Ele retrata a idéia de uma forma perfeita de cidade há muito sonhada atribuída, talvez apropriadamente nas circunstâncias, a um artista italiano desconhecido do final do século XV. Gosto de

pensar que o quadro foi pintado quando Colombo se preparava para iniciar sua fatídica viagem. Embora sua forma e seu estilo estejam vinculados a uma época remota, quando as esperanças, os temores e as possibilidades eram outras, seu espírito ainda brilha majestoso no coração de Baltimore como um comentário reprovador não apenas sobre a desolação urbana no exterior da galeria, mas também sobre a carência de ideais visionários com que combater essa desolação.

2. A figura da cidade

As figuras da “cidade” e de “Utopia” há muito se acham entrelaçadas (ver, por exemplo, FISHMAN, 1982; HALL, 1988). Em suas primeiras encarnações, as utopias de modo geral recebiam uma forma distintivamente urbana, e boa parte daquilo que passa por planejamento urbano ou de cidades tem sido infectada (alguns prefeririam “inspirada”) por modalidades utópicas de pensamento. Essa ligação precede em muito a primeira aventura de Sir Thomas More com o gênero utópico em 1516. Platão vinculou formas ideais de governo com sua república fechada de maneira a entrelaçar os conceitos de cidade e de cidadão, e a cidade-estado de Faécia, descrita na *Odisséia* de Homero, exibe muitas das características a que More mais tarde aludiu. A tradição judeu-cristã definiu o Paraíso como um lugar peculiar para o qual vão todas as boas almas depois de suas provações e tribulações no mundo temporal. Derivou-se disso todo tipo de metáforas: a cidade celestial, a cidade de Deus, a cidade eterna, a cidade flamejante na colina (metáfora adorada pelo presidente Reagan). Se o céu é um “lugar feliz”, o “outro” lugar, o inferno, o lugar do “outro malévolo”, não pode estar muito longe. A figura da cidade como fulcro da desordem social, do colapso moral e do mal irredimido — da Babilônia e de Sodoma e Gomorra a Gotham City — também tem seu lugar no conjunto de sentidos metafóricos que a palavra “cidade” presentifica em nosso universo cultural. Distopias ocorridas na forma urbana como as de *Admirável mundo novo*, de Huxley, ou *1984*, de Orwell. A palavra “polícia” vem do termo grego *polis*, que significa “cidade”. Se Karl Popper tinha razão ao descrever Platão como um dos primeiros grandes inimigos da “sociedade aberta”, as utopias que Platão inspirou podem ser consideradas com a mesma facilidade tanto infernos opressivos e totalitários como céus emancipatórios e felizes.

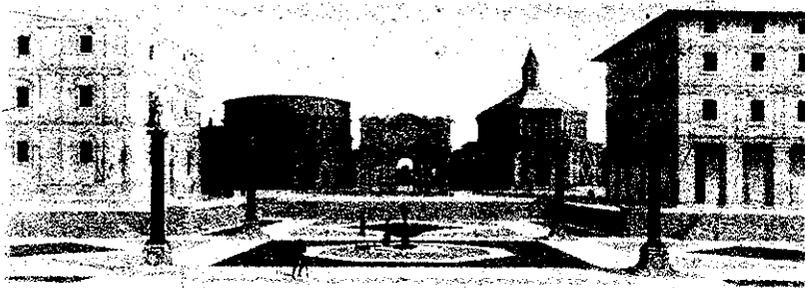


Ilustração 8.17. Paisagem da cidade ideal: da Walters Art Gallery, Baltimore. Este quadro anônimo [atribuído a Luciano Laurana] da escola de pintura da parte central da Itália, criada por volta do final do século XV, apresenta uma concepção de cidade ideal no contexto da época. O quadro atualmente decora a Walters Art Gallery, na Mount Vernon Place, perto do centro de Baltimore, a cidade em que os ideais foram aniquilados e em que parece não haver alternativa.

É difícil distinguir aqui as prosaicas práticas e os discursos cotidianos que afetam a vida urbana dos grandiosos sentidos metafóricos que se mesclam tão facilmente com emoções e crenças acerca da vida boa e da forma urbana. Vale notar com que frequência é na escala geográfica da vida em pequena escala da cidade que se situam os ideais das organizações sociais utópicas. Platão estabeleceu como população máxima 5 mil pessoas, e a Atenas “democrática” provavelmente não contava, em seu auge, com mais de 6 mil “cidadãos” participantes (não se incluindo entre eles, com efeito, mulheres ou os muitos escravos). Não posso fazer aqui a distinção de todos esses sentidos metafóricos e simbólicos. É não obstante necessário reconhecermos sua força emotiva. Uns poucos vínculos ilustrativos podem ajudar a consolidar a idéia de que a política urbana se acha eivada de emoções e paixões políticas profundamente sustentadas mas com frequência subterrâneas nas quais têm um lugar particular sonhos utópicos.

“O ar da cidade liberta”, afirmou-se um dia. Essa idéia tomou forma à medida que os servos escapavam dos grilhões que os atavam a fim de reivindicar liberdades pessoais e políticas no âmbito das entidades legais autogeridas das cidades medievais. A associação entre a vida cidadina e as liberdades pessoais, incluindo a de explorar, inventar, criar e definir novos modos de vida, tem uma longa e intrincada história. Gerações de

migrantes têm buscado a cidade como um porto seguro contra as repressões rurais. No âmbito dessa formulação, se entrelaçam perfeitamente “cidade” e “cidadão”. Mas a cidade é também lugar de ansiedade e de anomia. É o lugar do estranho anônimo, da subclasse (ou, como preferiam nossos predecessores, das “classes perigosas”), espaço de uma incompreensível “alteridade” (imigrantes, gays, pessoas mentalmente perturbadas, pessoas diferentes em termos culturais, os que trazem uma dada marca racial), o terreno da poluição (tanto física como moral) e de terríveis corrupções, o lugar dos condenados que precisam ser encerrados e controlados, o que torna “cidade” e “cidadão” politicamente opostos na imaginação pública na medida mesma de sua ligação etimológica.

Essa polarização entre imagens positivas e negativas tem sua geografia. Tradicionalmente, essa polarização toma a forma de uma separação entre o espaço sagrado e o secular no interior da cidade. Mais tarde, as supostas virtudes do campo e da cidade pequena foram com frequência contrastadas com os males da cidade. Quando, por exemplo, o exército rural de reação foi organizado nas fronteiras de Paris, em 1871, com vistas a se envolver na selvagem carnificina que custou a vida de 30 mil membros da comunidade, seus participantes foram primeiro persuadidos de que sua missão era resgatar a cidade das forças satânicas. Quando o presidente Ford negou ajuda à cidade de Nova York, em 1975, por ocasião de sua crise fiscal (“Ford diz à Cidade: ‘Morra!’”, clamava a famosa manchete de jornal), foram ouvidos em toda parte seus partidários moradores da América das pequenas cidades virtuosas e tementes a Deus. Nos Estados Unidos contemporâneos, a imagem dos respeitáveis subúrbios tementes a Deus (predominantemente brancos e de classe média) funciona em contraposição ao centro da cidade, visto como um círculo do inferno em que estão apropriadamente confinados todos os malditos (caracterização a que não falta uma boa dose de codificação racial de subclasse). Imagens como essas cobram um terrível preço. Quando, por exemplo, foi apresentada a proposição de dispersar cerca de 200 famílias do centro de Baltimore pelos subúrbios, como parte de um “Movimento pelas Oportunidades”, os suburbanos se sublevaram, tomados pela ira, para que o programa fosse interrompido, e fizeram uso de uma linguagem que soava como se representantes do demônio estivessem prestes a ser libertados de sua prisão no centro da cidade e deixados à solta, como força corruptora, em seu meio. Claro que a religião nem sempre tem de se manifestar dessa

maneira. Ela também é a força motriz de muitas organizações (como a BUILD) que buscam defender os pobres, promover a melhoria das comunidades e estabilizar a vida familiar nos centros decadentes das cidades.

Nenhum desses imaginários é inocente. Nem se deveria esperar que o fossem, “A mesma casa que edificamos é a casa que nos edifica” é um ditado que remonta aos gregos. Essa idéia foi bem entendida por Robert Park (1967, p. 3), uma figura fundadora da sociologia urbana [da chamada Escola de Chicago], ao afirmar:

É no ambiente urbano — num mundo criado pelo próprio homem — que a humanidade vivenciou pela primeira vez a vida intelectual e adquiriu as características que mais a diferenciam dos animais inferiores e do homem primitivo. Porque a cidade e o ambiente urbano representam a tentativa mais coerente, e de modo geral mais bem-sucedida, de refazer o mundo em que vive de maneira mais compatível com o que deseja seu coração. Mas se é o mundo que o homem criou, a cidade é o mundo no qual ele está doravante condenado a viver. Por conseguinte, de forma indireta, e sem nenhum sentido claro do caráter de sua tarefa, ao fazer a cidade, o homem refez a si mesmo.

Embora possamos alimentar razoavelmente a aspiração de intervir nesse processo de refeitura de nós mesmos e quem sabe até adquirir um “sentido claro do caráter de [nossa] tarefa”, não podemos dar um salto para além da dialética e imaginar que não estamos imersos nos mundos institucionais e ambientes construídos que já foram obra nossa — e limitados por eles. Não obstante, também não podemos fugir à questão da imaginação, pois, como o observou Marx (ed. 1976, p. 283-284) — numa afirmação fundadora que adiante vamos examinar com bem mais profundidade —, o que distingue o trabalho humano e o pior dos arquitetos da melhor abelha é que os arquitetos primeiro erigem uma estrutura na imaginação para depois realizá-la em termos materiais. Quando, portanto, contemplamos futuros urbanos, temos sempre de combater uma ampla gama de sentidos emotivos e simbólicos que tanto informam como confundem nosso sentido do “caráter de [nossa] tarefa”. Ao produzirmos coletivamente nossas cidades, produzimos coletivamente a nós mesmos. Projetos referentes ao que desejamos que sejam nossas cidades são em consequência projetos referentes a possibilidades humanas, a quem queremos ou, o que talvez seja mais pertinente, a quem não queremos vir a ser. Cada um de nós, sem exceção, tem algo a pensar, a dizer e a fazer no

tocante a isso. A maneira como nossa imaginação individual e coletiva funciona é portanto crucial para definir o trabalho da urbanização. A reflexão crítica sobre nosso imaginário envolve todavia tanto enfrentar o utopismo oculto como ressuscitá-lo a fim de agir como arquitetos de nosso próprio destino em vez de como “impotentes marionetes” dos mundos institucionais e imaginativos que habitamos. Se, como diz Unger (1987b, p. 8), aceitamos que a “sociedade é construída e imaginada”, podemos também crer que ela pode ser “reconstruída e reimaginada”.

3. O utopismo como livre organização espacial

Todo projeto de revitalização do utopismo precisa considerar de que modo e com que conseqüências ele agiu como força tanto construtiva como destrutiva de mudança em nossa geografia histórica.

Pensemos na *Utopia* de Sir Thomas More. O objetivo de More, e isso é característico, era a harmonia e a estabilidade sociais (em contraste com o caótico estado de coisas da Inglaterra da época). Com esse fim, ele excluiu as forças potencialmente disruptivas do dinheiro, da propriedade privada, do trabalho assalariado, da exploração (a jornada de trabalho é de seis horas), a troca interna (mas não externa) de mercadorias, a acumulação do capital e o processo do mercado (ainda que não o mercado). A feliz perfeição da ordem social e moral depende dessas exclusões. Tudo isso é assegurado, como o assinalam Lukerman e Porter (1976), por meio de uma forma espacial rigorosamente organizada (Ilustração 8.18). Utopia é uma ilha artificialmente criada que funciona como uma economia isolada, coerentemente organizada e em larga medida de espaço fechado (embora sejam postuladas relações estritamente monitoradas com o mundo exterior). A organização espacial interna da ilha regula de maneira estrita um processo estabilizado e imutável. Para dizer de modo direto, a forma espacial controla a temporalidade, uma geografia imaginada controla a possibilidade da mudança social e da história.

Nem todas as formas de temporalidade são apagadas. O tempo do “eterno retorno”, do ritual recorrente, é preservado. Esse tempo cíclico, como o observa Gould (1988), exprime “a imanência, um conjunto de princípios tão geral que estes existem fora do tempo e registram um caráter universal, um vínculo comum, entre todas as ricas particularidades da



Ilustração 8.18. Utopia, de Thomas More: um exercício de livre organização espacial. O “Fronstispício” criado por Holbein para Utopia, de More, captura parte da estrutura espacial e de seu consequente controle espacial sobre a ordem, moral e política.

natureza”, incluindo-se aí, no caso específico, os habitantes de Utopia. O que é reprimido é a dialética do processo social. A seta do tempo, “o grande princípio da história”, é excluída em favor da perpetuação de uma feliz condição estacionária. Não há necessidade de conceber um futuro porque a condição desejada já foi conseguida. Na *Nova Atlântida*, de Bacon, texto utópico escrito pouco depois do de More, o rei decide que a sociedade atingiu um tal estado de perfeição que não são mais necessárias mudanças sociais ulteriores. No caso de Bacon, a mudança tecnológica e os novos conhecimentos são não só considerados possíveis como também ativamente buscados. Porém, sua implantação é rigorosamente controlada pelos sábios da Casa de Salomão (instituição interpretada como precursora da Royal Society [a academia inglesa de ciências]). O efeito disso é progredir na direção da perfeição tecnológica e acadêmica de uma ordem social já perfeita. More, em contraste, evoca a nostalgia de um passado mitológico, uma Idade do Ouro perfeita da vida nas cidades pequenas, uma ordem moral em estado estacionário e uma forma hierárquica de relacionamento social marcada pela ausência de conflito e pela harmonia. Esse viés nostálgico é característica de boa parte do pensa-

mento utópico, mesmo quando há a projeção para o futuro e a incorporação de tecnologias futuristas. Como veremos, isso traz importantes consequências pela maneira como esses esquemas são, quando são, traduzidos em fatos materiais.

Há muitas maneiras de entender o texto de More e os numerosos esquemas utópicos produzidos depois dele (como os de Bacon e de Campanella). Isolo aqui apenas um aspecto: a relação entre o espaço e o tempo, entre geografia e história, neles proposta. Todas essas formas de utopia podem ser caracterizadas como “utopias da forma espacial”, pois a temporalidade dos processos sociais, a dialética da mudança social — a história real — são suprimidas, ao passo que a estabilidade social é garantida por uma forma espacial fixa. Louis Marin (1984) considera a Utopia de More uma espécie de “livre organização espacial”. More seleciona com efeito uma entre muitas possibilidades de organização espacial como recurso de representar e fixar uma ordem moral particular. Essa não é um idéia peculiar. Robert Park (1967), por exemplo, escreveu em 1925 um cativante ensaio sobre a cidade como “um padrão espacial e uma ordem moral”, tendo insistido na ligação intrínseca entre os dois. Mas aquilo que Marin põe à nossa disposição é a idéia de que o livre fluxo da imaginação, o “utópico como livre organização espacial”, se tornou, com a iniciativa de More, um fértil recurso de exploração e expressão de uma ampla gama de idéias concorrentes sobre relações sociais, organizações morais, sistemas político-econômicos e coisas desse gênero.

A infinita gama de organizações espaciais possíveis traz a perspectiva de um conjunto sem fim de mundos sociais possíveis. O que há de notável nos planos utópicos subsequentes, quando considerados em conjunto, é sua variedade. As utopias feministas do século XIX (HAYDEN, 1981) parecem diferentes das concebidas com vistas a facilitar a promoção de uma vida mais fácil e mais saudável para a classe trabalhadora; e todo tipo de alternativas anarquistas, ecologicamente sensíveis, religiosas e outras definem e asseguram seus objetivos morais por meio do recurso a alguma ordem espacial (Ilustrações 8.19, 8.20 e 8.21). O espectro de propostas — e de espacialidades — comprova a capacidade da imaginação humana no sentido de explorar alternativas socioespaciais (ver, por exemplo, BLOCH, 1988; KUMAR, 1987, 1991; LEVITAS, 1990; SANDERCOCK, 1998). A noção de “livre organização espacial”, de Marin,

captura magistralmente o livre fluxo da imaginação nos esquemas utópicos. A reversão a esse modo utópico de ver as coisas parece oferecer uma saída ao dilema de Unger.

Na realidade, as coisas não são tão simples: o livre fluxo da imaginação está inextricavelmente ligado à existência da autoridade e de formas restritivas de governança. Aquilo que Foucault considera “um efeito panóptico” proveniente da criação de sistemas espaciais de vigilância e controle (*polis* = polícia) também é incorporado aos esquemas utópicos. Essa dialética entre o livre fluxo da imaginação e a autoridade e o controle traz sérios problemas. A rejeição, em época recente, do utopismo baseia-se em parte na aguda consciência de sua ligação intrínseca com o autoritarismo e o totalitarismo (a *Utopia* de More pode facilmente ser lida dessa maneira). Mas a rejeição do utopismo a partir disso também tem o efeito infeliz de interromper o livre fluxo da imaginação na busca de alternativas. Por conseguinte, enfrentar essa relação entre o livre fluxo da imaginação e o autoritarismo é a tarefa que tem de estar no cerne de toda política regeneradora que tente ressuscitar ideais utópicos. Na tentativa de consecução desse objetivo, é útil examinar a história das formas de materialização das utopias por meio de práticas político-econômicas: é aí que a dialética entre o livre fluxo da imaginação e o autoritarismo vem à existência como um dilema fundamental dos assuntos humanos.

4. Materializações de utopias da forma espacial

Todos os grandes planejadores urbanos, engenheiros e arquitetos do século XX dedicaram-se a suas tarefas combinando um intenso imaginário de algum mundo alternativo (tanto físico como social) com uma preocupação prática com a engenharia e a reengenharia de espaços urbanos e regionais de acordo por projetos radicalmente novos. Enquanto alguns, como Ebenezer Howard (Ilustração 8.22), Le Corbusier (Ilustração 8.23) e Frank Lloyd Wright (Ilustração 8.24) instauraram o contexto imaginativo, uma multiplicidade de praticantes dedicou-se a realizar esses sonhos em tijolos e cimento, vias expressas e torres, cidades e subúrbios, erigindo versões da *Villes Radieuse* ou da *Broadacre City* (Ilustração 8.24), construindo cidades inteiras a partir do nada, comunidades em escala íntima, aldeias urbanas ou coisas do gênero. Mesmo quando os atacavam, os críticos do

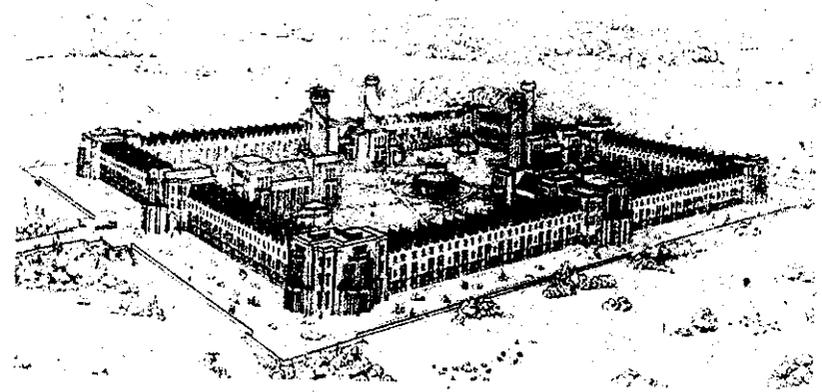


Ilustração 8.19. Projeto para New Harmony [Nova Harmonia], de Robert Owen. Robert Owen, um dos mais prolíficos e fecundos autores e ativistas utópicos britânicos da primeira metade do século XIX, chegou de fato a pôr em prática alguns de seus esquemas. Stedman Whitewell propôs o projeto acima para o assentamento de Nova Harmonia, de Owen, nos Estados Unidos.



Ilustração 8.20. A cidade ideal de Fourier. Fourier inspirou-se na planta de Versailles quando formulou seu projeto de uma sociedade industrial comunista coletivamente organizada, sociedade dominada pela produção comunal e por uma organização comunal da vida.

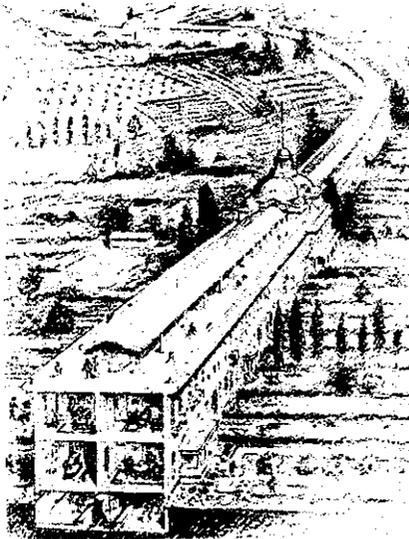


Ilustração 8.21. Edward Chambliss: Roadtown. Os novos sistemas de transporte levaram muitos projetistas a romper com o motivo circular tradicional em favor de organizações lineares orientadas para a promoção de grandes ligações comunicativas. Neste projeto, dois níveis de residências coletivamente cuidadas, que ocupam todo o espaço disponível, têm na parte inferior uma linha férrea de trilho único e trem "inaudível" e são encimadas por um amplo "calçadão" aberto. Esse projeto, criado por Edward Chambliss em 1910, despertou considerável interesse nas revistas femininas da época.

autoritarismo e da impossibilidade desses sonhos utópicos realizados o faziam contrastando com eles sua versão favorita de livre organização espacial com as organizações espaciais que os outros haviam alcançado.

Quando, por exemplo, Jane Jacobs (1961) lançou sua famosa crítica aos processos modernistas de planejamento de cidades e de renovação urbana (amaldiçoando, como o fez, Le Corbusier, a Carta de Atenas, Robert Moses e a grande influência maligna da estupidez¹ de que eles e seus acólitos revestiram as cidades no pós-guerra), ela na realidade apresentou sua versão preferida de livre organização espacial por meio do recurso a uma concepção nostálgica de um ambiente íntimo e etnicamente diversificado em que predominavam formas artesanais de atividade empreendedora e de emprego, bem como formas interativas de relacionamento social direto. Jacobs foi à sua própria maneira tão utópica quanto o utopismo que atacou. Ela se propôs a organizar livremente o espaço de uma outra maneira, mais íntima (de escala menos ampla), a fim de alcançar um propósito moral distinto. Sua versão de livre organização espacial trazia

1. Mantivemos para essa expressão, por julgá-la mais adequada, a tradução usada por nós em *Condição pós-moderna*, do próprio David Harvey, publicado pela Loyola em 1992, muito antes de o livro de Jane Jacobs ser traduzido e publicado no Brasil. (N.T.)

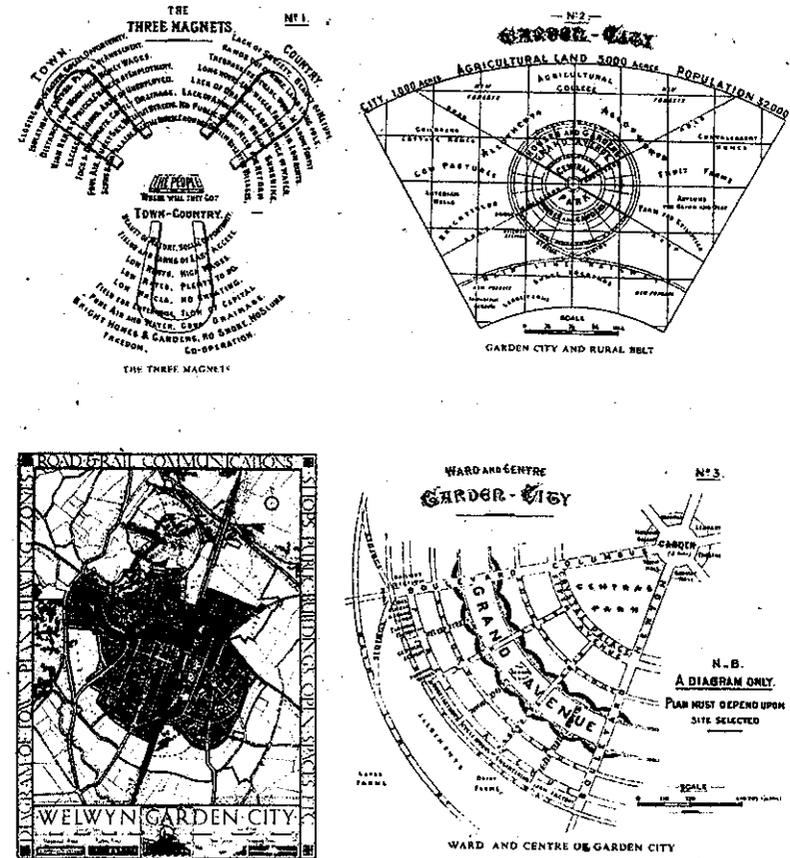


Ilustração 8.22. Ebenezer Howard: de ideais espaciais a novas cidades. Ebenezer Howard, inspirado pela leitura de *Looking Backward* [Olhando para trás], romance utópico de Edward Bellamy, empreendeu a tarefa de elaborar todo um novo contexto para a vida urbana em seus famosos textos de 1898 e 1902. O "movimento das novas cidades" por ele desencadeado foi ao que se diz uma das mais influentes tendências de planejamento urbano ao longo do século XX.



Ilustração 8.23. O sonho de cidade ideal de Le Corbusier: teoria e prática. O "Sonho para Paris" de Le Corbusier, concebido nos anos 1920, tornou-se a base da teoria urbana depois incorporada à tão influente Carta de Atenas. Esse sonho parece amplamente realizado no projeto final de Stuyvesant Town, Nova York.



Ilustração 8.24. O projeto de Broadacre City, de Frank Lloyd Wright. Preocupado com os efeitos do colapso social dos anos 1930, e influenciado pela abundância de terras do Oeste dos Estados Unidos, particularmente da região do Meio-Oeste, Frank Lloyd Wright propôs uma organização alternativa do espaço que permitia graus bem maiores de independência pessoal e ao mesmo tempo mantinha canais de comunicação. A paisagem que ele propôs tem um certo grau de semelhança corrompida com o crescimento suburbano desordenado (ver Ilustração 8.4), que incorpora todos os aspectos negativos do projeto de Wright sem dar sustentação a nenhum dos positivos.

em si seu próprio autoritarismo, oculto na noção orgânica de ambiente habitacional e de comunidade como base da vida social. O aparato de vigilância e de controle que ao ver dela é tão benevolente, pois proporciona uma segurança tão necessária, causou em outras pessoas, como Sennet (1970), a sensação de algo opressivo e degradante. E, ainda que ela tenha acentuado sobremaneira a diversidade étnica, só mesmo um certo tipo de diversidade controlada poderia de fato funcionar da forma feliz que ela concebera. A busca da realização dos objetivos de Jacobs poderia facilmente justificar todas aquelas comunidades fechadas e todos aqueles movimentos comunitários excludentes que hoje fragmentam cidades em todo o território dos Estados Unidos.

Isso nos leva ao que talvez seja a mais curiosa categoria de Marin: a das "utopias degeneradas". O exemplo que Marin usou foi a Disneylândia, um espaço supostamente feliz, harmonioso e sem conflitos, apartado do mundo "real" "lá fora" com o objetivo de aliviar e tranquilizar, de divertir, de inventar a história e de cultivar sentimentos nostálgicos por algum

passado mítico, antes de perpetuar o fetichismo da cultura da mercadoria do que de criticá-lo. A Disneylândia elimina os transtornos das viagens reais ao reunir o resto do mundo, adequadamente higienizado e mitologizado, num espaço de pura fantasia composto de múltiplas ordens espaciais! A dialética é reprimida, e a estabilidade e a harmonia são asseguradas, mediante uma intensa atividade de vigilância e de controle. A organização espacial interna e formas hierárquicas de autoridade a ela associadas impedem o conflito ou o desvio de uma dada norma social. E em suas encarnações ulteriores, como o Epcot Center, ela oferece uma utopia futurista de pureza tecnológica e do poder humano invencível de controlar o mundo (Disney, por assim dizer, inspirou-se tanto em More como em Bacon). Tudo isso é degenerado, ao ver de Marin, porque não oferece uma crítica ao estado de coisas vigente no mundo lá fora. Trata-se de mera perpetuação do fetichismo da cultura da mercadoria e da prestigitação tecnológica em forma pura, higienizada e a-histórica. Contudo, e é nesse ponto que a idéia de Marin fica problemática, a Disneylândia é um ambiente construído real, em vez de um lugar imaginado do tipo que More e Bacon produziram. Isso levanta de imediato a questão: será possível que algum utopismo da forma espacial possa ser algo mais do que “degenerado” no sentido que Marin tem em mente? Talvez Utopia nunca possa realizar-se sem destruir a si mesma. Se assim é, isso afeta profundamente o modo como todo utopismo da forma espacial pode funcionar como força social prática no âmbito da vida político-social.

Generalizando-se a partir de Marin, pode-se alegar que estamos cercados por hostes de utopias degeneradas de que a Disneylândia é somente o espécime mais espetacular. Quando a “megashoppinização [malling] da América” se tornou a moda, pioneiros como James Rouse (Ilustrações 8.8 e 8.12), que por acaso construiu o protótipo do “megashopping” num subúrbio de Baltimore e depois voltou para construir os teatros de arena que são a âncora da renovação de Inner Harbor, reconheceram explicitamente que Disney tinha inventado uma fórmula para a bem-sucedida venda direta ao consumidor. O segredo do sucesso comercial do *shopping* estava na construção de ambientes protegidos, seguros, bem organizados, de fácil acesso e, sobretudo, agradáveis, relaxantes e isentos de conflito. O *mall* foi concebido como um mundo de fantasia em que a mercadoria reina suprema. E, se os velhos sem-teto começaram a considerá-lo um

lugar quente em que se abrigar, os jovens viram nele um excelente local de convívio e os agitadores começaram a distribuir nele seus panfletos, o aparato de vigilância e controle (com câmeras ocultas e funcionários da segurança) assegurava que nada de impróprio aconteceria (Ilustração 8.9).

Como observou Benjamin (1969) acerca das arcadas parisienses do século XIX, todo o ambiente parecia projetado para induzir antes o nirvana do que a consciência crítica. E muitas outras instituições culturais — museus e organizações de proteção do patrimônio histórico, arenas para espetáculos, exposições e festivais — parecem ter como objetivo o cultivo da nostalgia, a produção de memórias coletivas higienizadas, a promoção de sensibilidades estéticas acríticas e a absorção de possibilidades futuras numa arena não-conflituosa eternamente presente. Os contínuos espetáculos da cultura da mercadoria, incluindo a transformação do próprio espetáculo em mercadoria, desempenham seu papel do fomento da indiferença política. Um nirvana estupidificado ou uma atitude totalmente *blasé* (a fonte de toda indiferença) — eis o objetivo pretendido (SIMMEL [1971] há muito assinalou que a atitude *blasé* é uma das reações ao excesso de estímulos no ambiente urbano). As múltiplas utopias degeneradas que hoje nos circundam — e os *shopping malls* e as utopias “burguesas” comercializadas dos subúrbios são paradigmáticos — assinalam o fim da história tanto quanto o Muro de Berlim o fez. Eles antes exemplificam do que criticam a idéia de que “não há alternativa”, a não ser as advindas da conjunção entre as fantasias tecnológicas, a cultura da mercadoria e a acumulação interminável do capital (Ilustração 8.8).

James Rouse, a propósito, numa dessas ironias locais que fazem a discreta fama de Baltimore, voltou ao centro da cidade, depois de aposentado, e se tornou, por meio de sua Enterprise Foundation, um participante ativo de um programa de revitalização de “bairros” numa comunidade de nome Sandtown Winchester. Ali, suas atividades foram registradas (Ilustração 8.12) na época em que ele buscava paternalisticamente ajudar a reconstruir uma comunidade solapada em parte pelos próprios processos de suburbanização e comercialização que ele, em sua encarnação como homem de negócios, tanto fizera para promover.

Mas como ocorre de a força crítica e de oposição trazida por esquemas utópicos degenerar com tanta facilidade no curso de sua materialização em obediência à ordem vigente? Creio haver para essa pergunta duas

respostas básicas. Permitam-me revelá-las por meio de um exame mais detido daquilo que hoje é tido como um dos principais candidatos a agente de transformação de nossos futuros urbanos, o movimento denominado “novo urbanismo”.

Duany (1997), um de seus principais luminares, “tem a forte impressão de que o urbanismo, se não a arquitetura, pode afetar a sociedade”. A correta livre organização espacial, à maneira proposta pelo novo urbanismo, vai, de acordo com ele, ajudar a corrigir as coisas. Suas propostas evidenciam a saudade da vida nas pequenas cidades norte-americanas, seu sólido sentido de comunidade, suas instituições, seus usos diversificados da terra, sua alta coesão e seus ideólogos (como Raymond Unwin). Se se trouxer tudo isso de volta ao planejamento urbano, a qualidade material e da vida social urbana sofrerá uma incomensurável melhoria. Esse argumento é sustentado pelo recurso a uma longa série de comentários críticos (KUNSTLER, 1993, 1996) acerca da “de-localização” [*placelessness*] e da “falta de autenticidade” das cidades norte-americanas (subúrbios sem alma em crescimento desordenado, irracionais cidades-dormitório e núcleos urbanos entrando em colapso e em fragmentação são os componentes dessa dispéptica concepção). O novo urbanismo combate de fato essas monstruosas deformidades (KATZ, 1994). Como recuperar a história, a tradição, a memória coletiva, e o concomitante sentido de pertinência e de identidade que as acompanha — eis os componentes do Santo Graal desse novo urbanismo. Não falta a esse movimento, por conseguinte, um aspecto utópico crítico.

O novo urbanismo oferece algo tanto positivo como nostálgico. Ele combate de fato os saberes convencionais aquartelados numa variedade de instituições (empresários do desenvolvimento, banqueiros, governos, interesses do setor de transportes etc.). Seguindo a tradição de Munford, o novo urbanismo deseja pensar as regiões como um todo e buscar a realização de um ideal bem mais holístico e orgânico com respeito ao caráter que podem ter cidades e regiões. Ele rejeita a inclinação pós-moderna para a fragmentação. Tenta instaurar formas de desenvolvimento íntimas e integradas que vão além da concepção tão estupefaciente da cidade horizontalmente zoneada e fundada na repetição em larga escala de padrões imutáveis. Isso libera um interesse pela rua e pela arquitetura cívica como arenas de sociabilidade. Também ensina novos modos de pensar a relação entre o trabalho e o viver, facilitando uma dimensão ecológica

dos projetos urbanos que ultrapassa a qualidade ambiental superior como bem de consumo. O novo urbanismo dá atenção ao espinhoso problema do que fazer com a incontrolável necessidade de combustíveis da forma de urbanização e suburbanização fundada no automóvel que tem predominado nos Estados Unidos desde a Segunda Guerra. Alguns o vêem como uma verdadeira força revolucionária de mudança urbana nos Estados Unidos de hoje.

Há não obstante dificuldades na materialização dessa visão utópica. O movimento presume que os Estados Unidos estão “repletos de pessoas que anseiam por viver em comunidades reais, mas que só têm uma idéia sobremodo difusa sobre o que isso significa em termos de projeto físico” (KUNSTLER, 1996). A comunidade vai nos resgatar do mundo entorpecente da dissolução social, do materialismo aquisitivo e da ganância egoísta individualizada orientada para o mercado. Mas a que tipo de “comunidade” se faz referência? Retornar sofregamente a um passado mitológico das pequenas cidades norte-americanas traz seu próprio ônus perigoso. O novo urbanismo se vincula a um esforço leviano contemporâneo de transformar cidades grandes e hiperpopuladas, aparentemente bastante fora de controle, numa rede interligada de “aldeias urbanas”, nas quais, acredita-se, cada cidadão poderá relacionar-se, democrática e cordialmente, com todos os outros. Na Inglaterra, o príncipe Charles liderou essa emocional adoção da “aldeia urbana” como o *locus* da regeneração da cidade. Leon Krier, filho dileto frequentemente citado do novo urbanismo, é um de seus principais precursores no campo da arquitetura. E essa idéia é atraente, obtendo apoio de populações étnicas marginalizadas, de comunidades da classe trabalhadora empobrecidas e em pé de guerra que se vêem abandonadas e despojadas pela desindustrialização, bem como de saudosos membros das classes médias e altas que a vêem como uma forma civilizada de desenvolvimento imobiliário que incorpora calçadas com cafés, locais de circulação de pedestres e lojas Laura Ashley.

O lado mais sombrio desse comunitarismo permanece omitido. O espírito de comunidade vem sendo há muito tempo considerado um antídoto para ameaças de desordem social, de luta de classes e de violência revolucionária (More foi um pioneiro desse pensamento). Comunidades bem fundadas o mais das vezes excluem os forasteiros, se autodefinem em contraposição a eles, erigem todo tipo de sinais de “afastem-se” (quando não tangíveis muros), internalizando a vigilância, os controles sociais

e a repressão. A comunidade tem sido antes uma barreira à mudança social do que um facilitador. A ideologia fundadora do novo urbanismo é tanto utópica quanto profundamente instável. Em sua materialização prática, o novo urbanismo constrói uma imagem de comunidade e um retórica de consciência e orgulho cívicos para quem não precisa, ao mesmo tempo que abandona quem precisa a sua própria sorte de “subclasse”. A maioria dos projetos materializados consiste na criação de “jardins” para os abastados (incluindo, é claro, o próprio empreendimento de construção de Poundbury, em Dorset, Ilustração 8.25). Esses projetos ajudam a tornar os subúrbios ou as ex-urbes em melhores lugares para viver (LANGDON, 1994). Mas pouco ou nada fazem para ajudar a recuperar os “centrões” decadentes das cidades. Scully (1994), um aliado cético do movimento, duvida de que o novo urbanismo possa algum dia atingir o cerne do empobrecimento e da decadência urbanas. Comentando Seaside [Flórida, EUA], o grande ícone do novo urbanismo, ele observa que o projeto “alcançou um sucesso que ultrapassa toda outra obra arquitetônica de nossa época [...], ao criar uma imagem de comunidade, um símbolo do lugar da cultura humana na vastidão da natureza” (o mesmo se diz agora, a propósito, da Poundbury do príncipe Charles). Não obstante, continua Scully,

só se pode esperar que as lições de Seaside e das outras novas cidades que ora tomam forma possam ser aplicadas ao problema da moradia dos pobres. É nesse âmbito que a comunidade é mais necessária e é nele que tem ocorrido a mais desastrosa destruição. É inegável que seria necessário decompor a parte central das cidades em seus “bairros” intrínsecos para que isso pudesse ocorrer dentro delá. Infelizmente, tudo isso teria sido bem mais fácil antes do Redesenvolvimento, quando ainda estava de pé a estrutura básica dos “bairros” [...] Logo, uma dúvida concreta se refere a saber se o “centro das cidades” tal como o conhecemos poderá algum dia ser moldado como o tipo de lugar em que a maioria dos norte-americanos deseja viver (p. 229).

O pressuposto aqui é o de que os “bairros” trazem em si alguma coisa “intrínseca”, que a forma própria das cidades é alguma “estrutura básica dos ‘bairros’”, que “bairro” equivale a “comunidade”, e que “comunidade” é o lugar que a maioria dos norte-americanos deseja e de que precisa (quer o saibam ou não). Supõe-se ainda que a ação na escala definida pelo novo urbanismo é eficaz e suficiente para resolver proble-



Ilustração 8.25. Nostalgia utópica: Poundbury, Dorset. O príncipe Charles liderou um movimento que clama pela construção de “aldeias urbanas” como solução para o problema das grandes metrópoles. Ele pôs em prática esses ideais em suas propriedades pessoais próximas de Dorchester, tendo construído um “bairro” de alta densidade que evoca a nostalgia dos estilos ingleses e da intimidade das pequenas cidades que supõe terem sido as características de uma era perdida no tempo.

mas existentes em todas as outras escalas. Volta a aflorar a inclinação nostálgica e espacialmente limitada do sonho utópico.

Tudo isso ocorre porque o “novo urbanismo” tem de enquadrar seus projetos, caso pretenda tomar forma concreta, num conjunto restritivo de processos sociais. O projetista Duany (1997), por exemplo, declara não ter interesse em criar projetos que não venham a ser implantados. Sua preocupação com as populações de baixa renda é limitada pelo preço mínimo das novas unidades habitacionais em locais como Kentlands (Ilustração 8.26), não muito distante de Baltimore, que alcança 150 mil dólares (quase dez vezes a renda [anual] média de Baltimore). Seu interesse pelos subúrbios surgiu simplesmente porque neles é que se pode materializar a maioria dos novos projetos. O desenvolvimento suburbanó, alega ele, é “o modo norte-americano”, profundamente arraigado “em nossa cultura e em nossa tradição”, e ainda que rejeite enfaticamente a acusa-

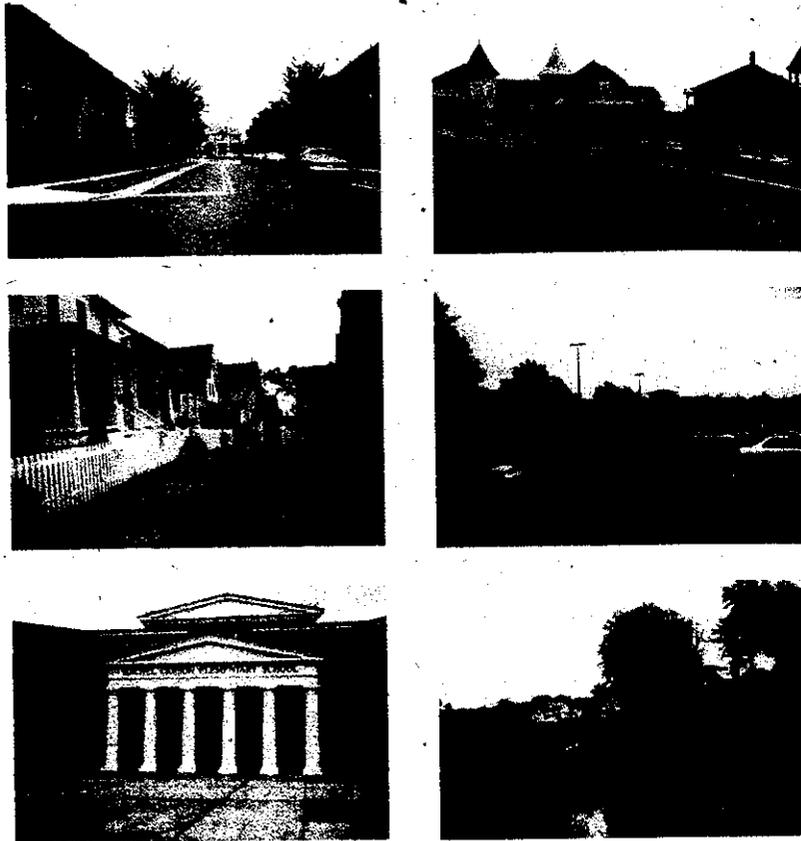


Ilustração 8.26. Nostalgia utópica: o novo urbanismo comercializado de Kentlands, Maryland. Kentlands, projetada por Andrés Duany e Elizabeth Plater-Zyberk, é considerada uma abordagem revolucionária do novo urbanismo. Assentada no interior de um "tecnobúrbio" [tecnoburb] (que abriga a National Bureau of Standards, a IBM e várias outras empresas de alta tecnologia), o lugar oferece "um planejamento urbano à moda antiga", com altas densidades, calçadas e o "encanto das cidades pequenas". Próxima de Washington e não muito distante de Baltimore, Kentlands é considerada o exemplo estelar do "novo urbanismo" em ação, oferecendo acomodações para mais de 5 mil pessoas num terreno totalmente planejado de 144 mil hectares.

O preço das casas grandes começa em 400 mil dólares; o das residências médias em 250 mil; e as unidades destinadas a populações de baixa renda, em condomínios residenciais, não ficam abaixo de 150 mil dólares. O projeto de alta densidade de ocupação oferece principalmente um ecletismo de estilos arquitetônicos e de cercas de estacas brancas que fazem eco ao estranho mundo de *Veludo azul*, de David Lynch. Os

ção de ser "cúmplice" de estruturas de poder, e de que é "alcoviteiro" do gosto popular, ele também insiste em que tudo o que faz está voltado para a criação de projetos espetaculares que superem todos os outros em termos comerciais. Isso significa "aprovação mais rápida, custo menor e vendas mais rápidas". A versão do novo urbanismo seguida por Duany opera estritamente no âmbito desses parâmetros.

A quem cabe a culpa nesse caso? Ao projetista, Duany, ou às condições do processo social que define os parâmetros de seus projetos? Na prática, a maioria das utopias da forma espacial têm sido realizadas por meio da ação do Estado ou da acumulação do capital, sendo o normal a ação conjunta dos dois (isso se aplica tanto a Cingapura e à Coreia como à Grã-Bretanha, à Suécia, à França e à Austrália). A opção a isso é colocar-se "fora" da corrente principal dos processos sociais (como parecia possível ao menos no século XIX, quando os Estados Unidos eram o alvo favorito de idealistas utópicos como Cabet, Robert Owen e múltiplos movimentos religiosos). Mas quem seguiu esse caminho dissidente foi de modo geral vítima de uma espécie de dissolução de seus princípios, tendo sido absorvido pela corrente principal da acumulação do capital e do Estado desenvolvimentista (algo semelhante aconteceu com o *kibutz* de Israel).

O fracasso das utopias da forma espacial que se materializam pode ser razoavelmente atribuído tanto aos processos mobilizados para sua realização como a deficiências da forma espacial *per se*. É esse elemento que, como argumenta com tanta coerência Tafuri (1976), torna um utopismo arquitetônico nas atuais condições uma tão grande impossibilidade. Há

carros (em sua maioria veículos utilitários esportivos "bebedores de combustível") ficam abrigados em condições melhores do que dois terços da população mundial, e faz-se um gesto de benevolência ecológica por meio da manutenção de um lago, da preservação de uns poucos trechos de mata nativa e da atribuição do nome Rachel Carson à escola elementar local². O lugar é atendido por um shopping suburbano padrão cujos funcionários com toda a certeza não têm recursos para viver na comunidade a que servem. Embora inovadora no tocante ao padrão de crescimento suburbano descontrolado, Kentlands vende a nostalgia da cidade pequena, num ambiente suburbano, a uma clientela sobremodo abastada.

2. Rachel Carson, americana da Pensilvânia, começou a escrever sobre preservação ambiental já em 1937, sendo considerada a fundadora do movimento ambiental contemporâneo. (N.T.)

contudo agindo aqui uma contradição mais fundamental. As utopias da forma espacial pretendem tipicamente estabilizar e controlar os processos que têm de ser mobilizados para virem a se concretizar. Logo, no próprio ato de realização dessas utopias, o processo social toma as rédeas da forma espacial com que se pretende controlá-lo. Essa contradição exige um exame mais detido.

5. Sobre o utopismo do processo social

Se as utopias materializadas deram errado por causa dos processos sociais mobilizados em sua construção, o foco passa a ser questões acerca do processo. Será possível pensar num utopismo do processo, em vez de num utopismo da forma espacial? São abundantes os esquemas idealizados do processo. Todavia, não costumamos referir-nos a eles por meio da designação “utópicos”. Desejo romper, ao lado de uns poucos comentadores seletos como Polanyi, essa convenção, e passar a considerar o utopismo do processo temporal ao lado do utopismo da forma espacial.

O uso do termo “utópico” pode parecer estranho nesse contexto, pois a palavra “Utopia” costuma ser associada a um lugar que é tanto um não-lugar como um lugar feliz. As qualidades do lugar (o que se poderia chamar de “em-localização” [*placefulness*]) são importantes, e envolvem a evocação da, e a atenção meticulosa à, forma espacial entendida como continente de processos sociais e expressão de alguma ordem moral. As versões idealizadas dos processos sociais, em contrapartida, costumam exprimir-se em termos puramente temporais. São de modo geral literalmente desvinculadas de todo e qualquer lugar, e tipicamente se exprimem totalmente fora das constrações da espacialidade. As qualidades espaciais e temporais são completamente ignoradas.

Podemos identificar uma rica e complicada história das “utópicas” como desdobramentos temporais divergentes. Um candidato óbvio é Hegel, cujo espírito-guia se materializa e concretiza mediante uma dialética da transcendência (dialética que se desdobra segundo a lógica do “tanto-isso-como-aquilo”). As coisas-em-si movem a história ao se tornar coisas-para-si. O Estado último da história é expresso, sugestivamente, por uma metáfora espacializada. O Estado ético ou estético é o ponto final da realização do Espírito do Mundo. Marx por vezes seguiu essa linha de

raciocínio, ainda que não fosse o Espírito do Mundo, mas a luta de classes ativa que assumia o papel de guia. As classes-em-si, ao se transformar em classes-para-si, movem a história na direção do Estado aprimorado da sociedade comunista pós-revolucionária sem classes — em que o próprio Estado acaba por desmanchar-se no ar. Em ambos os casos (e obviamente estou simplificando), a condição estacionária última como forma espacial (que não pode ser especificada de antemão) é alcançada através de uma concepção particular do processo histórico. Enquanto More nos fornece a forma espacial, mas não o processo, Hegel e Marx oferecem suas versões distintas do processo temporal, porém não a forma espacial última.

Há naturalmente muitos objetos possíveis de protesto nessas teleologias sem lugar. Tanto William Blake como Kierkegaard, por exemplo, insistiram que a dialética deveria ser entendida como “ou-isso-ou-aquilo” e não como “tanto-isso-como-aquilo”. O efeito é fazer da história uma sucessão de escolhas existenciais ou políticas que não dispõem de uma lógica orientadora necessária nem de algum ponto último claramente identificável (CLARK, 1991). Dito de outra maneira (e este é um aspecto vital a que vou voltar), as utopias do processo social têm o hábito de se perder no romantismo dos projetos interminavelmente abertos que nunca têm de chegar a um ponto conclusivo (no espaço e no lugar).

No nível dos detalhes, vemos Marx, em suas histórias políticas e escritos ulteriores, sempre atraído antes por uma dialética do “ou-isso-ou-aquilo” do que por uma dialética do “tanto-isso-como-aquilo” da transcendência hegeliana. A hesitação que Marx revelou em dar apoio à Comuna de Paris, a partir da idéia de que o momento ainda não era propício e sua súbita decisão de apoiá-la a todo custo tiveram tudo a ver com seu duplo sentido de uma dialética que poderia ser “ou-isso-ou-aquilo” ou “tanto-isso-como-aquilo”. Marx reconhece claramente as conseqüências potenciais de fazer ou não uma revolução num dado lugar e num dado tempo, e, com isso, a teleologia cede lugar a um sentido bem mais contingente de realização da história, ainda que o motor da história permaneça sendo a luta de classes. Como ele escreveu em sua célebre carta a Kugelmann a esse respeito:

Seria com efeito bem fácil fazer a história do mundo se só lutássemos em condições infalivelmente favoráveis. Por outro lado, seria sobremodo mística a situação caso não ocorressem “acidentes” (MARX, LENIN, 1940, p. 87).

Além disso, o fato de a Comuna estar ocorrendo em Paris emprestava qualidades definidas (tanto forças como fraquezas tangíveis) ao movimento, ao tempo que evocava a interrogação sobre se e como o movimento revolucionário poderia expandir-se para além desse epicentro a fim de engolfar toda a França e mesmo a Europa. A distinção entre a dialética de um “tanto-isso-como-aquilo” de final aberto e o fechamento pressuposto pelo “ou-isso-ou-aquilo” não é, como veremos, uma questão trivial.

Para sustentar suas concepções, Marx teve de desconstruir um utopismo do processo que diferia do seu, e que mesmo na época era dominante, utopismo que se fundava nas atividades racionais do “homem econômico” num contexto de mercados perfeitos. Como esse tem sido de longe o mais potente utopismo do processo por toda a história do capitalismo, temos de lhe dedicar cuidadosa atenção. Adam Smith articulou o argumento de modo bem preciso em *A riqueza das nações*, cuja primeira edição é de 1776. Sua reflexão sobre a teoria dos sentimentos morais — ele era em primeira instância antes filósofo moral do que economista — o levou a propor um utopismo do processo no qual os desejos individuais, a avaréza, a ambição, os impulsos, a criatividade etc. poderiam ser mobilizados pela mão invisível do mercado perfeito em benefício de todos. A partir disso, Smith e os economistas políticos derivaram um programa político destinado a eliminar as intervenções e regulações do Estado (exceção feita às que favoreciam as instituições do livre mercado) e prevenir o poder de monopólio. O *laissez-faire*, o livre comércio e mercados adequadamente constituídos tornaram-se os mantras dos economistas políticos do século XIX. Permita-se que os livres mercados floresçam e tudo no mundo vai ficar bem! E esta é, naturalmente, a ideologia que se tornou tão dominante em certos países capitalistas avançados (de modo mais especial na Inglaterra e nos Estados Unidos) nos últimos vinte anos. Trata-se do sistema para o qual, dizem-nos repetidas vezes, “não há alternativa”.

Marx organizou em *O capital* um devastador ataque a esse utopismo do processo. No segundo capítulo, ele admite com relutância a ficção smithiana do mercado perfeito. Em seguida, com uma lógica inexorável e irrefutável, mostra suas inevitáveis conseqüências. Um capitalismo de livre mercado desregulado, prova ele, só pode sobreviver se “sugar as fontes originais de toda riqueza — o solo e o trabalhador”, o que torna a destruição e degradação da relação com a natureza tão importantes quanto a desvalorização e a depreciação do trabalhador. Além disso,

À medida que se acumula o capital, piora por via de conseqüência a situação do trabalhador, seja ela mais ou menos razoável [...] A acumulação de riqueza num pólo é ao mesmo tempo, portanto, acumulação de miséria, dos tormentos do trabalho, da escravidão, da ignorância, do embrutecimento e da degradação moral no pólo oposto [...] (ed. 1976, p. 799).

A brilhante desconstrução por Marx do utopismo do livre mercado se acha amplamente suprimida em tempos recentes. Polanyi (que escrevia nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, com as nuvens da Guerra Fria já toldando o horizonte) compreendeu muito bem o ponto de vista de Marx, tendo-o desenvolvido (sem dar o crédito) nos seguintes termos:

É nossa tese que a utopia do mercado auto-regulado traz implícita em si uma completa utopia. Tal instituição não poderia persistir por nenhum intervalo de tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade; ela teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto. A sociedade tomou inevitavelmente medidas para proteger-se, mas todas as medidas que tomou prejudicaram a auto-regulação do mercado, desorganizaram a vida industrial e, por conseguinte, puseram em risco a sociedade de uma outra maneira. Foi esse dilema que forçou o desenvolvimento do sistema de mercado a seguir um determinado curso e, por fim, fazer ruir a organização social nele baseada (POLANYI, 1957, p. 3-4).

Não obstante, a ascensão do neoliberalismo como ideologia dominante nos anos Thatcher-Reagan (e sua exportação para grande parte do mundo por meio de uma combinação entre persuasão e poder econômico) afastou do caminho essas objeções. O monstro do livre mercado, com seus mantras de responsabilidade privada e pessoal, e de iniciativa, desregulação, privatização, liberalização dos mercados, livre comércio, redução do escopo das estruturas de governo, cortes draconianos no Estado do bem-estar social e em suas proteções, varreu tudo à sua passagem. Há mais de vinte anos estamos sendo forçados e persuadidos de modo quase incessante a aceitar o utopismo do processo que Smith sonhou ser a solução de todas as nossas dificuldades. Temos ainda testemunhado um ataque em todas as frentes às instituições — os sindicatos e os governos em especial — capazes de se contrapor a esse projeto. Margaret Thatcher proclamou que a sociedade é algo que não existe; existem apenas os indivíduos e suas famílias. E se dedicou ao desmantelamento das instituições — dos sindicatos

aos governos locais — que pudessem ser empecilhos à sua visão utópica. Com a queda do Muro de Berlim, Fukuyama passou nisso tudo um verniz hegeliano. Estamos agora no fim da história. O capitalismo e o livre mercado triunfaram no mundo inteiro. O fim da história chegou (uma triste idéia, se tomarmos Baltimore como paradigma).

Pode parecer estranho ver gente como Thatcher e Gingrich como hegelianos, mas o triunfalismo do livre mercado que eles esposaram não foi senão o utopismo do processo de Smith associado a um tipo bem hegeliano de teleologia (“o progresso é inevitável e não há alternativa”). Em muitos aspectos, assinala Frankel (1987), os mais eficazes utopistas em épocas recentes têm sido os de persuasão direitista, que têm adotado primordialmente antes um utopismo do processo do que um utopismo da forma espacial. O estranho tem sido, no entanto, o fato de não se ter pespegado os epítetos negativos “utópico” e “teleológico” nesse ataque direitista à ordem social. Só recentemente um pensador da corrente dominante como John Gray procurou reabilitar Polanyi e atacar a destrutividade inerente ao utopismo do livre mercado. A espetacular perda de poder e influência tanto de Thatcher como de Gingrich prova sua vulnerabilidade precisamente nesse ponto.

Porque as conseqüências de seu utopismo, quando materializado, se aproximam daquelas que a desconstrução feita por Marx descreve. As desigualdades de renda aumentaram rapidamente em todos os países que se entregaram com maior sofreguidão ao utopismo do mercado (ver o capítulo 3). Essa polarização em termos de renda e de riqueza também tem suas formas geográficas de expressão: uma espiral de desigualdades inter-regionais, bem como a escalada dos contrastes entre zonas residenciais opulentas e empobrecidas favelas, ou, no caso dos Estados Unidos, entre os centros empobrecidos das cidades e os subúrbios opulentos e excludentes. Desenvolvimentos geográficos desiguais em aceleração, o solapamento de todas as modalidades de coesão social e de poderes do Estado, a destruição de culturas inteiras e das “estruturas de sentimento” que proporcionam um sólido fundamento à vida de todos os dias e, o que talvez seja o fator mais problemático, a degradação de grandes parcelas do ambiente, que atinge tal dimensão que torna inabitável boa parcela da superfície da terra — eis alguns dos efeitos que Gray (1998, p. 207) descreve com acerto. “Como decorrência”, escreve ele, “estamos prestes

a entrar não na era de abundância projetada pelos advogados do livre comércio, mas numa época trágica em que as forças anárquicas do mercado e a redução da disponibilidade de recursos naturais lançam Estados soberanos em rivalidades ainda mais perigosas”. Essas são, insisto, precisamente as forças que agem na degradação de Baltimore. Assim, qual o motivo de haver resultados tão trágicos de um processo supostamente tão benevolente?

A resposta reside, em termos amplos, no que sucede quando o utopismo do processo desce geograficamente à terra. Porque toda materialização do utopismo do livre mercado requer que o processo assente raízes em algum lugar, que ele produza para si alguma espécie de espaço no qual possa funcionar. O modo como ele vem a ser espacialmente circunscrito e sua maneira de produzir espaço tornam-se facetas essenciais de sua realização tangível. Boa parte de meus próprios estudos nos últimos vinte anos (HARVEY, 1982; 1989) tem sido um esforço de mapear com exatidão tal processo, compreender as formas pelas quais o capital constrói uma paisagem geográfica à sua própria imagem, num dado momento do tempo, simplesmente para ter de destruí-la adiante a fim de acomodar sua própria dinâmica de interminável acumulação do capital, amplas mudanças tecnológicas e implacáveis formas de luta de classes. A história da destruição criativa e do desenvolvimento geográfico desigual na era burguesa é simplesmente de estarrecer. Grande parcela da extraordinária transformação da superfície da terra nos últimos duzentos anos reflete precisamente a materialização da forma de utopismo do processo fundada no livre mercado e suas incansáveis e perpétuas reorganizações de formas espaciais.

Mas as condições e o modo específico de ocorrência dessa materialização espacial têm todo tipo de conseqüências. A acumulação do capital fundada no livre mercado, em sua incidência sobre um variegado terreno geográfico de dotações de recursos, histórias culturais, possibilidades de comunicação, quantidades e qualidades de trabalho (terreno geográfico que é cada vez mais um produto diferenciado de investimentos de capital em infra-estruturas, em “capital humano” e ambientes construídos), produz ao mesmo tempo a intensificação do desenvolvimento geográfico desigual em termos de padrão e de perspectivas de vida. Regiões ricas tornam-se mais ricas, deixando regiões pobres ainda mais pobres. (Baltimore fornece um dramático exemplo desse desenvolvimento

geográfico desigual na escala metropolitana.) A causação circular e cumulativa intrínseca a esse utopismo do processo de mercado produz crescentes diferenciações geográficas em termos de riqueza e de poder, em vez de um gradual progresso na direção da homogeneidade e da igualdade. Como diz o ditado, “não há nada mais desigual do que o tratamento igualitário de desiguais”, sendo precisamente nesse ponto que o igualitarismo e a democratização implícitos nos mercados de funcionamento livre a longo prazo antes aumenta do que reduz a desigualdade.

O poder da comunidade e/ou do Estado tem estado na vanguarda do esforço de contrabalançar algumas das conseqüências mais danosas do utopismo do livre mercado (a espiral das desigualdades de renda, os desenvolvimentos geográficos desiguais, os efeitos das externalidades sobre o ambiente e assim por diante). Há porém um paradoxo mais profundo dissimulado nesse fenômeno: para funcionar, o livre mercado precisa de uma multiplicidade de arranjos e regras institucionais que só podem ser assegurados por algo semelhante ao poder do Estado. A liberdade de mercado tem de ser garantida pela lei, pela autoridade, pela força e, *in extremis*, pela violência. Como o poder do Estado é de modo geral entendido como o monopólio das forças da violência, o livre mercado requer aquele, ou alguma instituição cognata, para poder funcionar. Em resumo, os livres mercados não são algo que simplesmente acontece. Nem são eles antagônicos ao poder do Estado, ainda que possam, é claro, ser antagônicos a certas maneiras pelas quais o poder do Estado pode ser empregado para regulá-los.

O jogo do utopismo do livre mercado só pode ser garantido se, como assinalaram Marx e Engels no *Manifesto comunista*, o Estado (e temos de incluir hoje o estado local nessa determinação) se torna o “comitê executivo da burguesia”. A descolonização, a partir de 1945, ao lado da internacionalização e da liberalização subseqüentes dos mercados globais, aproximou bem mais o mundo dessa norma, ainda que o ritmo desigual em que isso ocorreu (produto das lutas sociais e políticas em que o apelo a solidariedades tradicionais e a tradições desempenhou um importante papel) tem afetado a maneira como o utopismo do processo vem se materializando em diferentes locais e épocas. As lutas geopolíticas entre lugares e, de modo ainda mais destrutivo, entre Estados ou alianças de Estados têm sido parte integrante do problema.

O resultado desse argumento é que a pureza de todo utopismo do processo é inevitavelmente prejudicada por seu modo de espacialização. Da exata maneira como as materializações das utopias espaciais se vêem às voltas com as particularidades dos processos temporais mobilizados para produzi-las, o utopismo do processo tem de enfrentar as molduras espaciais e as particularidades da construção de lugares necessárias à sua materialização. Curiosamente, Adam Smith viu o problema. Era difícil, escreve ele, prever a combinação de benefícios e prejuízos que a extensão da troca de mercado poderia trazer a diferentes partes do mundo. Não obstante, ele tinha a esperança de que

Ao unir, em alguma medida, as mais distantes partes do mundo, ao permitir que atendessem mutuamente às suas respectivas necessidades, ao aumentar as satisfações umas das outras e ao estimular suas respectivas indústrias, sua tendência geral venha a ser benéfica. Para as populações nacionais, no entanto, tanto das Índias Orientais como das Índias Ocidentais, todos os benefícios comerciais que possam ter resultado desses eventos se desfizeram e se perderam nos tenebrosos infortúnios que ocasionaram. Porém, esses infortúnios parecem ter decorrido antes de acidentes do que da natureza dos próprios eventos. Na época específica em que ocorreram essas descobertas, aconteceu de a superioridade da força pender tanto para o lado dos europeus que lhes permitiu cometer com impunidade todo gênero de injustiça contra esses países. Talvez a partir de agora as populações nacionais se fortaleçam, ou as da Europa se enfraqueçam, e os habitantes de todos os diversos recantos do mundo possam alcançar a igualdade de coragem e de força que, ao inspirar o temor recíproco, é o único fator capaz de transformar a injustiça das nações independentes em alguma espécie de respeito pelos direitos umas das outras. Nada contudo parece ter mais probabilidades de estabelecer essa igualdade de forças do que a comunicação mútua de conhecimento e todo tipo de melhorias que um intenso comércio a partir de todos os países para todos os outros traz consigo naturalmente, ou melhor, necessariamente (Adam SMITH, cit. em ARRICHI, 1994, p. 19).

Os efeitos de modo algum tiveram o caráter acidental ou transitório que a visão utópica de Smith supunha. Nem poderia sua resposta-padrão — encontradiça imediatamente em escritos de então e de agora, segundo a qual o problema da desigualdade surge porque a perfeição do mercado ainda não foi plenamente realizada — ter peso e credibilidade passados dois séculos de dura experiência.

6. Alicerçar processos sociais em formas espaciais

As utopias da forma espacial vêm pervertidos seus nobres objetivos por terem de firmar um compromisso com os processos sociais que pretendem controlar. Vemos também em nossos dias que as utopias do processo social materializadas têm de negociar com a espacialidade e a geografia do lugar e, ao fazê-lo, perdem igualmente seu caráter ideal, produzindo resultados que em muitos casos são o exato oposto dos pretendidos (por exemplo, aumento do autoritarismo e da desigualdade em vez de maior democracia e igualdade). Examinemos mais detidamente qual a exata maneira como acontece semelhante inversão no caso de processos sociais idealizados.

Há dois pontos fundamentais nos quais tem de haver uma “negociação da espacialidade” quando da materialização de todo utopismo do processo social. A consideração desses pontos mostra como e por que os efeitos que Smith lamentou não podem de maneira alguma ser concebidos como acidentais ou transitórios. Os livres mercados têm como ponto de apoio, como vimos, o poder do Estado. O desenvolvimento de livre mercados depende de modo crucial tanto da extensão como da intensificação de formas específicas de poder do Estado. Opondo-se à crença popular, os processos de mercado não levam a um “esvaziamento” do Estado, envolvendo em vez disso um aprofundamento do controle pelo Estado de certas facetas dos processos sociais, embora este seja afastado do desempenho de algumas de suas funções mais tradicionais e populistas. Além disso, na medida em que o próprio Estado precisa de legitimidade para executar com maior eficácia sua função, sentimentos populistas, nacionalistas e imperialistas têm de ser mobilizados em seu apoio, o que torna a extensão do livre mercado uma cruzada política ou, de forma mais marcada, geopolítica. Os britânicos promoveram os processos de mercado por todo o mundo no século XIX usando a diplomacia dos vasos de guerra, a conquista imperial e todo um conjunto de noções acerca da superioridade social, “o fardo do homem branco” e convicções acerca de sua “missão civilizatória” em seu ímpeto de abertura do mundo ao comércio. Os norte-americanos têm buscado uma nova ordem mundial do livre mercado associado com um capitalismo supostamente democrático, a partir de 1945, usando todos os meios de persuasão e de violência de que dispõem. Nos últimos vinte anos, a globalização e a liberdade de comércio

tornaram-se tema de uma cruzada na política externa norte-americana, indicando mais uma vez que o poder hegemônico do Estado é essencial a mercados de livre funcionamento. Num nível mais local, Margaret Thatcher só pôde materializar sua filosofia do livre mercado no âmbito da Grã-Bretanha mediante o uso implacável dos poderes do Estado (por exemplo, violência policial contra greves, supervisão estrita da pesquisa universitária) e por meio do apelo a sentimentos nacionalistas (criando este último o paradoxo que levou à sua queda no momento em que ela recusou a integração política com a Europa que a liberdade de mercado requeria verdadeira e logicamente).

Isso aponta para uma contradição fundamental. A preservação e a extensão do poder do Estado são cruciais para o funcionamento do livre mercado. Se, seguindo sua tendência, solaparem os poderes do Estado, os livres mercados estarão destruindo as condições de seu próprio funcionamento. Inversamente, se o poder do Estado é vital para o funcionamento do livre mercado, a preservação desse poder requer a perversão dos mercados de funcionamento livre. Trata-se, como Polanyi esboça com muita clareza, da contradição central alojada no próprio cerne da economia política neoliberal. Essa contradição explica por que grande parcela do padrão de desenvolvimento de uma cidade como Baltimore é justificada pelo apelo à retórica da competição no livre mercado, quando se apóia na prática em subsídios estatais e monopólios. Explica ainda por que as grandes épocas de globalização e de comércio internacional mais livre têm sido aquelas nas quais uma única potência (como a Inglaterra no século XIX e os Estados Unidos a partir de 1945) tem condições de preencher os requisitos políticos, institucionais e militares para que prevaleçam as liberdades de mercado.

Um verniz superficial de capitalismo competitivo depende por conseguinte de um substrato profundo de cooperações e colaborações obrigatórias a fim de assegurar uma base ao livre mercado e ao livre comércio.

O segundo ponto fundamental de negociação do utopismo do livre mercado com a espacialidade se acha fundado mais diretamente na construção de ambientes físicos artificiais como complexos de recursos em que assentar a atividade comercial. Em suas formas mais crassas, isso permite a formulação do tipo de utopismo comercializado que levou alguém como Margaret Thatcher a instituir corporações de desenvolvimento urbano para revitalizar áreas urbanas (sendo o grande exemplo

disso as Docklands de Londres³). Mas os investimentos em infra-estruturas sempre geram distorções geográficas e desenvolvimentos geográficos desiguais, e estes atraem ainda mais desenvolvimento, como parte da sinergia que advém inevitavelmente quando as atividades do livre mercado se envolvem na produção do espaço. A venda de um lugar como Baltimore passa então a ser ela mesma parte da arte da apresentação utópica. E é nesse momento que ondas retóricas extraídas de utopias da forma espacial se combinam com ondas retóricas referentes ao utopismo do processo para gerar as formas utópicas degeneradas e comercializadas que nos cercam por todos os lados.

O resultado dessas contradições é antes o aprofundamento do que a atenuação dos desenvolvimentos geográficos desiguais em suas dimensões tanto políticas como econômicas. A extensão de todo tipo de sistema de dominação pelo Estado reduz zonas inteiras do globo e vários estratos de população que ali vivem a condições próximas da escravidão. E a concentração de recursos, principalmente públicos, no espaço produz uma espiral de desigualdades geográficas em todas as escalas. E tudo isso no interesse da preservação das fontes político-econômicas do poder do Estado que garantem o funcionamento dos livre mercados. Os paradoxos e contradições se evidenciam em toda parte. Mas a retórica utópica da liberdade de escolha, de ação e de mercado as oculta com tamanha eficácia que com frequência temos dificuldades para articular o padrão oculto de colaborações forçadas que em outros aspectos salta de modo tão flagrante aos nossos olhos.

3. Área de 22 km² do porto de Londres transformada em complexo turístico graças ao esforço iniciado em 1981 pela LDDC (London Docklands Development Corporation). (N.T.)

Utopismo dialético

1. Para um utopismo espaço-temporal

DIANTE DOS defeitos e dificuldades das utopias, tanto da forma espacial como do processo social, a alternativa mais óbvia (afora o total abandono de toda e qualquer pretensão de utopismo) é a construção de um utopismo explicitamente espaço-temporal. Faz hoje muitos anos que Einstein nos ensinou que não é possível separar de modo coerente o tempo e o espaço. Há no âmbito das ciências sociais mais do que meros indícios de que a separação entre o tempo e o espaço, embora tenha sua utilidade em alguns casos, pode com frequência levar a enganos (ver HARVEY, 1996, Parte III). E se virmos o espaço e o tempo como construções sociais (o que implica a rejeição das teorias absolutas do espaço e do tempo atribuíveis a Newton e Descartes) a produção do espaço e do tempo terão se ser incorporadas ao pensamento utópico. Logo, busca-se aquilo que chamarei de “utopismo dialético”.

As lições a aprender das histórias separadas do utopismo da forma espacial e do utopismo do processo temporal não devem contudo ser abandonadas. Na realidade, há bem mais a extrair de uma análise mais detida deles. Do primeiro, a idéia da livre disposição espacial imaginativa destinada a alcançar

metas sociais e morais específicas pode ser transformada na idéia de uma experimentação aberta potencialmente infinita com as possibilidades da forma espacial. Isso permite a exploração de uma ampla gama de potencialidades humanas (diferentes formas de vida coletiva, de relações de gênero, de produção, de estilos de consumo, de relação com a natureza e assim por diante). É dessa maneira que, por exemplo, Lefebvre (1991) formula sua concepção da produção do espaço. Ele vê como um meio privilegiado de exploração de estratégias alternativas e emancipatórias.

Porém Lefebvre é resolutamente antagônico ao utopismo da forma espacial tradicional justamente por causa do autoritarismo fechado deste. Ele elabora uma devastadora crítica de concepções cartesianas, do absolutismo político que advém de concepções absolutas do espaço, das opressões que se abatem sobre o mundo devido a uma espacialidade racionalizada, burocratizada, definida tecnocrática e capitalisticamente. Para ele, a produção do espaço tem de permanecer uma possibilidade interminavelmente aberta. O efeito, infelizmente, é deixar frustrantemente indefinidos os espaços reais de alguma alternativa. Lefebvre se recusa a fazer recomendações específicas (ainda que haja alguns indícios nostálgicos de que as coisas deram certo na Toscana renascentista). Recusa-se a enfrentar o problema de base: o fato de que materializar o espaço é comprometer-se com o fechamento (ainda que de modo temporário), o que constitui um ato autoritário. A história de todas as utopias realizadas aponta para essa questão do fechamento como algo tanto fundamental quanto incontornável, ainda que se enganar mediante o recurso a um fechamento antecipado seja a consequência inevitável. Se, por conseguinte, se deseja pôr alternativas em prática, não se pode fugir eternamente do problema do fechamento (e do autoritarismo que ele pressupõe). Fazê-lo é adotar um romantismo agonístico de anseios e desejos perpetuamente irrealizados. E é no final esse o ponto em que nos deixa Lefebvre.

Foucault buscou livrar-se dessa mesma dificuldade seguindo outro caminho. Em *As palavras e as coisas*¹, publicado pela primeira vez em 1966, ele cunhou o termo “heterotopia” para descrever a incongruência, a “enigmática multiplicidade” e a desordem fundamental de que a própria linguagem é tão capaz:

1. *As palavras e as coisas* — Uma arqueologia das Ciências Humanas, trad. Salma Tannus Muchail, São Paulo, Martins Fontes, 1981. (N.T.)

As utopias proporcionam consolo: ainda que elas não tenham um lugar concreto, há mesmo assim uma região fantástica imperturbada em que podem desenvolver-se; abrem cidades com vastas avenidas, com jardins cultivados à perfeição, países em que a vida é fácil, mesmo que seja quimérica a estrada que a eles conduz. As heterotopias são perturbadoras, é provável que devido a solaparem secretamente a linguagem [...] As utopias permitem a fábula e o discurso: estão em continuidade com o que há de característico na linguagem... [as heterotopias] dissecam a fala, fazem que as palavras estaquem, contestam já na fonte a própria possibilidade da gramática; elas dissolvem nossos mitos e esterilizam o lirismo de nossas frases.

Em *As palavras e as coisas*, a “heterotopia” é examinada apenas em relação ao discurso e à linguagem. Mais tarde, Foucault empenhou-se em conferir ao termo um referente material. Numa palestra proferida em 1967, tentando entabular um diálogo com arquitetos e teóricos da forma espacial, Foucault (1986) recorreu mais uma vez ao conceito de “heterotopia”. A palestra nunca foi revisada para publicação (embora ele tenha autorizado sua publicação pouco antes de falecer, em 1984). Extraída por acólitos como uma gema oculta no interior de sua extensa *oeuvre*, a palestra veio a ser um recurso (de particular importância no interior do cânon do pós-modernismo) mediante o qual foi possível ressuscitar o problema de Utopia e, ao mesmo tempo, fugir a ele. O tema da “fuga” percorre a base do ensaio de Foucault. (“O navio é a heterotopia por excelência”, escreveu ele. “Nas civilizações sem navios, os sonhos murcham, a espionagem substitui a aventura e a polícia toma o lugar dos piratas” [1986, p. 27].) O conceito permite a Foucault fugir do “não-lugar” que é uma “plácida” utopia (tema que animou boa parte do movimento de 1968 na França) e vir à terra em lugares particulares de práticas reais. Mas ele o emprega igualmente para fugir ao mundo de normas e estruturas que aprisionam a imaginação humana (inclusive, incidentalmente, o próprio anti-humanismo de Foucault) e, por meio de um estudo da história do espaço e de uma compreensão de sua heterogeneidade, identifica espaços nos quais a diferença, a alteridade e “o outro” podem florescer ou (como no caso dos arquitetos) ser concretamente construídos. Hetherington (1997) resume o conceito de heterotopia

como espaços de ordenação fluida. A heterotopia organiza uma parcela do mundo social de uma maneira distinta do ambiente que a circunda. Essa ordenação fluida marca esses espaços como Outro e lhes permite ser con-

siderados um exemplo de maneiras alternativas de fazer as coisas [...] Logo, a heterotopia revela que o processo de ordenação social é justamente processo, em vez de coisa.

Essa formulação é atrativa em seu nível de superfície, permitindo-nos pensar os múltiplos esquemas utópicos (livres organizações espaciais) que chegam até nós em formas materializadas não mutuamente exclusivos. Estimula a idéia de uma simultaneidade de livres organizações espaciais que acentua a escolha, a diversidade e a diferença. Permite-nos lançar um olhar sobre as múltiplas formas de comportamento e de política desviantes e transgressoras que ocorrem nos espaços urbanos (é interessante que Foucault inclua em sua relação de espaços heterotópicos lugares como cemitérios, colônias, bordéis e presídios), que ele vê como reafirmações válidas e potencialmente significantes de algum tipo de direito a moldar parcelas da cidade segundo outra imagem. A formulação nos obriga a reconhecer a importância de ter espaços (o clube de jazz, o salão de dança, o jardim comunitário) nos quais a vida é vivenciada de modo distinto. Foucault nos assegura de que existem abundantes espaços em que a "outridade", a alteridade e, por conseguinte, alternativas poderiam ser exploradas não como meros produtos da imaginação, mas através do contato com processos sociais já existentes. É no interior desses espaços que alternativas podem tomar forma, e é a partir deles que se pode elaborar uma crítica mais eficaz de normas e processos existentes. A história desses espaços, afirma Foucault (apoiando-se em larga medida na obra de Bachelard), nos mostra como e em que as formas espaciais poderiam vincular-se a processos sociais radicalmente distintos e, assim, disromper a homogeneidade a que a sociedade (e, por extensão, os antídotos utópicos) se apegam tipicamente. Ele evidentemente esperava o efeito, descrito antes em *As palavras e as coisas*, de "uma desordem na qual fragmentos de um amplo número de ordens possíveis reluzem separadamente na dimensão, sem lei nem geometria, do heteróclito" (FOUCAULT, 1973, p. XVII).

Infelizmente, o conceito de heterotopia não tem condições de escapar facilmente ao fardo que recai sobre as utopias de modo mais geral (talvez por esse motivo Foucault tenha se recusado a desenvolvê-lo, chegando mesmo a renegá-lo em *Vigiar e punir*²). Esse conceito presume que

2. *Vigiar e punir, história da violência nas prisões*, trad. L. M. P. Carvalho, Petrópolis, Vozes, 1977. (N.T.)

os vínculos com a ordem social dominante são ou podem ser cortados, atenuados; ou, como no caso das prisões, totalmente invertido. O pressuposto é o de que o poder/conhecimento é ou pode ser disperso e fragmentado em espaços de diferença. Presume que tudo o que acontece nos espaços de "outridade" é interessante e de certo modo "aceitável" ou "apropriado". O cemitério e o campo de concentração, o presídio, os "palácios de compras" é as Disneylândias, Jonestown³, os campos de treinamento de milícias, o escritório "aberto", New Harmony⁴, as "privatopias" e as "ecotopias" sejam, todos eles, sede de maneiras alternativas de fazer as coisas e, portanto, em algum sentido, "heterotópicos". O que se mostra à primeira vista tão aberto em virtude de sua multiplicidade se afigura de súbito banal (uma eclética mistura de espaços heterogêneos em que alguma coisa "diferente" — como quer que definamos "diferente" — pode ocorrer) ou uma fragmentação mais sinistra de espaços fechados, excludentes e mesmo ameaçadores no âmbito de uma dialética mais abrangente de transformação geográfica e histórica. O conceito de "heterotopia" tem a virtude de insistir numa melhor compreensão da heterogeneidade do espaço, mas não oferece pistas sobre que aparência poderia ter um utopismo mais espaço-temporal. Foucault contesta e ajuda a desestabilizar (em particular no domínio do discurso), porém não oferece indícios acerca de como seria possível construir alguma espécie de alternativa.

Consideremos a questão agora do ponto de vista de utopias orientadas para o processo. As qualidades supostamente abertas ao infinito e benevolentes de algumas utopias do processo social, como a troca de mercado, têm de cristalizar-se em algum espaço concreto e de alguma maneira concreta num mundo material espacialmente ordenado e institucionalizado. Estruturas materiais, institucionais e sociais (muros, vias expressas, subdivisões territoriais, instituições de governo, desigualdades sociais) são feitas ou não são feitas. A dialética do "ou-isso-ou-aqui-lo" é onipresente. Uma vez construídas, essas estruturas com frequência resistem muito à mudança (as usinas nucleares nos comprometem por centenas de anos, assim como as instituições da lei vão assumindo com a

3. Local do templo de Jim Jones, nos Estados Unidos, em que houve, ao que parece, suicídio em massa. (N.T.)

4. New Harmony, comunidade de Indiana, Estados Unidos, com pretensões a ser um santuário espiritual, uma moderna Utopia. (N.T.)

passagem do tempo um peso cada vez maior de precedente). Por mais que lutemos em prol da criação de paisagens e instituições flexíveis, a fixidez das estruturas tende a aumentar com o tempo, o que torna as condições de mudança antes mais do que menos escleróticas. Uma total reorganização de formas organizacionais materiais como a cidade de Nova York ou Los Angeles é hoje algo bem mais difícil de conceber, para não mencionar pôr em prática, do que o foi há cem anos. Processos que fluíam livremente se concretizam em estruturas, em realidades institucionais, sociais, culturais e físicas que adquirem uma permanência, uma fixidez e uma inamovibilidade relativas. Utopias do processo materializadas não podem fugir à questão do fechamento ou do acúmulo arraigado de tradições, de inércias institucionais e coisas do gênero que elas mesmas produzem. Quanto mais o utopismo de mais livre mercado converge nas desigualdades e privações da liberdade do capitalismo atualmente existente tanto mais difícil se torna mudar ou mesmo manter sua própria trajetória.

Toda luta contemporânea para conceber uma reconstrução do processo social tem de enfrentar o problema de como derrubar as estruturas (tanto físicas como institucionais) que o próprio livre mercado produziu como características relativamente permanentes do mundo. Ainda que titânica, não se trata de tarefa impossível. O programa revolucionário do neoliberalismo tem realizado muito em termos de mudança física e institucional nos últimos vinte anos (pensemos, por exemplo, no impacto dual da desindustrialização e da redução do poder dos sindicatos na Inglaterra e nos Estados Unidos). Logo, por que então não podemos conceber mudanças igualmente dramáticas (ainda que apontando noutra direção) em nossa busca de alternativas?

É este o ponto no qual vale a pena considerar as obras de Roberto [Mangabeira] Unger, que, tal como Lefebvre, está profundamente comprometido com a exploração de alternativas liberatórias, mas igualmente ansioso para evitar os erros das formulações utópicas tradicionais. Unger se concentra nos processos sociais e nas transformações institucionais/pessoais. Sua crítica de comportamentos e instituições existentes é, como seria de esperar, firme e forte. Nesse sentido, como se sai ele na tarefa de conceber alternativas? Unger evita o utopismo ao insistir que as alternativas devem advir do envolvimento prático e crítico com as instituições, os comportamentos pessoais e as práticas ora existentes (de modo mais

direto, os arranjos a que se chegaram por meio das versões ocidentais de democracia que surgiram no curso da longa história do capitalismo). Por conseguinte, ele só tem interesse pela “próxima etapa da trajetória”, excluindo eventuais princípios universais de transformação bem como a descrição de alguma visão milenarista. Não obstante, o pensamento visionário e a luta imaginativa são essenciais ao seu empreendimento:

Nossa reflexão sobre ideais vem a ser visionária ou externa na medida em que tem como meta uma imagem, mesmo parcial e fragmentária, de um esquema radicalmente alterado de vida social e de recurso a justificativas que não se acham próximas dos modelos corriqueiros e estabelecidos de associação humana. O visionário é a pessoa que alega não estar restrito aos limites da tradição na qual se acham mergulhados seus interlocutores... Observe-se que o pensamento visionário não é inerentemente milenarista, perfeccionista nem utópico (no sentido vulgar do termo). Ele não precisa apresentar — e de modo geral não apresenta — a imagem de uma sociedade tornada perfeita. Mas de fato requer que tenhamos a consciência de redesenhar o mapa das formas possíveis e desejáveis de associação humana, de inventar novos modelos de associação humana e de projetar novos arranjos práticos para lhes dar corpo (UNCER, 1987b, p. 359-360).

No âmago da obra de Unger está uma concepção dialética simples mas potente. Só por meio da mudança de nosso mundo institucional podemos ao mesmo tempo modificar a nós mesmos, do mesmo modo como apenas por meio do desejo de mudar a nós mesmos pode a mudança institucional ocorrer. “Quanto mais as divisões sociais e técnicas do trabalho se apresentam na vida cotidiana como um rígido arcabouço de alocações funcionais”, escreve ele, “tanto mais merecem ser esmagadas no micronível do desafio e da incongruência cultural-revolucionária, bem como no macronível da inovação institucional” (p. 564). O objetivo, contudo, é construir um sistema de governabilidade democrática mais radicalmente dotado de poder legítimo e capaz de dotar de poder legítimo um sistema que possa ser tanto libertador como transformador. Com esse objetivo em vista, Unger concebe três variedades-chave de dotação de poder legítimo. A primeira torna a vida social receptiva à experimentação; a segunda fortalece nossa “maestria autoconsciente sobre os arcabouços institucionais e imaginativos de nossa experiência social”; enquanto a terceira ajuda a “livrar a vida de grupo de uma parcela de sua capacidade

de enredar as pessoas em relações de dependência e de dominação, assim como de fazer delas os representantes sem rosto de papéis predeterminados” (p. 363-364).

Na busca dessas metas, Unger propõe três esferas principais de reconstrução institucional: a constituição do governo, a organização da economia e o sistema de direitos. Ele se empenha em evitar o romantismo das possibilidades infinitamente abertas mediante o exame de uma variedade de propostas nesse domínio, propostas, que, espera ele, haverão de produzir tanto uma galvanização do sentido de alternativas possíveis como, ao mesmo tempo, o início de transformações pessoais que atenuem o contraste entre a “rotina de preservação da estrutura” da vida cotidiana em que estamos todos mergulhados e os “conflitos transformadores da estrutura” que se manifestam de modo geral como violência revolucionária e destrutiva. Ele espera, dessa maneira, “libertar a sociabilidade de seu roteiro predeterminado e tornar cada um de nós disponível ao outro mais como os seres originais que somos e menos como ocupantes de lugares num sistema de contrastes de grupo” (p. 563-564).

Faço aqui amplas considerações sobre Unger (embora não o suficiente para fazer justiça a um estudo enormemente rico e complexo em três volumes) porque me parece que ele vai longe na atenção ao modo como se poderia materializar idéias visionárias. Sua análise é bem deste mundo. Ele trabalha agora [2000] com o Partido dos Trabalhadores brasileiro na elaboração dos aspectos constitucionais e legais da ação política progressista. E em cidades como Porto Alegre, na qual o Partido dos Trabalhadores tem tido o controle político há vários anos, têm sido descobertos alguns meios muito inovadores de melhorar a dotação popular de poder e formas democráticas de governar, e muitos desses meios trazem a marca do tipo de pensamento que Unger representa (ver ABERS, 1998, para um relato das experiências de Porto Alegre). Traduzidas para uma situação como a de Baltimore, essas experiências podem de fato ser muito úteis. Temos muito a aprender com elas.

Mas Unger não tem em mente um modelo espacial específico para a organização social — toda a sua apresentação deixa de lado as considerações espaciais. Não considero isso fatal para a sua argumentação, pois não seria difícil estender todo o seu método de crítica às instituições sociais e de reconcepção dessas mesmas instituições ao plano das formas espaciais, transformando assim seus argumentos numa dinâmica mais

deliberativamente espaço-temporal de democratização e dotação de poder progressistas (do tipo que tem de fato sido construído desde os alicerces em Porto Alegre).

Há porém alguns sérios problemas a afetar a abordagem de Unger. Ele observa, por exemplo, aquilo que denomina “um impressionante hiato entre o alegado interesse por alternativas e a ausência de todo sinal tangível de que esse interesse é real”. Assim como observa que “as ilusões da teoria social lógica profunda” (representada primordialmente pelo marxismo e pelo estruturalismo) é a “fé nos poderes criadores espontâneos da ação revolucionária desarmaram a imaginação política construtiva da esquerda”. E então escreve:

Os poucos que tentam elaborar alternativas mais ponderadas do que as presentes nas plataformas partidárias da corrente principal da literatura esquerdista são descartados de pronto como pensadores utópicos ou experimentadores reformistas: utópicos se suas propostas se afastam muito dos arranjos estabelecidos; experimentadores se fazem propostas modestas de mudança. Nada por que valha a pena lutar parece factível, e as mudanças que se pode imaginar de imediato muitas vezes mal parecem merecer o sacrifício de campanhas programáticas cujo cronograma desrespeita com tanta frequência as dimensões de uma vida individual. Como se tudo isso não bastasse, o candidato a redator de programa tem reservada a si uma surpresa final: vai ser acusado — em algumas ocasiões pelas mesmas pessoas que pouco antes lhe diziam desejar alternativas — de antecipar dogmaticamente o futuro e de tentar antecipar-se a circunstâncias imprevisíveis, como se não houvesse valor na afirmação de Montaigne segundo a qual “não há vento que ajude aquele que não sabe rumo a que porto navega” (1987a, p. 443).

Eis observações perspicazes! Mas o efeito é criar hesitação da parte de todos (incluindo a de Unger) na identificação do porto para o qual ela ou ele poderia desejar navegar. E é nesse ponto que Unger recusa todo fechamento ao redor de algum conjunto específico de arranjos institucionais ou formas de relacionamento social. Tal como Lefebvre, ele deseja deixar as possibilidades infinitamente abertas. Foge-se ao duro “ou-isso-ou-aquilo” da dialética em favor da política mais suave (uma das palavras favoritas de Unger) e mais tranqüila de transcendência hegeliana. O antiautoritarismo do pensamento político liberador atinge aqui algum tipo de limite. Não se consegue reconhecer que a materialização de toda e qual-

quer coisa requer, ao menos por algum tempo, o fechamento em torno de algum conjunto particular de arranjos institucionais e de uma forma espacial específica, nem reconhecer que o ato de fechamento constitui intrinsecamente uma declaração material que traz em si sua própria autoridade nos assuntos humanos. O que o abandono de todo discurso da Utopia no campo da esquerda tem provocado é deixar em suspenso a questão da autoridade válida e legítima (ou, mais exatamente, deixá-la nas garras dos moralismos dos conservadores — tanto da variedade neoliberal como da religiosa). Essa renúncia deixou o conceito de Utopia, na observação de Marin, como um puro significante sem referente que faça sentido no mundo material. E para muitos teóricos contemporâneos — incluindo Unger — é nessa condição que o conceito pode e deve permanecer: como puro significante de esperança destinado a jamais adquirir referente material. O problema é no entanto o de que, sem uma visão de Utopia, não há como definir para que porto poderíamos querer rumar.

2. Dinâmica utópica

Seria errôneo descrever o conjunto teórico denominado “utopismo espaço-temporal” como totalmente vazio. A bem dizer, existem muitas maneiras possíveis de preenchê-lo. Para começar, o estilo evolutivo de argumentação adotado por Geddes e Mumford em suas respectivas abordagens da cidade e da região promove uma concepção da atividade humana em que a produção de espaços em escala mutável exprime necessidades econômicas, tecnológicas e culturais igualmente prementes e com frequência conflituosas (a cidade deve ser concebida, no dizer de Mumford, sobretudo como “obra de arte”). Os escritos de Mumford, a despeito de suas idiossincrasias e falhas, estão infundidos de um certo tipo de utopismo espaço-temporal (embora com uma boa dose de sentimento distópico com relação a algumas das opções catastróficas feitas mais recentemente).

É contudo mais relevante o fato de que a recente evolução, no âmbito do próprio gênero utópico de escritura, de um mal-disfarçado tratado político no interior de um relato com frequência deveras tedioso (como no caso de *Utopia*, de More, ou mesmo no de *Erewhon* de Butler) para o drama pleno do romance (por vezes épico) assinala uma importante transição de sentimentos e técnicas. O romance como exploração de mundos

possíveis (ver RONEN, 1994) tornou-se em nossos dias o lugar por excelência da exploração de sensibilidades e sentimentos utópicos. Indícios iniciais de tal reviravolta podem ser encontrados em obras como *O jogo das contas de vidro*, de Hesse, nas obras de H. G. Wells, em *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley, e em *A nascente*, de Ayn Rand (entrando ainda aí uma multiplicidade de obras de ficção distópica como o *1984* de Orwell). Mas em épocas recentes a tática tornou-se explícita nos escritos de Ursula Le Guin, Doris Lessing, Marge Piercy⁵ e muitos outros autores (e é instrutivo observar que grande número de escritores que agora trabalham nesse gênero são mulheres — como assinala LEVITAS, 1990, 1993).

Esses romances reconhecem tipicamente que as sociedades e as espacialidades são moldadas por processos contínuos de luta. A forma “romance” se presta, quando necessário, a um sentido bem mais forte de dinâmica espaço-temporal. As formas espaciais/institucionais estáticas, e que terminam por se concretizar, das utopias clássicas são descartadas como inatingíveis ou, se atingidas, como instáveis ou ainda em transição para algo por ser definido. Consideremos, por exemplo, a trilogia de Kim Stanley Robinson sobre a colonização de Marte⁶. Descrição de uma viagem de exploração a que se segue a colonização ativa de um planeta distante despovoado (mas não desprovido de qualidades específicas), a obra reescreve a geografia histórica da colonização como uma prolongada saga de transformações do ambiente e das formas socioespaciais de Marte. A saga é marcada por lutas contra o ambiente marciano e no próprio âmbito do processo de colonização — lutas que opõem os cem primeiros colonos a rivais ulteriores; as autoridades da Terra à sociedade marciana nascente, e, sobretudo, lutas entre os próprios colonizadores em torno de uma ampla gama de questões (como formas de representação política), tendo destaque aí a questão do direito moral e político de “terraformar” [terraform] o ambiente marciano. A formação da sociedade de Marte im-

5. Ursula Le Guin é norte-americana, autora de obras de ficção como *A mão esquerda da escuridão* e *Os despossuídos*. Doris Lessing, considerada a maior escritora inglesa, é autora de obras como *Andando na sombra*, *As experiências de Sirius* e *Shikasta*. Marge Piercy é autora de obras de “fantasia social” como *Mulheres à beira do tempo* e *Dance até fazer a águia dormir*. (N.T.)

6. O autor escreve, entre outras obras, *A trilogia de Marte* (*Marte vermelho*, *Marte verde* e *Marte azul*), considerada o ponto alto da ficção científica fundada em pesquisas. (N.T.)

plica a produção de um mundo que desenvolve continuamente novas formas a partir de si mesmo, porém não de maneira arbitrária. Cada ponto de decisão marca um “ou-isso-ou-aquilo”, quem ganha a batalha (física ou ideologicamente) muda a trajetória do desenvolvimento, sem no entanto obter necessariamente o reconhecimento de toda a oposição. Sempre sobra um resíduo de poder e de discussão que com frequência é ressuscitado mais tarde como força subversiva alternativa. Logo, o leitor não é apresentado a um mundo já formado e descoberto, sendo em vez disso levado a percorrer a dialética da criação de um novo mundo socioecológico.

Não estou sustentando que a narrativa de Robinson seja algum exemplo de como um utopismo espaço-temporal deveria ser estabelecido, ainda que ela de fato ilustre de que modo uma forma cultural pode ser usada para articular uma dinâmica espaço-temporal alternativa. Há além disso vários perigos em recorrer exclusivamente a romances como fonte de inspiração. O deslocamento do utopismo para a literatura (ou a arte) “pura” pode significar, por exemplo, que não conseguimos extrair as mensagens políticas transmitidas num tom tão alto e claro de tratados políticos como *Utopia*, de More, ou *Looking Backward*, de Bellamy. É difícil imaginar a obra de Robinson inspirando todo um movimento político do tipo que surgiu no final do século XIX em resposta à intervenção de Bellamy. E, o que é pior, a licença artística passa facilmente ao largo das reais dificuldades da ação transformadora. Como observa Levitas (1993, p. 265):

A principal razão pela qual vem a ser tão difícil localizar a utopia num futuro ligado de maneira crível ao presente por meio de uma transformação viável reside no fato de nossas imagens do presente não identificarem agente nem processos de mudança. O resultado é que a utopia entra ainda mais nos domínios da fantasia. Embora isso tenha a vantagem de libertar a imaginação da restrição daquilo que se pode imaginar como possível — e de estimular a utopia a exigir o impossível —, apresenta a desvantagem de separar a utopia do processo de mudança social, bem como de separar a mudança social do estímulo de imagens concorrentes da utopia.

Voltamos, por assim dizer, à distinção de Unger entre sonhos que parecem irrealizáveis e perspectivas que dificilmente parecem ter alguma importância.

Quanto a isso, no entanto, uma dada leitura da trilogia de Robinson oferece mais uma idéia essencial. Sua narrativa utópica traz consigo inúmeras referências indiretas à geografia histórica real da conquista impe-

rial e da atividade colonial e neocolonial promovida no curso da longa história do capitalismo. Os referentes históricos e geográficos de sua narrativa são altamente relevantes. Embora situado em relação às qualidades tangíveis do ambiente marciano (com todas as suas imprevisibilidades físicas peculiares), ela invoca inevitavelmente toda a problemática do domínio da natureza que tem sido tão central aos modos de pensamento ocidentais desde Francis Bacon e Descartes. A luta para garantir a sobrevivência diante do hostil ambiente marciano é nada menos que heróica. Além disso, é admitido explicitamente o fato de o processo de colonização de Marte estar sobremodo inserido nas relações de poder, nos debates ideológicos e na economia política do capitalismo multinacional e globalizado. A colonização de Marte é uma batalha para libertar a ordem social de algumas de suas restrições terrenas num novo ambiente. Trata-se porém de uma luta que só pode vir a ter algum sucesso parcial precisamente pelas razões que Marx descreveu em sua carta aberta aos icarianos (ver acima, capítulo 2).

São ousadas as comparações subterrâneas que faz o romance com a experiência histórico-geográfica do capitalismo pós-iluminismo (a nova ordem social marciana surge de uma maneira que lembra de perto o relato que faz o *Manifesto* da ascensão da burguesia ao poder). Isso poderia fazer da trilogia de Robinson um alvo fácil da desconstrução pós-colonial crítica. Prefiro contudo avaliá-la sob luz mais favorável. Ela apresenta uma atraente perspectiva de uma conexão interna entre transformações histórico-geográficas reais (entendidas como toda a força que um materialismo histórico-geográfico adequadamente formulado é capaz de mobilizar) e o projeto utópico de uma dinâmica espaço-temporal alternativa à que vivenciamos em nossos dias.

3. A geografia histórica do utopismo espaço-temporal

Em ao menos um aspecto Marx e Unger fazem causa comum. Eles insistem que o futuro tem de ser construído não segundo algum molde utópico fantástico, mas por meio de transformações tangíveis das matérias-primas que temos à disposição em nossa atual condição. Essas matérias-primas foram elaboradas e combinadas através uma dinâmica espaço-temporal que foi não obstante inspirada por um conjunto deveras característico de concepções conflitantes (incluindo a concepção avassaladora dos empreendedores pré-

o capitalistas e capitalistas). Um estudo da geografia histórica do capitalismo proporciona assim pistas acerca de como um projeto utópico espaço-temporal pode fundar-se a um só tempo no presente e no passado. Trata-se evidentemente de tarefa que não cabe nos limites deste livro, tarefa que leva a noção de pensamento utópico para outra dimensão. Não obstante, permitam-me esboçar o tipo de argumentação que tenho em mente.

Consideremos, por exemplo, o modo como o utopismo do livre mercado (o processo) foi implantado globalmente (geopoliticamente como forma espacial) depois da Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos tiveram aí um papel todo-poderoso, embora especificamente situado e particularista. O país foi o epicentro a partir do qual foi mobilizada a estratégia geopolítica de dominação global via liberdade de mercado. Considerou o desmantelamento de impérios e a descolonização, a plasmação das instituições mediadoras internacionais apropriadas (que, estruturadas de molde a garantir os interesses particulares dos Estados Unidos, se tornaram a norma universal) e a abertura do comércio internacional absolutamente essenciais para a criação de uma nova ordem mundial. Viu-se numa luta de vida e morte com o comunismo. Sua auto-imagem foi a de um farol da liberdade, dos direitos individuais e da democracia num mundo turbulento, uma sociedade modelo a que todos aspiravam, como uma "cidade que brilha no topo da colina"⁷ em seu combate, nas palavras de Ronald Reagan, ao "Império do Mal" do comunismo, bem como às forças sombrias da ignorância, da superstição e da irracionalidade. Foi preciso impor ao mundo uma espaço-temporalidade secularizada e mais aberta numa variedade de escalas (tanto urbana e regional como internacional), espaço-temporalidade no interior da qual os investimentos de capital pudessem fluir mais facilmente, ao lado dos deslocamentos de informações, de pessoas, de mercadorias, de formas culturais e assim por diante. Teve-se de construir nações-estado e Estados locais como facilitadores de livres mercados de capital (comitês executivos, como no caso de Baltimore, da acumulação do capital). Isso implicou o esforço (com frequência infrutífero) de impor (com uma boa dose de militarismo e violência no cenário internacional) uma concepção particular de "democracia política" (votar em partidos políticos em ciclos de 4 ou 5 anos) como princípio universal

7. Referência ao Sermão da Montanha (cf., no Novo Testamento, Mateus 5,14-15). (N.T.)

(como se não houvesse outras maneiras de ser livre e democrático). Os espaços do mundo foram abertos à força com frequência por meio de violentas batalhas e, mais tarde, reformulados pelo poder das políticas norte-americanas (incluindo as de Estados-satélite, classes atravessadoras e instituições internacionais). Muitos dos que estiveram envolvidos nesse projeto no interior dos Estados Unidos (de persuasão política de esquerda e de direita, incluindo muitas organizações não-governamentais) acreditavam profundamente que estavam engajados numa luta de criação de um mundo mais feliz, mais aberto e mais livre. Empenharam-se, movidos por uma convicção utópica, na implementação de políticas de desenvolvimento, de ajuda, de assistência secular e militar e de educação como recursos em favor de uma ilustração humanisticamente fundada ao redor do globo.

Ainda que um tanto caricatural, essa descrição captura um fator importante relativo ao utopismo espaço-temporal do internacionalismo norte-americano nos últimos 50 anos (visão que mais tarde recebeu da tese do "fim da história", de Fukuyama, um verniz hegeliano). Isso ilustra a possibilidade de uma modalidade utópica espaço-temporal e oferece indícios do que pode nela estar envolvido. Considerar tudo isso utopismo espaço-temporal permite compreendermos melhor como funcionou, por que e como deu errado e de que forma suas contradições internas poderiam vir a constituir o potencial canteiro de alguma alternativa.

Claro que os eventos do mundo não dançaram apenas conforme essa música. Mas o escrutínio das contradições internas desse projeto pode ter utilidade. Se as sementes da transformação revolucionária têm de ser encontradas no presente e se nenhuma sociedade pode dedicar-se a uma tarefa da reorganização radical para a qual não está nem um pouco preparada, essas contradições internas proporcionam matérias-primas para cultivar uma alternativa. Examinemos algumas das principais contradições:

1. O projeto secular do crescente bem-estar material em todo o mundo mediante a acumulação ampliada do capital não conseguiu cumprir suas promessas. Não pôde satisfazer as necessidades, as carências e os desejos humanos nem liberar tempo e espaço para o desenvolvimento emocional e intelectual. Prometeu um consumismo ilimitado (por vezes até como um bem coletivo em termos de bem-estar social) como um caminho para a busca da felicidade, mas proporcionou benefícios na melhor das hipóteses unilaterais e, na pior, falsos. Produziu riqueza e poder substanciais para uns poucos e desilusão, repres-

são, infelicidade e degradação para os outros. Em consequência, suas alegações utópicas acerca da igualdade e do bem-estar entraram em crescente contradição com as realidades enquanto se sucediam as “décadas do desenvolvimento” e à medida que as qualidades desiguais da geografia do capital foram se evidenciando cada vez mais numa variedade de escalas (urbanas, regionais e internacional).

2. A promessa dos direitos individuais, da liberdade de escolha e da liberdade de ação (a ilusão liberal) intrínseca às instituições da democracia liberal (com freqüência exportadas) produziu muitos cálculos egoístas (no dizer do *Manifesto*), mas gerou a liberdade de dominar e explorar outras pessoas, que foram privadas da influência e do poder políticos por uma política de recompensas desiguais, quando não de pura e simples marginalização. Também não conseguiu reconhecer as bases coletivas (tanto culturais como políticas) necessárias à garantia das liberdades, tanto de escolha como de ação, produzindo ou uma sociedade de riqueza privada e pobreza pública (na percuciente formulação de Galbraith⁸) ou estruturas políticas autoritárias (e em alguns casos totalmente corruptas) fundadas na tolerância repressiva. Nos Estados Unidos, tem-se a liberdade de gastar e de votar em quem quiser, mas não se tem como assegurar liberdades elementares na cidade (por exemplo, andar na rua a qualquer hora do dia ou da noite), ao passo que em Cingapura podemos percorrer a cidade, mas não podemos nos opor ao governo, ou, a propósito, nem sequer comprar goma de-mascar.
3. O “sucesso” em termos gerais desse projeto utópico baseou-se na capacidade de pronto exercício da autoridade e de, quando necessário, recorrer aos recursos de violência e repressão como via necessária para uma ilustração mais geral (nesse aspecto, esse projeto não conseguiu fugir aos problemas das formas utópicas clássicas). O trauma de Guerra do Vietnã e as subseqüentes revelações de operações secretas ao redor do mundo macularam o utopismo do projeto, fazendo-o parecer cada vez mais antes um exercício da política de poder do Destino Manifesto dos Estados Unidos do que um movimento de massas de ilustração global. O projeto nunca poderia libertar-se das

8. Ou, numa versão brasileira, “privatização dos lucros e socialização dos prejuízos”. (N.T.)

condições políticas, nem das políticas em si, com freqüência voltadas para o autofavorecimento, que caracterizaram seu centro de comando em Washington. Os Estados Unidos, ao tempo que podiam reservar-se o direito de ser juizes e júri da moralidade internacional, nunca se submetem ao julgamento de instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas ou a Corte Internacional de Justiça, nem assinam tratados (como os referentes ao genocídio e aos “crimes contra a humanidade”) que os sujeitem a esses julgamentos internacionais.

4. O libertarismo espacial das forças de mercado solapou estruturas e poderes territoriais estáticos (e até, em algum grau, os localizados nos Estados Unidos) e foi impiedosamente transformador no tocante a formas culturais “tradicionais”. A reação a isso tem sido o retorno à territorialidade e à identidade nacional como base da política, assim como a inclinação a um exclusivismo reacionário que representa uma ameaça potencial ao programa do livre mercado. Particularmente depois do colapso do comunismo, um número bem maior de pessoas tem se voltado para a religião e/ou a nação como únicas identidades alternativas. Muitos (incluindo forças de resistência no interior dos Estados Unidos, bem como no Irã, na Índia e na Guatemala, para ficar em alguns exemplos) têm agora a impressão de que há uma escolha simples entre as espaço-temporalidades seculares do livre mercado e o tempo-espaço mitológico da religião e da nacionalidade.
5. As externalidades do mercado (custos que o mecanismo de preços não capta) geraram uma ampla gama de dificuldades sociais, econômicas e políticas. Destacam-se aí problemas do uso indiscriminado de recursos, a destruição do hábitat e toda uma série de dificuldades ambientais que requereram urgente atenção. O conceito de “sustentabilidade”, desenvolvido em parte para enfrentar esses contratempos, aponta, ainda que facilmente cooptado, para horizontes espaço-temporais diferentes dos da acumulação do capital.

Quando juntamos essas contradições, o quadro que emerge é o de um processo de globalização, centrado nos Estados Unidos, em profunda crise. Há um amplo resíduo de hostilidade deixado pelas indubitáveis realizações do utopismo espaço-temporal liderado pelos Estados Unidos a partir da Segunda Guerra Mundial. As concepções alternativas precisavam descobrir como cumprir as promessas de considerável melhoria do

bem-estar material e de formas democráticas que não tenham por base o cálculo egoísta, o consumismo crasso e a acumulação do capital, como desenvolver os mecanismos coletivos e as formas culturais de que se precisa para a auto-realização fora do âmbito das forças de mercado e do poder do dinheiro, e como fazer que a ordem social mantenha uma melhor relação com as condições ambientais e ecológicas.

4. Utopismo hoje?

A ampla rejeição ao utopismo no curso das duas últimas décadas deveria ser entendida como o colapso de formas utópicas *específicas*, tanto orientais como ocidentais. O comunismo se acha em profundo descrédito como projeto utópico, e em nossos dias o liberalismo vem sendo visto cada vez mais como um projeto que não pode dar certo. Na medida em que pode ser entendida como uma forma de utopismo espaço-temporal, também a estratégia geopolítica dos Estados Unidos se torna cada vez menos convincente. Assim sendo, deveríamos simplesmente deixar que toda a idéia de utopismo, do tipo que for, passe por uma morte não lamentada? Ou deveríamos tentar mais uma vez reacender e reavivar as paixões utópicas como recurso de galvanização da mudança socioecológica?

Marx se opôs ao utopismo que conhecia. Arrasou as utopias da forma espacial e desconstruiu por inteiro o utopismo do processo social de Adam Smith. Mas acreditava apaixonadamente no potencial emancipatório da luta de classes como a via privilegiada para uma vida melhor. Além disso, ele e Engels alegaram no *Manifesto comunista* que há momentos históricos nos quais as forças de oposição se acham num estado tão subdesenvolvido que a “descrição fantasista da sociedade futura” vem a representar “as primeiras aspirações instintivas” a “uma completa transformação da sociedade”. A literatura produzida pelos socialistas utópicos no começo do século XIX contém um sólido e importante elemento crítico. Ao atacar “a sociedade existente em suas bases”, eles ofereceram “materiais de grande valor para esclarecer os operários”. Além disso, “as medidas práticas propostas” foram úteis como marcos na luta pela abolição das distinções de classe. Eles alegaram que o perigo sempre presente é o de que venhamos a crer na “na eficácia miraculosa” de alguma ciência utópica.

Há um momento e um lugar no incessante labor humano de mudança do mundo em que as visões alternativas, por mais fantásticas que sejam,

oferecem a base para moldar poderosas forças políticas de mudança. Creio que nos encontramos precisamente num desses momentos. De todo modo, os sonhos utópicos nunca desaparecem por inteiro, estando em vez disso onipresentes como os significantes ocultos de nossos desejos. Trazê-los à luz a partir dos recessos ocultos de nossa mente e fazer deles uma força política de mudança pode envolver o risco da frustração última desses desejos. Não obstante, isso é sem dúvida melhor do que se render ao utopismo degenerado do neoliberalismo (e a todos os interesses que criam uma imagem tão negativa da possibilidade) e viver no temor abjeto e letárgico de exprimir e tentar pôr em prática quaisquer desejos alternativos.

Um exame crítico do utopismo revela algumas importantes variantes e dificuldades intrínsecas ao gênero. O radical contraste entre o utopismo da forma espacial e o utopismo do processo social, por exemplo, revela alguns hábitos mentais peculiares da abordagem do tempo e do espaço no pensamento social. Não obstante, o próprio utopismo da forma espacial presta um desserviço à espacialidade, dado que trata tipicamente o espaço como um continente da ação social e costuma confinar o utopismo à escala da cidade (logo, não é por acaso que a ligação mais explícita entre ação social e pensamento utópico ocorra na escala urbana). Resta explorar que características teria o utopismo da forma espacial em condições de produção dinâmica do espaço e em relação a uma teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais (cf. capítulo 5).

Como se pode então construir um utopismo mais sólido que integre processo social e forma espacial? É possível formular uma modalidade mais dialética de utopismo, e até mesmo construir uma dialética utópica?

A concretização disso requer uma dialética capaz de operar tanto em relação ao espaço como em relação ao tempo (algo impossível no âmbito da tradição hegeliana). Além disso, impõe enfrentar os problemas materialistas da autoridade e do fechamento. O fechamento (a realização concreta de alguma coisa), seja de que tipo for, contém sua própria autoridade, pois materializar todo e qualquer projeto, por mais flexível que seja sua construção, é impedir antecipadamente, em alguns casos de modo temporário, mas em outros com relativa permanência, a possibilidade de materializar outros projetos. Não nos é dado fugir de fazer essas opções. A dialética é “ou-isso-ou-aquilo”, não “tanto-isso-como-aquilo”. O que o utopismo da forma espacial materializado enfrenta tão claramente é a problemática do fechamento, sendo a isso que o utopismo do processo

social foge de modo tão perigoso. Inversamente, vemos que a fragmentação e a dispersão não têm como funcionar, e que a amarga batalha do “ou-isso-ou-aquilo” interfere de modo perpétuo na dialética mais suave e harmoniosa do “tanto-isso-como-aquilo” quando estão em jogo opções socioecológicas. Vemos ainda que não é tão difícil exumar as formas sombrias de utopismo espaço-temporal do estudo de nossa própria geografia histórica como impelida pela geopolítica do capitalismo. Logo, a tarefa consiste em determinar uma alternativa em termos que não alguma forma espacial estática ou mesmo algum processo emancipatório aprimorado. A tarefa é montar um utopismo espaço-temporal — um utopismo dialético — que tenha raízes fincadas em nossas possibilidades presentes ao mesmo tempo que aponta trajetórias diferentes para os desenvolvimentos geográficos desiguais humanos. Para ela me volto agora.